

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

ELIANE MENDONÇA BUIATE

**ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PORTUGUÊS
COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO.**

UBERLÂNDIA – MG
2023

ELIANE MENDONÇA BUIATE

**ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE PORTUGUÊS
COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como um dos requisitos parciais para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de pesquisa: Linguagem, ensino e sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Maíra Sueco Maegava Córdula

UBERLÂNDIA – MG
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B932e
2023

Buiate, Eliane Mendonça, 1964-

Estado da arte da produção acadêmica sobre português como língua de acolhimento [recurso eletrônico] / Eliane Mendonça Buiate. - 2023.

Orientadora: Maira Sueco Maegava Córdula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.6016>

Inclui bibliografia.

I. Linguística. I. Córdula, Maira Sueco Maegava, 1977-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU:801

Rejane Maria da Silva – CRB6/1925
Bibliotecário Documentalista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos

Linguísticos

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica,
Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



1 ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de mestrado - PPGEL				
Data:	Vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três	Hora de início:	08:30	Hora de encerramento:	10:30
Matrícula do Discente:	12112ELI009				
Nome do Discente:	Eliane Mendonça Buiate				
Título do Trabalho:	Estado da arte da produção acadêmica entre 2011 a 2021 sobre Português como Língua de Acolhimento: foco em políticas linguísticas.				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, ensino e sociedade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Oralidade e escrita no material didático para o ensino de línguas na e para a diversidade				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Cristiane Carvalho de Paula Brito -UFU; Juliana Bertucci Barbosa - UFTM/UNESP; e Maíra Sueco Maegava Córdula, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Maíra Sueco Maegava Córdula, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca

Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Sueco Maegava Córdula, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Carvalho de Paula Brito, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Bertucci Barbosa, Usuário Externo**, em 24/02/2023, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4283149** e o código CRC **CAD15226**.

Referência: Processo nº 23117.012935/2023-21

SEI nº 4283149

*Dedico esta pesquisa a Deus,
pois sem Ele, nada é possível.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com o apoio de muitas pessoas. porque ninguém caminha só pela estrada da vida. Agradeço:

À prof.^a Dra. Simone Tieme Hashiguti, que, a princípio, me aceitou como sua orientanda e me ajudou a dar os primeiros passos na pesquisa.

À prof.^a Dra. Máira Sueco Maegava Córdula, por ser essa pessoa inspiradora, entregando ao mundo um sem fim de boas ações por meio de seu trabalho. Obrigada pela orientação, paciência e, antes de tudo, pelo apoio e confiança ao ter me concedido a oportunidade de realizar uma pesquisa de grande valor para mim.

Aos meus pais, Idelfonso e Adir, por seu cuidado, amor e apoio constante em minha busca pelo conhecimento.

Aos meus irmãos Orlei, Wellington e Wander, por seu amor, respeito e apoio incondicional.

Às minhas queridas filhas, Thalita e Ana Karolina, por serem minhas companheiras de vida. Aos meus lindos netos, Filipe e Isabella, presentes lindos de Deus.

RESUMO

A mobilidade do ser humano de um lugar a outro é um processo natural, e as razões para os deslocamentos são registradas desde a antiguidade. Este movimento pode ser de natureza espontânea ou forçada e se justifica pela busca de melhorias das condições para subsistência ou, também, por uma questão de vida ou morte. Uma das dificuldades reconhecidas deste movimento para inclusão no país acolhedor é a barreira linguística. Tendo em vista a ascensão constante do número de refugiados no Brasil, as pesquisas de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) são, cada vez, mais necessárias e urgentes. O objetivo desta pesquisa é fazer um estudo do estado da arte sobre as pesquisas brasileiras na área de Português como Língua de Acolhimento. Para alcançar este objetivo, foram realizadas análises dos resumos das publicações acadêmicas, através de um mapeamento no Catálogo de teses e dissertações da CAPES, na Plataforma Sucupira, com a palavra de busca “língua de acolhimento”, no período de 15 de fevereiro a 13 de março de 2022. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, bem como a revisão sistemática da literatura. Para desenvolver este trabalho foram consideradas as perspectivas teóricas dos seguintes autores: Moita Lopes (1994), São Bernardo (2016), Nolasco (2016), Ançã (2008), Grosso (2010), Anunciação (2018). Como resultado, a partir das análises dos resumos das teses e dissertações estudadas, para que o processo de ensino-aprendizagem de PLAc seja possível, seria necessário um maior investimento em políticas públicas, no sentido de institucionalizar a formação dos profissionais dessa área nas universidades brasileiras e criar métodos adequados para que esse processo aconteça de forma efetiva e melhor amparada politicamente. Também, um olhar atento à elaboração de materiais didáticos para as aulas de PLAc, que ainda não são adequados para atenderem aos refugiados de nacionalidades com o alfabeto diferente ao do Brasil. As lacunas ou caminhos futuros de pesquisas, apresentadas no *corpus* de análise, foram: não foram encontradas pesquisas sobre PLAc produzidas nas universidades das regiões Norte e Nordeste, promover maior visibilidade à realidade do refúgio no Brasil; elaborar e executar políticas linguísticas públicas aplicáveis quanto ao ensino de PLAc, a urgência em promover aos docentes formações específicas para atender esse público e conferir maior atenção à elaboração de material didático específico da área.

Palavras-chave: Estado da arte. PLAc. Políticas Linguísticas.

RESUMEN

La movilidad humana de un lugar a otro es un proceso natural, y las razones de los desplazamientos se han registrado desde la antigüedad. Este movimiento puede ser de naturaleza espontánea o forzada y se justifica por la búsqueda de mejoras en las condiciones de subsistencia o, también, por el bien de la vida o la muerte. Una de las dificultades reconocidas de este movimiento para la inclusión en el país de acogida es la barrera del idioma. En vista del aumento constante en el número de refugiados en Brasil, la investigación sobre el portugués como lengua acogedora (PLAc) es cada vez más necesaria y urgente. El objetivo de esta investigación es hacer un estudio de vanguardia de la investigación brasileña en el área de portugués como lengua acogedora. Para lograr este objetivo, se realizaron análisis de resúmenes de publicaciones académicas, a través de un mapeo en el Catálogo CAPES de tesis y disertaciones, en la Plataforma Sucupira, con la palabra de búsqueda "idioma anfitrión", del 15 de febrero al 13 de marzo de 2022. La metodología adoptada fue la investigación bibliográfica, exploratoria y descriptiva, así como la revisión sistemática de la literatura. Para desarrollar este trabajo, se consideraron las perspectivas teóricas de los siguientes autores: Moita Lopes (1994), São Bernardo (2016), Nolasco (2016), Ançã (2008), Grosso (2010), Anunciación (2018). Como resultado, a partir del análisis de los resúmenes de las tesis y disertaciones estudiadas, para que el proceso de enseñanza-aprendizaje del PLAc sea posible, sería necesaria una mayor inversión en políticas públicas, con el fin de institucionalizar la formación de profesionales en esta área en las universidades brasileñas y crear métodos apropiados para que este proceso ocurra de manera efectiva y mejor políticamente. Además, una mirada vigilante en la preparación de materiales didácticos para las clases de PLAc, que aún no son adecuados para atender a refugiados de nacionalidades con el alfabeto diferente de Brasil. Las brechas o caminos futuros de investigación, presentados en el corpus de análisis, fueron: no se encontraron investigaciones sobre PLAc producidas en universidades de las regiones Norte y Nordeste, promoviendo una mayor visibilidad de la realidad del refugio en Brasil; desarrollar e implementar políticas públicas lingüísticas aplicables a la enseñanza de PLAc, la urgencia de promover a los profesores una formación específica para atender a este público y dar mayor atención al desarrollo de material didáctico específico en el área.

Palabras clave: Estado del arte. PLAc. Políticas lingüísticas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CELPE-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Conselho Nacional para os Refugiados
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PLA	Português como Língua Adicional
PLAc	Português como Língua de Acolhimento
PLE	Português como Língua Estrangeira
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
QERC	Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UEMS	Universidade Estadual do Mato do Grosso do Sul
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFScar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Convenção relativa ao estatuto dos refugiados.....	24
Figura 2 - Captura da 1ª tela do catalogo de teses e dissertações.....	69
Figura 3 - Captura da 2ª tela do catalogo de teses e dissertações.....	70
Figura 4 - Captura da 3ª tela do catalogo de teses e dissertações.....	71
Figura 5 - Nuvem de palavras-chave, elaborada a partir das palavras-chave dos trabalhos analisados.	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiados em 2021	32
Gráfico 2 - Quantidade de publicações sobre PLAc por ano	62
Gráfico 3 - Principais instituições com pesquisa sobre PLAc.....	65
Gráfico 4 - Número de publicações por região.....	66
Gráfico 5 - Principais programas de pós-graduação com pesquisas sobre PLAc	68
Gráfico 6 - Orientadores com mais de uma pesquisa	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Leis referentes às migrações.....	21
Quadro 2 - Demografia do Brasil (IBGE-2021).....	30
Quadro 3 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiados em 2021	31
Quadro 4 - Lista de teses e dissertações da Plataforma Sucupira na área de PLAc	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
	2.1 Breve histórico sobre as migrações	20
	2.2 Políticas migratórias.....	26
	2.3 Políticas Linguísticas	33
	2.4 Políticas linguísticas nacionais	39
	2.5 Conceito de Português como Língua de Acolhimento (PLAc).....	45
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	54
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	62
	4.1 Análise sobre a quantidade de publicações sobre PLAc por ano	62
	4.2 Análise sobre as Instituições de ensino superior.....	65
	4.3 Análise sobre principais programas de pós na área do PLAc.....	68
	4.4 Análise sobre os orientadores com mais de uma pesquisa.....	69
	4.5 Análise sobre as palavras-chave.....	72
	4.6 Levantamento dos resumos das publicações.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICES.....	95
	APÊNDICE A – Relação das publicações pesquisadas entre os dia 15/02 a 13/03/22 .	95
	APÊNDICE B – Levantamento dos resumos das pesquisas.....	105

2 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa justifica-se a partir do nosso percurso profissional, destacado pelas mais diversas experiências no ensino de português para estrangeiros em vários contextos. É um grande privilégio realizar um estudo aprofundado acerca das questões relacionadas às publicações sobre o ensino e aprendizagem da língua portuguesa, que desempenha o papel de língua de acolhimento para pessoas que fazem parte da sociedade brasileira, porém não são brasileiras. Enquanto educadora, nos deparamos com um contexto educativo completamente distinto daquele que tinha trabalhado até então. Assim sendo, a escolha do tema deste trabalho não somente advém de uma motivação pessoal, mas também é resultante da experiência profissional obtida na área. Na pesquisa, não se pode contemplar a neutralidade dos fatos sociais, porque eles são vistos como indissociáveis da figura do pesquisador. Por isso, inicialmente foi contemplado um pouco da vivência desta pesquisadora.

A experiência de ensinar, voluntariamente, português para estrangeiros, vem se concretizando ao longo de uma década. Primeiro, no ano de 2009, começamos ministrando aulas de língua portuguesa para uma menina de 8 anos, vinda do Japão com sua família. Em seguida, durante dois anos (entre 2010 a 2012), ministramos aulas de português para um japonês, vindo ao Brasil a trabalho. Com a menina, tivemos bastante ajuda da mãe brasileira. Porém, com o japonês, foi um desafio e tanto, pois ele não falava inglês e muito menos espanhol, que é uma língua que dominamos bem. Inicialmente, trabalhamos muito através de mímicas, desenhos, dramatizações, visitas ao supermercado, à sorveteria, a bancas de revistas, dentre outros locais. Ao final, já conseguíamos conversar entendendo um ao outro. Foi um lindo desafio!

Em 2017, cursando Letras na Universidade Federal de Uberlândia, passamos a conhecer a disciplina “Português como Língua Estrangeira – PLE” e foi um encontro muito feliz. Na disciplina “Estágio Supervisionado de PLE”, nos deparamos com dez mulheres muçulmanas de Bangladesh. Essa experiência despertou nesta pesquisadora o anseio de aprofundar seus conhecimentos sobre essa temática, ao reviver a paixão de ministrar aulas de português para estrangeiros. Além disso, ajudou-me a entender que ensinar uma língua estrangeira vai muito além da sala de aula, principalmente quando se trabalha com pessoas adultas, em situação de refúgio. É preciso realizar um processo de ensino-aprendizagem acolhedor, que vise integrar o aluno à sociedade, ao apoiar e ajudá-lo a ter as condições mínimas de sobrevivência, dignidade e autonomia, através da língua do país que acolhe. Desse modo, fomos duplamente desafiada ao longo dessa prática, o primeiro desafio era ensinar português para falantes de uma língua

completamente diferente da nossa, o Bangla, para dez mulheres muçulmanas.

Anteriormente, neste texto, relatamos sobre a experiência de ministrar aulas para uma criança japonesa de 8 anos e para um japonês, que veio para o Brasil ser diretor de uma multinacional, porém na primeira experiência tínhamos a mãe, que é brasileira e nos ajudou a comunicar-me com a garota. No segundo caso, a experiência foi muito mais desafiadora, mas era somente uma pessoa e letrada. No caso das dez mulheres muçulmanas, tínhamos desde uma mulher analfabeta a profissionais liberais, como biomédica e engenheira. Nesses dois últimos casos, foi algo que tivemos que fazer valer o “aprender fazendo”.

Outro desafio era o alfabeto completamente diferente do nosso. Tivemos que começar ensinando o alfabeto brasileiro. Também era longa a procura por materiais didáticos de apoio e atividades complementares na internet apropriadas para esse público. Na maioria das vezes, não encontrávamos atividades que julgássemos adequadas ou suficientemente interessantes para serem trabalhadas no curso de PLAc com as alunas, então elaborávamos materiais, dramatizávamos situações, tentávamos algumas palavras em inglês ou mesmo desenhar o que queríamos ensinar. Tivemos a preciosa ajuda de 3 adolescentes que já estavam frequentando a escola regular há 3 ou 4 meses. Elas nos ajudaram muito, pois mesmo conhecendo pouco o português, elas traduziam o que não conseguíamos ministrar às colegas ou o que as colegas queriam comentar. Claro que essas adolescentes tinham dificuldades de fala também, porém com elas era menos traumática a comunicação.

Os refugiados adultos encontram muita burocracia para revalidar os certificados de escolaridade e diplomas obtidos em outros países, uma vez que leva muito tempo e é um processo muito caro para eles. Então, conseguem trabalhos muito fora da sua área de formação de atuação. Para revalidar a documentação da educação básica, a Instituição Escolar pode realizar a equivalência curricular dos alunos estrangeiros para a continuação dos estudos no Brasil. Porém, como muitos saem dos seus países em situação de urgência, não trazem documentos. Neste caso, as escolas podem fazer a reclassificação do aluno através de avaliações diagnósticas, para ver o ano em que o mesmo se encontra ou para dar continuidade nos estudos. Para atenuar essas enormes e constantes dificuldades encontradas pelos refugiados, os órgãos oficiais poderiam implementar parcerias com as organizações não governamentais (ONGs), apoio a organismos internacionais, campanhas de fraternidade, mais empenho das instituições religiosas, constante treinamento aos professores, dentre muitas outras ações de acolhimento em favor desses indivíduos.

Considerando esse contexto, passamos a conhecer o conceito de “língua de acolhimento” em textos sobre o ensino de português para imigrantes adultos em Portugal. Um

conceito pautado nos princípios dos direitos humanos e no acolhimento humanitário. Desde então, adotamos o termo “língua de acolhimento” por considerar ser mais apropriado para o contexto de ensino ao qual atuamos e acreditamos ser o mais coerente para com os refugiados adultos que trabalhamos. Com essa descoberta, nossas buscas por materiais didáticos e pesquisas utilizando a expressão “português como língua de acolhimento” retornaram em resultados mais refinados e ao conhecimento de alguns trabalhos desenvolvidos no Brasil. Desta forma, nossa curiosidade foi aguçada e despertamos grande interesse em investigar o que temos publicado no Brasil de políticas públicas, especificamente sobre a área de “Português como Língua de Acolhimento”.

No Brasil, o Português como Língua de Acolhimento, doravante PLAc, é uma iniciativa que, por meio do ensino de Português a partir do fomento da acolhida solidária, tem participado ativamente do agenciamento de questões (extra)linguísticas do sujeito migrante no nosso país. Posicionado como uma abordagem de ensino-aprendizagem referenciada e reconhecida no Brasil há aproximadamente dez anos, o PLAc caracteriza-se como uma prática orientada para a ação em que “ensinante e aprendente cooperam e aprendem juntos [...] e integram-se pelo bem-estar e pela confiança” (GROSSO, 2010, p. 71), por meio de uma cultura de ensino-aprendizagem que privilegia a participação e que “propõe abrir-se à compreensão do outro.” (GROSSO, 2010, p. 74). Trata-se de uma prática empática que considera as questões psicossociais e discriminatórias pelas quais sofrem os aprendizes e que abrangem as competências comunicativas em diferentes níveis.

Grandes desafios e limitações existem nessa modalidade de ensino, por se tratar, na maioria das vezes, de trabalho voluntário. Ong’s e igrejas, em caráter humanitário, oferecem aulas de PLAc para refugiados e migrantes internacionais, das mais diversas nacionalidades, em situação de vulnerabilidade. A cidade de Uberlândia, por exemplo, é a terceira cidade mineira que mais recebe refugiados. De acordo com Vivianne Peixoto da Silva¹, doutora em Saúde Coletiva e professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o fluxo migratório local mostra-se recente, com maior concentração a partir de 2014 e sendo a maioria formada por refugiados de origem haitiana.

Diante desse quadro e percebendo a necessidade eminente, a TAARE (Trabalho de Apoio e Assistência aos Refugiados Estrangeiros) foi fundada em Uberlândia, no dia 11 de abril

¹ SILVA, Vivianne Peixoto da. **Trabalhadores Imigrantes na Cidade de Uberlândia/MG: análise das políticas públicas brasileiras de trabalho e saúde no período de 2010 a 2016.** 2017. Tese apresentada como conclusão do Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Orientador Prof. Dr. Cássio Silveira. São Paulo, 2017.

de 2017, pela senhora Kelly Karoline Ferreira Moraes de Sá², pertencente a uma instituição religiosa da cidade. A TAARE é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, que visa auxiliar e defender o acesso aos direitos dos migrantes internacionais e refugiados em situação de vulnerabilidade social, promovendo autonomia, dignidade e inserção sociocultural e, para isso, uma das ferramentas utilizadas tem sido o ensino-aprendizagem de PLAc e cultura brasileira, além de procurar auxiliar nas diversas necessidades dos refugiados, tais como: moradia, alimentação, saúde e trabalho, possibilitando inclusão e autonomia.

Para que essas aulas se tornassem realidade, foi necessário mobilizar uma quantidade significativa de pessoas, recursos e ações, tais como: o espaço físico, estrutura administrativo-pedagógica para o curso, suporte jurídico, psicossocial, além de móveis, quadros etc. Também era servido um bom café ou lanche antes das aulas, a fim de criar um ambiente mais acolhedor de interação entre a equipe de trabalho e os alunos, bem como porque muitos daqueles refugiados vinham direto do trabalho e com fome.

Universidades, igrejas, centros comunitários e sociedade civil entraram em parceria com a ONG para que pudessem atender a esse público tão peculiar e por que o poder público ainda não tinha como apoiar essa iniciativa. A Ong, desde então, já assistiu mais de 1000 pessoas provenientes dos seguintes países: Afeganistão, Bangladesh, Benim, Bolívia, Burkina Faso, Colômbia, Cuba, Gâmbia, Guiné, Haiti, Indígenas da etnia Warao (Venezuela), Iraque, Líbano, Paquistão, República Dominicana, Senegal, Síria, Tunísia, Venezuela, dentre outros países³.

A Ong TAARE desenvolve, ainda, outras ações, tais como: apoio na criação de um Guia de apoio para imigrantes e refugiados em Uberlândia (organizado pelo grupo de pesquisa MIGRAST - UFU); aulas de PLAc; bazares; doações e entregas de cestas básicas; eventos comunitários; mediação cultural; oficinas de capacitações; orientações jurídicas; palestras de conscientização; rodas de conversa e muitas outras ações. Todos os trabalhos da Ong são voluntários e, como detalhado acima, são muitas as atividades já realizadas e muitas que ainda precisam ser efetuadas. As necessidades da Ong são as mais diversas e vão desde pessoas dispostas a formar as diferentes equipes/frentes de trabalho até questões financeiras.

Uma questão muito importante a ser desenvolvida com os refugiados é a cultura do país

² SÁ, Kelly Karoline Ferreira Moraes de. É mestrande em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia e bolsista CAPES. Especialista em Ensino de Português como Língua Estrangeira e Cultura Brasileira e Graduada em Letras - Francês e Literaturas de Língua Francesa pela mesma universidade. Fundadora e ex-presidente da ONG TAARE - Trabalho de apoio a migrantes internacionais, voltada ao acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade na cidade de Uberlândia.

³ Disponível em: <https://www.mackenzie.br/voluntario/banco-de-projetos/projeto/n/a/i/trabalho-de-apoio-a-migrantes-internacionais>.

que acolhe, em especial a língua, elemento essencial a partir do qual a experiência de ensinar e aprender acontece. Observa-se, assim, que adquirir uma nova língua não é apenas a aquisição de aspectos estritamente linguísticos, ou seja, aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e sintáticos, mas entender uma nova cultura, uma nova maneira de pensar e viver. Sendo assim, o refugiado precisa entender a cultura que está inserido para que possa se sentir capaz de comunicar-se e compreender de forma eficiente a cultura na qual encontra-se inserido. A pesquisa sobre os aspectos linguístico-culturais, as práticas das políticas relacionadas ao tema, além de serem interessantes para a área de Linguística Aplicada, realizam-se, como em nosso caso, no interior das teorizações nesse campo do saber.

Segundo Rojo (2006), a Linguística Aplicada,

por meio da pesquisa, apresenta uma insistência discursiva no tema da solução de problemas contextualizados, socialmente relevantes, ligados ao uso da linguagem e ao discurso, e na elaboração de resultados pertinentes e relevantes, de conhecimento útil a participantes sociais em um contexto de aplicação. (ROJO, 2006, p. 258).

Assim sendo, a Linguística Aplicada tem um papel muito significativo nesse contexto de comprometimento com as questões sociais perpassadas pela linguagem, principalmente em relação ao ensino-aprendizagem das línguas oficiais dos países, que são, ou deveriam ser, parte das políticas públicas de acolhimento a refugiados.

Sobre os materiais didáticos, geralmente os professores de cursos de PLAc adotam sua própria metodologia e elaboram seu próprio material didático, pois cada turma de refugiados que chega tem suas próprias especificidades e ainda não dispomos de um material didático que abranja todas as peculiaridades deste público. Entretanto, recentemente o Brasil passou a contar com um manual de PLAc, denominado “Pode Entrar: Português brasileiro para refugiadas e refugiados”, de Oliveira *et al.* (2015), feito em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP). Os autores dessa obra abordam sobre nacionalidades, adjetivos pessoais e diferenças culturais, inscritos no tema “Raça e Etnia”, e em “Saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS)” são abordados termos relacionados às partes do corpo, advérbios de tempo e informações sobre os direitos à saúde no Brasil são explanadas junto à prática da leitura. Esse material é um norteador didático que os voluntários da Ong TAARE têm adotado por considerá-lo como livro-referência para elaboração de outros materiais didáticos, já que ele é organizado através de uma minuciosa

e bem concebida combinação entre habilidades linguísticas e comunicativas, conhecimentos diversos sobre direitos e deveres sociais para o refugiado no Brasil e informações culturais para que se alcancem os objetivos de integração social pela língua(gem). Contudo, ainda não é o material ideal para atender às necessidades de aprendizagem dos refugiados das mais diversas nacionalidades que chegam ao país. Podemos citar como exemplo as pessoas advindas de Bangladesh, que falam o bengalês ou bangla, que é uma língua indo-ariana nativa da região de Bengala, no sul da Ásia. Seu alfabeto é constituído de símbolos completamente diferentes do nosso alfabeto, tais como: মত, que quer dizer “opinião” ou কষ্ট “sofrimento”. Por isso, o material de PLAc diferencia-se dos manuais didáticos de PLE, por conter temáticas voltadas especificamente para o refugiado, em suas particularidades.

Assim, em 2020, começamos o processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, com o pré-projeto: “Ensino de português como língua de acolhimento: interação e inserção social de imigrantes/refugiados por meio digital”, porque nessa época era a nossa forma de trabalho com os refugiados. Trabalhávamos como professora de Português como Língua de Acolhimento através de videoconferências, com três alunos adultos venezuelanos refugiados, sendo duas mulheres e um homem.

Ao começar a ler os artigos publicados, num intervalo de dez anos, fomos nos afastando da ideia inicial e começamos a perceber a necessidade de conhecer o que já havia sido produzido na academia sobre a questão do PLAc e poder contribuir de alguma forma para o desenvolvimento de novas pesquisas na área. Então, surgiu a ideia de fazer um levantamento sobre as produções acadêmicas publicadas no Brasil, mais precisamente teses e dissertações, com o foco nas políticas linguísticas públicas brasileiras, no que diz respeito à oferta de cursos de língua portuguesa como medida para contribuir com a inclusão de refugiados à sociedade brasileira. Desta forma, conseguimos chegar ao título desta investigação: “Estado da arte da produção acadêmica sobre Português como Língua de Acolhimento”. Um tema muito instigante, atual e extremamente relevante no contexto brasileiro, e porque não dizer mundial. Esta é a discussão que sugerimos fazer neste trabalho.

Nosso objetivo geral, nesta pesquisa, é realizar um estudo do estado da arte sobre as pesquisas brasileiras na área de PLAc. Como objetivos específicos, temos: a) fazer um mapeamento das teses e dissertações da área na Plataforma Sucupira; b) discorrer sobre as

temáticas e tipos de programas desenvolvidos no período de dez anos e as universidades recorrentes; c) identificar as possíveis lacunas ou caminhos futuros da pesquisa na área no Brasil. Neste prisma, este estudo do estado da arte, de caráter bibliográfico e descritivo em sua natureza, engloba o seguinte conjunto de perguntas da pesquisa: a) quantas publicações há de teses e dissertações na área de Língua Aplicada sobre Português como Língua de Acolhimento no Brasil? Quais as principais contribuições dessas publicações para fomentação de políticas linguísticas públicas para a área de ensino de PLAc?

No próximo capítulo, são apresentadas as leituras mais relevantes realizadas ao longo desta pesquisa. A princípio, é exposto um breve histórico a respeito das migrações (seção 2.1). Na seção 2.2 são abordadas as Políticas Migratórias, na seção 2.3 são destacadas as políticas linguísticas. Em seguida, na seção 2.4, as políticas linguísticas brasileiras e na seção 2.5, as concepções de Português Língua de Acolhimento (PLAc).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breve histórico sobre as migrações

A mobilidade humana possibilitou a ocupação de territórios e a consolidação de Estados. Os motivos para o deslocamento foram se modificando ao longo do tempo e alguns conceitos passaram a ser empregados para caracterizar esses movimentos, culminando no surgimento do termo *migração*. Esse termo “migração” passou a ser utilizado com a flexibilidade conceitual que “varia num intervalo entre dois extremos dicotômicos, em que num dos lados a definição é tão ampla que inclui todas as formas de mobilidade, e no outro, pelo contrário, é tão restrita que exclui da concessão determinados movimentos” (NOLASCO, 2016, p. 2). Assim, considera-se migração como sendo o deslocamento de uma pessoa no espaço e tempo, independente das distâncias e da possibilidade de mudança do local de residência. Pode ser definida, ainda, como a travessia de fronteiras internacionais ou de um Estado. De acordo com Perruchoud (2009), a migração é como um movimento independente de distâncias, motivações e de pessoas deslocadas, desenraizadas e migrantes econômicos, destacando que o indivíduo que migra se torna emigrante ou imigrante. Assim sendo, emigrante é aquele que sai do lugar da sua nacionalidade com destino a outro e imigrante é a pessoa que chega em determinado local e passa a residir ali. Para alguns estudiosos das tipologias atuais, a migração é a distinção entre migrações internas e externas.

Segundo o dicionário Aurélio⁴, migração é um processo de entrada (imigração) e de saída (emigração), de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se mudam de um país para outro ou de uma região para outra. Por outro lado, refúgio é dirigir-se para um lugar protegido, seguro. Porém, o enfoque que vem sendo conferido à temática da migração forçada e do refúgio pode sugerir um sentido de que nos parece ser preciso afastar-nos, de saída. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, doravante ACNUR, refugiado é aquele que foge de sua terra natal por conta de perseguição ou de conflitos armados. Fazer parte desse grupo confere o direito firmado em legislação internacional de receber assistência do ACNUR, de Estados e de organizações especializadas.

De modo geral, a imigração refere-se àquelas pessoas que buscam alternativas para mudar a sua realidade atual, seja por motivos pessoais ou externos a sua vontade. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010, p. 212) a migração é a “forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança

⁴ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>

permanente de residência”. O vocábulo é também compreendido como um processo de mudança fronteiriça internacional ou de um Estado para outro, sendo um movimento populacional que contempla o deslocamento de pessoas independente “da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos” (IOM, 2009, p. 40).

As nomenclaturas conferidas aos migrantes são distintas, mas nos permitem perceber dois grupos: os que migram por motivos pessoais e aqueles que se deslocam devido a fatores alheios a sua vontade. Segundo Jubilut e Madureira (2014), a migração forçada pode contemplar situações diferentes, porém, no que se refere à proteção internacional dos seus direitos, as medidas efetivas para migrantes forçados estão expressas no Direito Internacional do Refugiado, que abrangem pessoas que deslocam-se por motivos da ausência de direitos econômicos, sociais, culturais, violência de gênero (identidade, mulheres e homossexuais).

Há grande diferença entre refugiado e migrante: o migrante muda-se para outro país por escolha pessoal e não por sofrer ameaça direta, sua intenção é melhorar de vida e não fugir de perigos iminentes. Mesmo que se trate de migrantes em situação de extrema pobreza, eles não são definidos como refugiados. O status de refugiado está estreitamente ligado a situações de violência. Portanto, os migrantes não são contemplados pela mesma lei que os refugiados, cada país trata-os conforme sua legislação específica, e não há restrição para devolvê-los aos países de origem. Por isso, utilizamos o termo “refugiado”, neste texto, por considerar uma nomenclatura mais apropriada para o público-alvo desta pesquisa.

No quadro 1, abaixo, fazemos um compilado de leis referentes às migrações.

Quadro 1: Leis referentes às migrações

1945	Criação Oficial da <i>Organização das Nações Unidas (ONU)</i> .
1948	Publicada a <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)</i> .
1950	Criado o <i>Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)</i> , com objetivo de reassentar os refugiados europeus após a Segunda Guerra Mundial.
1951	<i>Convenção de Genebra</i> relativa ao Estatuto dos Refugiados.
1956	Criação da <i>Cáritas Brasil</i> .
1967	Protocolado o <i>Estatuto dos Refugiados</i> .

1969	Realizada a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA).
1977	Inaugurado o <i>ACNUR</i> no Brasil na cidade do Rio de Janeiro
1980	Sancionada no Brasil a Lei nº 6815 de 19 de agosto de 1980, que definiu a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e criou o Conselho Nacional de Imigração. <i>Estatuto do Estrangeiro</i> .
1984	Editada a <i>Declaração de Cartagena</i> de 1984, em Cartagena das Índias na Colômbia, que versa sobre as “conclusões e recomendações adotadas pelo Colóquio realizado no México sobre Asilo e Proteção Internacional de Refugiados na América Latina”.
1988	Promulgada a <i>Constituição Federal do Brasil</i> .
1997	Publicada no Brasil, a lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que definiu mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e fundou o <i>CONARE (Comitê Nacional para os refugiados)</i>
2017	Publicada no Brasil a lei nº 13. 445, de 24 de maio de 2017 que instituiu a <i>Lei de Migração</i> .
2018	Publicada a resolução conjunta nº 1, de 9 de outubro de 2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), em decisão conjunta do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos das teses e dissertações referentes à Legislação Nacional.

Em 1948, após três anos da criação da ONU, foi convencionado, por meio de Assembleia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, a qual se tornou basilar do Sistema Internacional de Direito Internacional dos Direitos Humanos. A sua relevância encontra-se em diversos aspectos: o primeiro é por apresentar uma gramática universal específica para os direitos humanos; o segundo aspecto está na consagração das dimensões de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem hierarquizá-los; o terceiro aspecto é estabelecer uma matriz axiológica⁵ e jurídica cujas implicações abarcam não somente o Direito Internacional (referente aos direitos humanos), mas também a valoração dos direitos nacionais (JUBILUT; LOPES, 2018).

⁵ Conforme dicionário Aurélio: Ciência dos valores; ciência que se dedica ao estudo dos preceitos e regras que, estabelecidas socialmente, regulam o comportamento humano.

Em 1950, o ACNUR, com objetivos humanitários de auxílio e proteção aos refugiados e pessoas deslocadas por guerras, conflitos e perseguições, buscou soluções adequadas e duradouras para estas populações (ACNUR, 2016). O instrumento normativo que definiu a condição da pessoa refugiada foi delineado em 1951, na cidade Genebra, na Suíça, pela Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas, segundo a qual:

Para os fins da presente Convenção, o termo “refugiado” se aplicará a qualquer pessoa: [...] 2) que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. No caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão “do país de sua nacionalidade” se refere a cada um dos países dos quais ela é nacional. Uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade (ACNUR, 1951, p. 02).

É muito difícil encontrar um órgão internacional, participante das Nações Unidas ou não, que não reconheça a importância do acolhimento de refugiados e migrantes. O direito internacional dos refugiados teve com marco principal a Convenção de 1951. O Estatuto dos refugiados foi elaborado entre 1948 a 1951, no qual também foi adotado o Protocolo de 1967, que complementou a Convenção de 1951. Ambos com o respaldo da ONU, por meio da atuação do ACNUR.

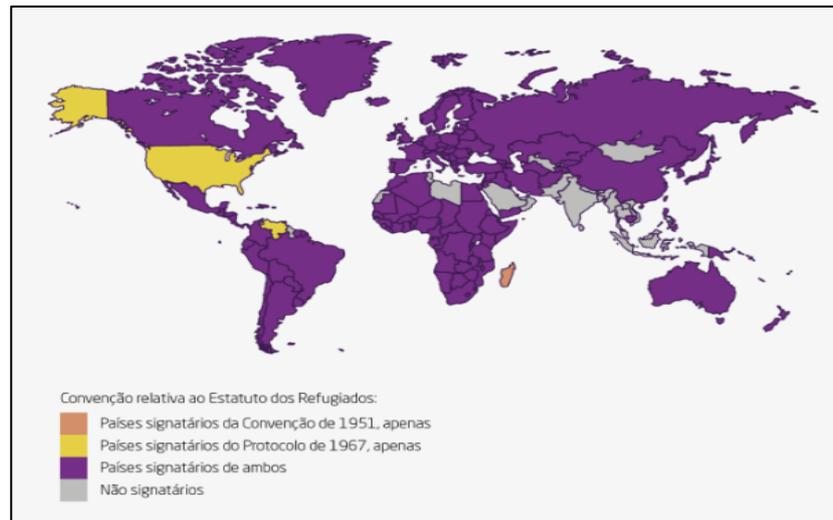
No ano de 1969, a Convenção da Organização de Unidade Africana⁶, no Artigo 1 parágrafo 2, ampliou o conceito de refugiado para a proteção das pessoas que saíram de seus países por motivo de “uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade”.

Na Declaração de Cartagena de 1984, recomenda-se que seja considerado como refugiado a pessoa que migra forçadamente por motivos de ameaças à vida, segurança ou vítimas de situações que afetam de modo generalizado a ordem pública.

⁶ Em 20 de junho de 1974, entrou em vigor uma convenção assinada em 1969 por 34 países membros da Organização da Unidade Africana (OUA). Atualmente, é conhecida como a “Convenção da OUA sobre os Refugiados”, o primeiro instrumento regional em matéria de refúgio, e o mais generoso.

Na Figura 01, é possível observar os países signatários da Convenção de 1951, do Protocolo de 1967, os signatários de ambos e os que não são signatários de nenhum desses documentos.

Figura 1 - Convenção relativa ao estatuto dos refugiados



Fonte: Wikipédia⁷

Na condição de refugiado, o indivíduo em “terra estrangeira” passa a viver uma realidade totalmente diferente da realidade do seu país de origem e sofrem um choque cultural, além das expectativas, muitas vezes frustradas, para conseguir vaga em um trabalho formal ou ser reconhecido profissionalmente. Em relação ao acesso à educação é evidenciado pelas agências internacionais que fatores culturais criam barreiras enormes para inserção e permanência do refugiado em espaços de ensino. Os refugiados, a depender do contexto, sofrem julgamentos por causa do seu “grupo identitário” e as suas aptidões pessoais são ignoradas. Infelizmente, isso ocorre nos locais de acolhimento, quando considerados “o outro” a partir de pre-concepções que podem resultar em discriminação racial, consequentemente o acesso à educação de boa qualidade. Ainda que existam políticas para o combate do preconceito e discriminação, estes estão presentes nos sistemas educacionais (UNESCO, 2019).

Desse modo, a imagem do refugiado na modernidade pode ser entendida como a reformulação estética de valores, cuja simbologia se dá pela percepção de que o periférico estaria ocupando o lugar central, nesta reconfiguração de cenários, o refugiado perturba,

⁷Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados

pois ele remete às questões e posições de captura, em que todos já estiveram submersos (BAUMAN, 2017). Por esta razão, a língua de acolhimento, no contexto de vulnerabilidade, ultrapassa a perspectiva linguística e cultural e refere-se também às questões emocionais e subjetivas da língua e à relação de conflito presente no contato inicial do imigrante com a sociedade de acolhimento (SÃO BERNARDO, 2016, p. 66).

A discussão sobre a crescente movimentação humana mundial atingiu um protagonismo incontestável nas agendas políticas globais nas últimas décadas. Conforme Silva, Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2020), essa mobilidade acontece por diversas motivações, porém com um grande destaque ao refúgio:

A investigação das motivações que levaram essas pessoas a cruzar as fronteiras dos seus países de origem, ou de residência habitual, revela que essas ações, em alguns casos, ocorrem em situações nas quais a mobilidade é reconhecida por dispositivos legais, nacionais e internacionais, como um imperativo, dado seu caráter coercitivo. Estes são os refugiados e os solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, pessoas que deixaram seus países de origem em virtude de conflitos armados, de violações de direitos humanos e de outras situações de violência, buscando a proteção em outro Estado. (SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., 2020, p. 5).

Diante das respostas do Estado Brasileiro com relação ao crescente fluxo migratório e busca por refúgio no país, faz-se necessário também discutir sobre as medidas tomadas em relação à inclusão desse público na sociedade brasileira. Assim sendo, abrimos reflexões, neste trabalho, sobre as medidas para a integração oferecidas pelo governo brasileiro no que diz respeito à oferta de cursos de PLAc. Essa reflexão sobre integração é de extrema importância porque acolhimento e abertura à imigração não consistem somente em conceder vistos, refúgio ou autorização de residência. A partir do instante em que os imigrantes ou solicitantes de refúgio chegam em um país, eles necessitam encontrar um lugar na nova sociedade e precisam se sentir parte dela. Não somente em relação às necessidades básicas, como moradia e alimentação, mas também em relação aos aspectos culturais e sociais. Incluir é aceitar o outro, tanto individual quanto coletivamente. São duas partes envolvidas: os refugiados, com todas as suas características, esforços e adaptação e a sociedade acolhedora, com suas interações com esses recém-chegados e suas instituições. Esta inclusão consiste em incorporá-los num processo democrático, acomodá-los sem confiná-los.

2.2 Políticas migratórias

Apesar das migrações não serem uma novidade no contexto brasileiro. A instituição das políticas migratórias no Brasil foram regulamentadas a partir da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, durante o governo militar de João Figueiredo. O texto normativo definia a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e criou o Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Sobre a Lei de Imigração de 1980, Tappa (2017) sinaliza que:

é importante sublinhar alguns aspectos gerais da Lei Nº 6.815/1980. Em primeiro lugar, em várias passagens faz-se a ressalva de que os direitos dos estrangeiros estarão suspensos caso os “interesses nacionais”, a “segurança nacional”, a “organização nacional”, a “tranqüilidade ou moralidade pública”, a “defesa do trabalhador nacional”, a “ordem política ou social”, a “economia popular”, a “moralidade ou a saúde pública”, “interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil”, estejam em risco; o que demonstra que todo o quadro de direitos de deveres do estrangeiro está condicionado a esses princípios. Esses princípios devem ser compreendidos especialmente no quadro da narrativa de segurança existente na época da Guerra Fria. (TAPPA, 2017, p. 101).

Esta lei restringia a entrada de imigrantes no país, sendo alterada posteriormente pela Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981. Desdobramentos a respeito da questão igualitária entre estrangeiros e nacionais foram contemplados no texto da Constituição Federal (CF) de 88. Neste documento, a igualdade de condições entre estrangeiros e nacionais registra-se no caput do Art. 5º que afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

No Art. 12 da CF/88 define-se quem são os brasileiros natos, naturalizados abarcando os estrangeiros e as especificidades para o processo de nacionalização. De acordo com Gomes (2012), a nacionalidade, para o Direito Internacional e nos termos Constitucionais, firma o vínculo jurídico e político entre uma pessoa e o Estado, sendo assim, a nacionalidade pressupõe o acesso a direitos e, em razão disso, à cidadania. No ordenamento jurídico brasileiro, até o ano de 1989 manteve-se o conceito de refugiado estabelecido pela Convenção de 1951. No país, os atos e procedimentos para elegibilidade e reconhecimento da condição do refugiado estavam distribuídos entre: ACNUR, Cáritas Arquidiocesana, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal.

Com a lei nº 9474, de 22 de julho de 1997, foi instituído o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, vinculado ao Ministério da Justiça. O Estado brasileiro estabeleceu um modelo centralizado para atuar com o fluxo migratório de refugiados no território, com

uma estrutura e funcionamento ancorados no tripé - governo, sociedade civil e ACNUR. Para esta Lei, é considerada refugiada a pessoa que preenche, pelo menos, uma destas condições:

- I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
 - II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ela, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
 - III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.
- (BRASIL, 1997)

No que tange especificamente às migrações internacionais de crise, as pessoas nessa situação geralmente são provenientes de localidades em circunstâncias de precariedade sociopolítica e/ou econômica, em que as possibilidades de (sobre)vivência encontram-se negativamente mais complexas que as dos locais receptores, impossibilitando uma vida em condições minimamente seguras. Essa complexidade vivenciada nas localidades de origem provoca uma migração forçada, ocasionando um processo, muitas vezes, realizado às pressas e sem planejamento – em caráter de urgência, quando acontece de deixarem tudo para trás, todos os seus bens e pertences pessoais, incluindo documentos, o que dificulta muito no recomeço em outro lugar.

No Brasil, houve a chegada em massa dos haitianos, que buscaram refúgio no país, devido às catástrofes ambientais ocorridas em 2010 e em 2016 com o furacão Matthew na cidade de Porto Príncipe e no interior do país. Também salientamos a guerra da Síria em 2011, no site da BBC News⁸ afirma-se que o conflito político na Síria começou devido ao fato do partido Baath estar no poder há aproximadamente 50 anos. A princípio, as manifestações eram pacíficas, pedindo a renúncia de Bashar al-Assad, mas por causa da retaliação do governo aos manifestantes de forma violenta iniciou-se uma luta armada sangrenta, vitimando a população civil de maneira cruel e desumana. Desde então, milhares de sírios escaparam através das fronteiras para os países vizinhos, a saber: Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque. Muitas vezes, vivem em campos de refugiados, compartilhando pequenos espaços e em pobreza extrema, e alguns conseguem cruzar os oceanos e chegarem ao Brasil.

Outra crise que gerou muitos refugiados, de acordo com o site da UOL, foi a da Venezuela⁹, iniciada por volta de 2013. Trata-se de uma crise econômica, uma vez que a

⁸ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141112_siria_explainer_hb

⁹ Mais informações podem ser obtidas em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/crise-na->

economia do país está destruída, mas também política, uma vez que há uma disputa pelo poder e o autoritarismo de Maduro levaram a essa grave crise humanitária, em que parte considerável de sua população sofre com a falta de alimentos, trabalho, tratamento de saúde, o que faz as pessoas buscarem ter força para saírem do seu país e se refugiarem nos países vizinhos. Além disso, a Venezuela vive sob a ameaça de sofrer uma intervenção militar direta dos Estados Unidos.

No Brasil, a concessão do status de refugiado a cidadãos do mundo garante assistência humanitária, proteção e amparo. Porém, o maior dos desafios, haja vista a lei elencar as hipóteses em que o refugiado pode estabelecer moradia, enquanto aguarda a decisão final do processo. Em conformidade com o Portal de Imigração, entre 2011 e 2021, 297.712 imigrantes solicitaram refúgio no país¹⁰. Ao final do ano de 2021, já existiam 60.011 pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil.

A solicitação de refúgio no Brasil é gratuita e feita através do Termo de Declaração, que deve ser lavrado pela Polícia Federal. Este pode ser utilizado como um documento até que seja emitido o Protocolo Provisório (documento de identidade provisório do solicitante que lhe autoriza a estada no país). O protocolo permite ainda a emissão da carteira de trabalho provisória pelo Ministério do Trabalho. A seguir, o estrangeiro é encaminhado para locais de acolhida conveniados com a Cáritas¹¹, onde o pedido é analisado. No local deve ser preenchido um questionário e ocorrem entrevistas com advogados (não-governamentais). Posteriormente, o solicitante é entrevistado por um oficial de elegibilidade do CONARE e as informações prestadas são analisadas. Então, é emitido o Parecer de Elegibilidade, em seguida o estrangeiro deverá comparecer à Polícia Federal para solicitar a emissão do Registro Nacional Migratório (RNM). Caso a decisão final do processo resultar em negativa ao pedido, não caberá recurso e o processo seguirá para arquivamento. A partir daí, o imigrante estará sujeito à legislação das migrações (JUBILUT, 2007).

Neste sentido, a legislação brasileira busca atender ao que foi preconizado pelo princípio da não devolução, inscrito na Convenção do Estatuto dos Refugiados e pela Lei nº 9.474/1997, que “veda a deportação do estrangeiro para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, ressaltando o refugiado considerado perigoso para a segurança do Brasil” (SILVA;

venezuela.htm

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>

¹¹ A Caritas Internacional é uma confederação de 165 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países. A Cáritas Brasileira promove ações de solidariedade nacionais e internacionais para o atendimento à comunidades afetadas por desastres socioambientais ou que estão em situação de vulnerabilidade.

CAMARGO, 2018, p. 364). Com o propósito de esclarecer os direitos e deveres dos refugiados e solicitantes de refúgio no país, o ACNUR publicou o livro “Direitos e Deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil” (BRASIL, 2018), no qual destaca organizações da sociedade civil que trabalham como parceiras na assistência ao estrangeiro que busca refúgio no Brasil, a saber: o Alto Comissariado elenca a Associação Antônio Vieira - ASAV, Cáritas Arquidiocesana de Manaus - CAM, Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro - CARJ, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo - CASP, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos – CDDH e o Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH (ACNUR, 2016).

Enquanto acontece o processo de reconhecimento da condição de refugiado, o ACNUR recomenda que os refugiados devem ser auxiliados por intérpretes qualificados, os quais devem ser submetidos a grafar termos de responsabilidade e confidencialidade. O solicitante de refúgio também é consultado sobre os procedimentos e participação do intérprete. Além disso, deverão ser observados os aspectos referentes ao gênero do solicitante e do intérprete. Mediante os registros mencionados, cabe dizer que o Brasil integra o chamado Sistema Global de proteção aos direitos humanos, o qual prescreve que a defesa e proteção dos direitos estão além das fronteiras dos Estados. Sobre o sistema, Silva (2018, p. 76) informa que:

(também chamado de universal ou onusiano), composto por tratados internacionais adotados no âmbito da ONU. A construção desse sistema foi uma resposta às atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial, a partir da ideia de que tais acontecimentos poderiam ter sido evitados se o mundo contasse com um sistema que garantisse a observância dos direitos humanos.

Esse sistema traz em seus textos dados historiográficos sobre os direitos humanos e imigração, tanto no âmbito nacional quanto internacional, evidenciando aspectos socioeconômicos e políticos que contribuíram para a edição das leis que buscam atender às demandas dos grupos de refugiados que solicitam entrada ou permanência no Brasil. O maior desafio que eles encontram não é chegar e entrar, mas sim permanecer no país.

O Brasil é signatário das principais convenções e tratados sobre refúgio (Convenção de 1951, Protocolo de Genebra de 1967, Declaração de Cartagena em 1984). Em outras palavras, o imigrante/refugiado tem acesso a plenos direitos sociais e aos serviços públicos. Conforme o relatório divulgado pelo UNHCR¹² (2021), o deslocamento forçado causado por guerras, violência e perseguições atingiu um novo recorde, 82,4 milhões de pessoas. Tendo em vista esse número alarmante e os problemas que o deslocamento forçado acarreta a milhões de vidas

¹² United Nations High Commissioner for Refugees – UNHCR é o nome em inglês para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR.

ao redor do mundo, é imprescindível que hajam políticas públicas efetivas para acolhimento e inserção social das pessoas em situação de migração de crise. A falta de políticas de acolhimento efetivas acaba estimulando a continuação de experiências de violação de direitos humanos, de exploração laboral, de vivências em situações análogas à escravidão, bem como de perseguição e de preconceito. Várias são as dificuldades encontradas pelos refugiados ao chegarem no país desconhecido, podemos citar algumas, por exemplo: lugar onde chegar com a família, alimentação, acesso à língua do país, à documentação, à escola e, conseqüentemente, aos materiais escolares, moradia e trabalho e muitos outros entraves.

No quadro 2 a seguir, veremos dados da demografia do país no ano de 2021.

Quadro 2 - Demografia do Brasil (IBGE-2021)

População total	213.317.639
Faixa etária da população	42,3% ≤ 30 anos 57,7% ≥ 30 anos
Proporção entre feminino e masculino	51,8% feminino 48,2% masculino
População que vive em áreas urbanas, incluindo migrantes e refugiados	84,72% área urbana 15,28% área rural
Número total de migrantes e refugiados	500.000
Principais origens dos migrantes e refugiados	Haiti, China, Países Africanos, Síria e Venezuela
Taxa de desemprego de migrantes e refugiados	20%

Fonte: Elaborado pela autora, com dados retirados do site do IBGE (2021)

De acordo com Guitarrara,

A demografia estuda o perfil e a evolução das populações humanas no tempo e no espaço. Para isso, faz uso de conceitos e indicadores demográficos expressos quantitativamente, ou seja, na forma de dados estatísticos. No Brasil, é o IBGE o principal responsável pela elaboração e divulgação de pesquisas de população, como o Censo Demográfico. O conhecimento mais aprofundado de uma população e do seu comportamento nos auxilia na

compreensão da sua relação com o espaço bem como na elaboração de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas necessidades e demandas. (GUITARRARA, 2023, s/p.)

De acordo com o Sadeck (2021),

O Brasil tem uma população de 213.317.639 habitantes. Estes dados são levantados, contabilizados e divulgados pelo IBGE. Sendo 57,7% maiores de 30 anos, com predominância feminina (51,8%). A estimativa é de que 84,7% vivam nas áreas urbanas e com aproximadamente 500.000 imigrantes e/ou refugiados das diversas partes do mundo, mas com 20% destes estão desempregados. Ainda, de acordo com o IBGE, o Brasil é um dos países mais populosos do mundo, com uma densidade demográfica de 22,43 hab./km².

De acordo com os dados divulgados pelo CONARE (Comissão Nacional de Refugiados) na 7ª edição do relatório “Refugiados em Números”, o Brasil recebeu em 2021 29.107 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Dentre esses, de 15 a 50% são do estado de São Paulo. No quadro 3 abaixo, temos os números de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 2021. Os dados foram elaborados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir dos dados fornecidos pela Polícia Federal.

Quadro 3 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiados em 2021

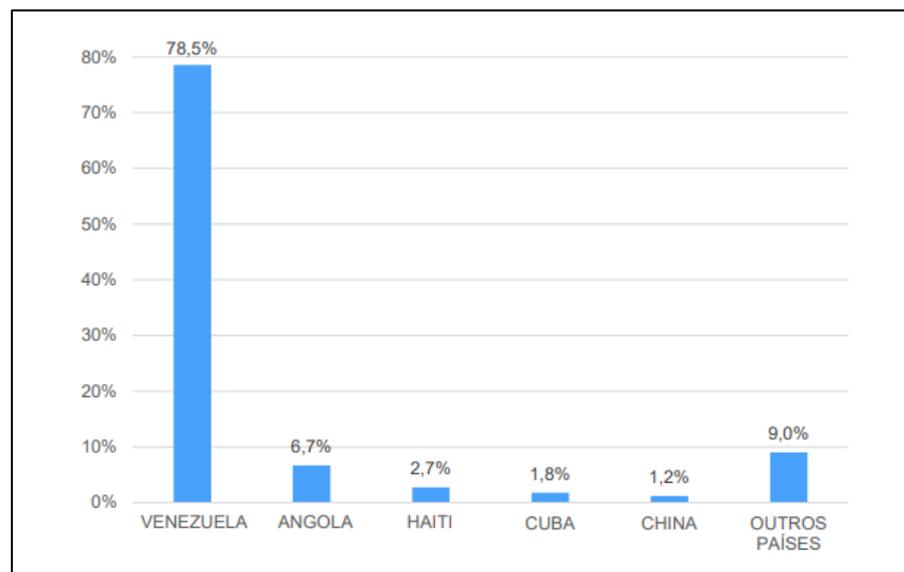
Principais Países	Nº de solicitações
Total	29.107
VENEZUELA	22.856
ANGOLA	1.952
HAITI	794
CUBA	529
CHINA	345
GANÁ	307
BANGLADESH	257
NIGÉRIA	246
ÍNDIA	139
COLÔMBIA	138
PERU	128
LÍBANO	90
GUINÉ	84
SENEGAL	79
SÍRIA	71
CAMARÕES	57
MARROCOS	57
NEPAL	55
PAQUISTÃO	41
GUINÉ-BISSAU	39
OUTROS PAÍSES	843

Fonte: JUNGER; CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p. 11.

Esse número foi muito menor se comparado ao ano 2019, devido às severas restrições para a circulação de pessoas e o controle das fronteiras devido à pandemia de Covid-19¹³. De acordo com o OBMigra, em 2019, no total, o país recebeu 82.552 solicitações, um número *record* na quantidade de solicitações de refúgios, para um único ano, em toda história desde a regulamentação do Estatuto do Refúgio pela legislação brasileira. Em 2021, as solicitações de refúgio foram 29.107 e houve um acréscimo de 208 solicitações em comparação ao ano de 2020, quando o país recebeu 28.899 solicitações.

No gráfico 1, podemos observar o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiados em 2021, agrupados por país de origem.

Gráfico 1 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiados em 2021



Fonte: JUNGER; CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p. 12.

No Gráfico 1, ressalta-se a quantidade de solicitações do reconhecimento da condição de refúgios realizadas no ano de 2021, no território brasileiro, por pessoas de vários países, mediante o contexto muito adverso para a mobilidade humana internacional. No ano de 2021, as solicitações de refúgio no país registraram uma variação positiva de 1.887%, se comparado ao ano de 2011, quando o país recebeu 1.465 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Das 29.107 solicitações em 2021, 22.849 são de venezuelanos, 1.950 de angolanos, 786 de haitianos, 524 de cubanos, 349 de chineses e 2.620 solicitações de outros países do mundo.

¹³ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. No início de 2020 começou uma terrível pandemia, isto é, uma doença que afetou o mundo inteiro por aproximadamente um ano e meio, matando várias pessoas e deixando várias famílias enlutadas. Os sintomas são de categoria leves a moderados, mas algumas desenvolvem um quadro grave e precisam de atendimento médico e, em casos extremos, levam à morte.

O relatório “Refúgio em Números”¹⁴ realizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) apresenta um retrato do refúgio no Brasil e os dados que são vitais para a elaboração de políticas públicas efetivas. Desde 1985, o Brasil reconheceu mais de 60 mil pessoas como refugiadas, a maioria delas (48.789) proveniente da Venezuela, seguido por pessoas da Síria (3.667), República Democrática do Congo (1.448) e Angola (1.363). Apenas em 2021, foram confirmados 3.086 pedidos de reconhecimento da condição de refugiados, sendo que pessoas da Venezuela e de Cuba foram as que mais obtiveram esta confirmação. Do total de casos confirmados em 2021, 50,4% deles foram feitos por crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 14 anos, números muito expressivos e preocupantes também.

2.3 Políticas Linguísticas

De acordo com Ribeiro da Silva (2013), a concepção de Política Linguística, até a metade da década de 1980, era uma expressão desconhecida, de forma muito restrita, era política somente o que estava escrito nos documentos. Também apresentava outros nomes, como: Problemas Linguísticos, Planejamento Linguístico ou até mesmo Engenharia Linguística. Para Ribeiro da Silva (2013), após três décadas e com várias nomenclaturas, o espaço reservado para questões de política linguística nos currículos de Letras ainda é muito tímido. São poucos os cursos da área em que há uma disciplina específica sobre o tema na grade curricular. Ainda de acordo com o ponto de vista do autor, a situação é um pouco mais animadora quando se observam as pesquisas, tendo em vista que a conjuntura sociopolítica e econômica brasileira e mundial tem favorecido a discussão de temas relacionados à política linguística para LIBRAS, para línguas indígenas e de imigração, para o português como língua estrangeira. O autor ressalta ainda que também é possível observar a relevância do tema pela ampliação do número de publicações científicas especializadas. (RIBEIRO DA SILVA, 2013)

Segundo Tollefson (1991 apud RIBEIRO DA SILVA, 2013), o modelo neoclássico não é adequado para responder questões importantes na compreensão dos processos de política linguística. As pesquisas de natureza de neoclássica apontam que a motivação é algo inerente ao indivíduo. Por isso, no modelo neoclássico, o sucesso ou o fracasso na aprendizagem da nova língua é avaliado como sendo de inteira responsabilidade do refugiado-aprendiz. Se aprender rápida e eficientemente a nova língua, ele está altamente motivado. Caso ocorra o contrário, o aprendiz estaria desmotivado. Essa perspectiva não leva em conta os aspectos que

¹⁴ Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>

são capazes de explicar as razões pelas quais o migrante se encontra nesta condição, pois o pressuposto de avaliar o sujeito individualmente não observa as origens das pressões sofridas pelo aprendiz, as escolhas pessoais, os fatores sociais, políticos e econômicos que desestruturaram as mudanças e uso da linguagem. Há uma contradição dessa abordagem nas pesquisas sobre ensino-aprendizagem de línguas como prática de política linguística, a saber: por que algumas pessoas aprendem uma língua facilmente, chegando ao ponto de quase esquecer sua língua materna ao longo do processo, enquanto outras têm tanta dificuldade em aprender e se apegam a sua própria língua e se negam a aprender outras línguas?

Ribeiro da Silva (2013) cita como exemplo as pesquisas patrocinadas pelo Governo Norte-Americano ao longo da década de 1970 como parte de seu programa de acolhimento de refugiados e migrantes. Grande parte dessas pesquisas focalizavam os elementos que motivavam esses grupos a se integrarem à comunidade que os estava acolhendo. Primeiro, pelo bem-estar econômico e social do migrante ao conseguir um trabalho, que passa pela aquisição eficiente da língua e dos padrões culturais de sua nova comunidade. Por outro lado, o desenvolvimento de um sentido de pertencimento ao novo grupo. Trata-se, portanto, da construção de uma nova identidade. O termo “Política Linguística” surge, aproximadamente, com o processo das nações recém-liberadas da dominação colonial na África e na Ásia. Muitos dos novos países que emergiram desse processo caracterizavam-se por uma grande heterogeneidade étnica e linguística. Essa diversidade de etnias e de línguas era um obstáculo a ser superado na constituição desses novos estados nacionais. Conforme Kaplan (1991, p. 143-144 apud RIBEIRO DA SILVA, 2013, p. 293), uma vez que eles estavam sendo projetados a partir do modelo de estado-nação dominante na Europa, isto é, “o estado monolíngue e monocultural”. Segundo esse modelo, esses novos países somente se modernizariam à medida em que seus “problemas linguísticos” fossem superados. Assim, uma das línguas ou variantes faladas pela população deveria ser elevada à condição de língua nacional e, para que isso fosse possível, a língua selecionada deveria passar por um processo de modernização.

Para Ribeiro da Silva (2013), enquanto Tollefson, Schiffman, entre outros, procuravam desenvolver uma abordagem que contemplasse as implicações sociais dos processos da política linguística, a maioria dos pesquisadores dedicava-se a tornar o “modelo padrão” mais sofisticado e mais preciso. Esse discurso, ao que parece, tinha uma dupla funcionalidade: por um lado, reafirmava o caráter “científico” da área de Política Linguística e, por outro, reforçava a ideia de que as críticas fundamentavam-se somente na diferença de enfoque teórico relativo à diversidade linguística. Ribeiro da Silva (2013, p. 293) argumenta que a possibilidade de se manipular ou planejar as línguas era algo evidente, o que importava era discutir a eficiência dos

processos de planejamento linguístico. Para ele, o pressuposto de que as políticas linguísticas são implementadas a partir de critérios cientificamente pré-estabelecidos também pode ser observado acerca da possibilidade de se planejar ou modificar as línguas pela vontade consciente de um sujeito ou instituição.

Para o Ribeiro da Silva (2013, p. 308), a política linguística tem 2 vertentes: a explícita, que seria a legislação oficial das questões linguísticas nos vários documentos oficiais que, muitas vezes, não coincidem com aquelas que, de fato, acontecem na sociedade. E a implícita ou oculta, que seria as regras linguísticas praticadas socialmente, porém não formalizadas. Sendo assim, as políticas linguísticas não são homogêneas, é preciso levar em consideração os aspectos históricos, sociais, educacionais e religiosos da comunidade da língua que pretende-se conhecer.

Shohamy (2006 apud RIBEIRO DA SILVA, 2013), defende que existe um processo, um mecanismo em que as políticas são distribuídas na sociedade. Isto posto, este processo engloba as agendas ocultas da política linguística que atua em seu funcionamento de forma explícita e/ou implícita. A política linguística oficial, expressa em um texto legislativo, seria um exemplo de mecanismo explícito, enquanto a elaboração de materiais didáticos, exames de proficiência, sinais de trânsito, nomes próprios e o vestuário, seriam mecanismos implícitos. Isso implica em dizer que nem a língua, nem os mecanismos são neutros, pois estão envolvidos em políticas e ideologias sociais e econômicas.

Lopez e Diniz (2016) discorrem sobre algumas importantes linhas de ações de acolhimento aos refugiados no âmbito acadêmico, iniciativas levadas a cabo por Instituições de Ensino Superior (IES), de diferentes regiões do Brasil. A seguir, listaremos as ações de PLAc levantadas no artigo de Lopez e Diniz (2016): estas ações são políticas, que estão em processo de expansão no país e em consolidação com a perspectiva transdisciplinar, que tem sido denominada Português como Língua de Acolhimento (PLAc). O PLAc é considerada uma subárea do Português como Língua Adicional (PLA), portanto parte integrante da área de Linguística Aplicada, que se dedica à pesquisa e ao ensino de português para refugiados, em situação de vulnerabilidade e que não tenham o português como língua materna.

Para os autores, entre as IES que têm se destacado na oferta de cursos de PLAc está a Universidade de Brasília (UnB), desde 2013, com o curso do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE), em cooperação com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Neste espaço também funciona o Projeto “PROACOLHER, Português para Estrangeiros: língua cultura e acolhimento em contexto de imigração e refúgio”, com o objetivo de estudar o contexto de ensino-aprendizagem do ensino de PLAc.

Já em São Paulo, região considerada como onde se concentra o maior número de refugiados do Brasil, existe uma iniciativa dos docentes e discentes voluntários vinculados à Universidade de São Paulo (USP). Eles realizam um curso de PLAc junto à Missão Paz, que é uma instituição religiosa que acolhe refugiados e ao Oásis Solidário – Associação de Assistência a refugiados no Brasil.

Há também as ações implantadas pela parceria entre a UFMG, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET) e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Outra iniciativa é Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com o Projeto “Português Brasileiro para Migração Humanitária”, que oferece os cursos de PLAc, além de assessoria jurídica, acompanhamento psicológico, aulas de informática e de história do Brasil, a partir de parcerias do Centro de Línguas e Interculturalidade (CELIN) e com outras áreas da universidade.

Além destas iniciativas especificamente sobre os cursos o PLAc, promovidos pelas universidades, nos últimos anos, outras iniciativas se despontam nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão relativas aos refugiados e imigrantes de maneira geral no Brasil. Pode-se destacar a criação, pelo ACNUR, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em 2003. Em parceria com governos, universidades e organizações da América Latina, de acordo com Lopez e Diniz (2016), a CSVM é um órgão que tem por objetivo promover e difundir os direitos de refugiados por meio do ensino e da pesquisa sobre seus direitos. Esta iniciativa tem colaborado para o fortalecimento dos debates, nas IES brasileiras, sobre a situação dos refugiados no país, como também para a inclusão destes ao ensino superior brasileiro. Para além disso, a CSVM anela incentivar a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes nesta temática, sendo responsável por várias ações no país, como a criação do Diretório Nacional de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado sobre Refúgio, Deslocamentos Internos e Apatridia (de 1987 a 2009), fruto de uma parceria entre o ACNUR e a Universidade Católica de Santos (UniSantos).

Além disso, de acordo com Lopez e Diniz (2016), nos últimos anos, são mais de 20 Instituições de Ensino Superior conveniadas com a CSVM, que têm promovido iniciativas desta natureza, a saber: a Faculdade de Direito da USP, desenvolve o Projeto “Migração - Programa de Conscientização e Proteção ao Direito do Migrante”, que tem como meta preparar estudantes e pesquisadores para prestarem orientação jurídica aos imigrantes. Além disso, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) conta com o grupo de pesquisa Migrações, Dinâmicas Territoriais e Integração Regional, que se debruça, entre outros temas, sobre a saga haitiana. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por sua vez, mantém o Grupo

de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE), um projeto de extensão universitária que promove ações e serviços voltados para esse público.

Segundo Lopez e Diniz (2016), no norte do país, em 2008, por meio de um projeto coordenado por um docente da UFAM, foi publicada a “Cartilha dos Direitos dos Imigrantes”. Já o projeto de extensão “Rede Acolher”, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), oferece cursos de português e diferentes serviços a migrantes e refugiados, em especial, venezuelanos. A UFAM também divulgou, em 2011, oferta de atendimento psicológico gratuito a solicitantes de refúgio e refugiados pelo Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA), e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) elaborou o material que serviu de base para o curso de PLAc oferecido pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) nesse mesmo ano. Por fim, citamos a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), que lançou, em dezembro de 2015, o Observatório de Migração Internacional do Estado de Minas Gerais (OBMinas), em parceria com a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a UFMG, o Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), a Universidade Vale do Rio Doce (Univale) - campus de Governador Valadares, o Instituto Izabela Hendrix e Organizações não governamentais (ONGs) que têm experiência no atendimento a imigrantes. Além dessas iniciativas, a PUC-MG lançou, em maio de 2016, a cartilha bilíngue “Direitos Sociais dos Imigrantes (Haiti-Brasil)”. Também, destacam-se as ações do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) - Português como Língua Estrangeira/Adicional – desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. O governo federal possibilita que as IES participantes ofereçam cursos de PLAc para sujeitos deslocados forçados, com o diferencial que estes podem ser oferecidos também para membros da comunidade externa, e não apenas para a indivíduos que façam parte da comunidade acadêmica da IES ofertante, como acontece atualmente na oferta de cursos em outros idiomas no âmbito do programa, a exemplo do IsF - Inglês.

Para Lopez e Diniz (2016), com o compromisso que as IES geralmente têm com a transformação social, seria muito relevante pensar na estruturação de processos específicos visando à entrada e permanência de deslocados forçados no ensino superior. Então, uma iniciativa importante neste sentido foi a instituição, em 2010, com o programa Pró-Haiti em Educação Superior, por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conjuntamente com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), que oferecem bolsas de estudos às universidades brasileiras para estudantes de instituições de ensino superior de Porto Príncipe. O programa também prevê apoio a cursos de PLA e a projetos para realização de diagnósticos do ensino superior em Porto

Príncipe, bem como o envio de professores e pesquisadores à capital haitiana. No que diz respeito às formas de acesso a IES específicas para deslocados forçados, destacam-se as ações da Universidade Católica de Santos (UniSantos), que faz parte da CSVm desde 2007 e mantém um programa de “Bolsas Refugiados”, aliado a vagas em cursos de graduação voltados para eles, porém depende da disponibilidade de vagas ofertada pela UniSantos.

Em janeiro de 2017, a UFSM instituiu, juntamente com a CSVm, por meio do seu Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional (MIGRAIDH) o “Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior para refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade”, que permite a imigrantes pleitearem vagas criadas especificamente para esse público em cursos técnicos e superiores da instituição. A ação da UFSM teve sua importância reconhecida pelo ACNUR Brasil e pelo MEC. Já a UFSCar é uma das universidades públicas onde o ingresso de refugiados – atividade vinculada à CSVm – já é facilitado há 10 anos. O processo na universidade data de 2008 e não prevê a necessidade de o imigrante comprovar certificação em língua portuguesa; na falta de documentação comprobatória de escolaridade, o imigrante pode se valer de um atestado expedido pelo CONARE. Em 2009, a UFSCar organizou o primeiro vestibular específico para refugiados do país, mas, desde 2015, vem usando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção dos imigrantes.

A UFMG, por sua vez, desde 1998, mantém um processo relativamente simples, de acesso de refugiados políticos em cursos de graduação. Através do preenchimento de um requerimento entregue diretamente no Departamento de Registro e Controle Acadêmico, que, em seguida, encaminha-o para o Colegiado do Curso pretendido, ao qual compete a análise, seleção e decisão. Ademais, na UFMG, acontece, desde 2015, o “Projeto Pró-Imigrantes”, que oferece curso preparatório gratuito para o ENEM voltado para imigrantes deslocados forçados.

Na região sul do país, a UNILA conta, desde 2015, com o Programa Especial de Acesso à Educação Superior da UNILA – Pró-Haiti, oferecendo vagas a haitianos que sejam residentes permanentes no Brasil. Além de terem acesso à universidade, os estudantes selecionados para participarem do programa recebem alojamento e auxílios para alimentação e transporte. Seguramente, políticas de permanência como essa são tão importantes quanto a própria disponibilização das vagas na universidade. Já a UFPR tem oferecido, desde 2015, vagas na graduação para refugiados e portadores de visto humanitário que já tenham iniciado a graduação em instituições de ensino superior nos seus países de origem, mediante comprovação. Caso o migrante não tenha em mãos a documentação comprobatória, pode elaborar uma justificativa que, assim como outros documentos, é aceita em português, espanhol, francês ou inglês. Por

fim, a UFRGS anunciou que teria ingresso especial para refugiados e portadores de visto humanitário, segundo decisão da universidade de outubro de 2015. A universidade exige que o candidato comprove, em até um ano depois de assumir a vaga na graduação ou pós, aprovação no Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras). A universidade também oferece o curso preparatório para o exame no seu Programa de Português para Estrangeiros (PPE), gratuito por até dois semestres, ao imigrante que não tenha o certificado.

Em decorrência do próprio processo de migração que sofreram, não é raro que muitos refugiados não tenham a documentação comprobatória de seu grau de escolaridade, da maneira como geralmente se exige nesses processos de revalidação/reconhecimento. E, quando têm, o alto custo com as despesas com traduções juramentadas ou a morosidade burocrática podem ser obstáculos consideráveis. Por isso, com uma certa frequência, é comum ver pessoas refugiadas: médicos ou engenheiros trabalhando como gari, pedreiro ou auxiliar de pedreiro. Aqui, faz-se necessário uma explicação desta pesquisadora. É preciso deixar claro que ser gari, pedreiro ou auxiliar de pedreiro não desmerece ninguém, toda profissão é louvável. Porém, toda pessoa que faz um curso universitário e que goste da profissão escolhida tem o desejo de trabalhar na sua área de atuação.

Segundo Lopez e Diniz (2016), deve ocupar um lugar privilegiado o desenvolvimento da especialidade de PLAc, que faz parte também Português como Língua Estrangeiros (PLE). Sem dúvida, um desafio para que isto aconteça é o fato de que o próprio processo de institucionalização da subárea da Linguística Aplicada (LA) ainda é muito tímida ou mesmo inexistente em algumas IES brasileiras. Se faz urgente, então, políticas públicas estratégicas para a formação de professores e pesquisadores de PLA, de maneira mais geral, e de PLAc, de maneira particular. Em consonância com os autores, pensamos que, apesar das notáveis iniciativas do voluntariado e de diferentes entidades da sociedade civil que têm tomado as rédeas do ensino de PLAc no país, como estratégia para preencher a lacuna deixada pelo governo brasileiro deixada no atendimento a essa demanda, percebe-se a urgência dos governantes criarem programas para contratarem professores, com formação inicial em PLE, para o ensino de português como língua de acolhimento para os refugiados trabalhadores.

2.4 Políticas linguísticas nacionais

As políticas linguísticas públicas vêm sendo amplamente debatidas pelos pesquisadores da área. No Brasil, mais especificamente, trata-se de uma questão muito

urgente, principalmente com os grandes deslocamentos migratórios. Com a movimentação da diversidade linguística que a sociedade brasileira acolhe nos últimos tempos vem sendo construída uma teia de práticas linguísticas que envolvem as discussões políticas, sejam elas das instâncias do Estado, da área jurídica, sejam dos campos literários, acadêmicos ou civis. Assim, deparamo-nos com um contexto complexo que articula tanto as políticas linguísticas explícitas, centralizadas no Estado e nas instituições, quanto as implícitas, centradas no contexto das representações ideológicas e das organizações não governamentais.

Porém, em termos de políticas linguísticas e práticas de acolhimento aos refugiados, ainda precisamos melhorar muito quanto à oferta do ensino-aprendizagem institucionalizado de PLAc, frequentemente com pouquíssimos recursos financeiros, conforme Amado (2011) pontua sobre a situação dos “trabalhadores transplantados”. Entende-se como trabalhadores transplantados aquelas pessoas adultas que saem do seu lugar de morada, por vontade própria ou por motivos adversos à sua vontade, e chegam a outro lugar prontos e dispostos a trabalhar, sendo na sua área ou não, para conseguirem dar uma vida digna para sua família.

Apesar de haver legislações específicas para refugiados e imigrantes – a Lei n.º 6.815/1980 – mais conhecida como Estatuto do Estrangeiro, a Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997 para refugiados, e a Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017, Lei de Migração – são políticas públicas com pouco poder de intervenção. Para superar os entraves, elas buscam apoio mútuo em associações e contam com a solidariedade de organizações da sociedade civil. Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, “assegura aos estrangeiros plena igualdade de tratamento com os nacionais”.

No Brasil, as políticas públicas para os refugiados são compreendidas como extensão dos direitos humanos fundamentais instituídos na Constituição Federal de 1988. Sobre a educação, o artigo 205 prescreve que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Sim, a educação é direito de todos, porém é claro que neste artigo refere-se à educação de crianças e adolescentes na idade própria, ao citar o “dever do Estado e da família”. Porém, os refugiados adultos também precisam estudar, principalmente a língua do país acolhedor. Muitas vezes, esses adultos, também não se enquadram na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para os refugiados analfabetos, sim, a EJA funcionaria, com algumas adaptações. Mas, para

aqueles em que o alfabeto do seu país é completamente diferente do nosso e possuem algum nível de letramento, a EJA não daria certo. Esses precisam de salas de ensino-aprendizagem de PLAc, para serem acolhidos e iniciados na língua do país acolhedor, baseando-se nas necessidades primeiras desses indivíduos.

Para os refugiados adultos e tratando-se das políticas linguísticas públicas para refugiados, o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras)¹⁵ foi criado pela Portaria nº 1,787, de 26 de dezembro de 1994. Foi instituído para ser aplicado em instituições, no Brasil e no exterior, credenciadas pelo MEC. Em 2010, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹⁶, assume a responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção e divulgação dos resultados do Exame. No Brasil, o CELPE-Bras atua como mecanismo de política linguística e pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)¹⁷. Conforme o site do MEC, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oportuniza educação superior a pessoas de países em desenvolvimento. Países esses com os quais o Brasil tem acordos educacionais e culturais. Este programa foi desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas. O programa seleciona ainda estrangeiros, entre 18 e de preferência até 23 anos, com ensino médio completo, para prosseguir seus estudos de graduação no país que os acolhe. O certificado CELPE-Bras é exigido para a validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país.

Também há o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)¹⁸, que também é uma política pública brasileira, criado pela Portaria Normativa nº 105, de 24 de maio de 2012. Inicialmente com o nome de Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras, composto por um grupo de especialistas em línguas estrangeiras a pedido da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), para auxiliar estudantes de nível superior a terem acesso aos programas de mobilidade ofertados pelo Governo Federal. Em 24 de novembro de 2014, sob a Portaria Normativa n.º 973, foi instituído o Programa Idiomas sem Fronteiras. Este Programa tornou-se uma importante iniciativa para auxiliar no processo de internacionalização e para contribuir

¹⁵ Mais informações sobre o exame disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>.

¹⁶ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mas conhecida apenas como INEP, foi criado há mais de oitenta anos e é praticamente um braço direito para o Ministério da Educação (MEC). Isso porque é o instituto que carrega a responsabilidade de atuar nas ações educacionais que acontecem no Brasil, de forma a ajudar no desenvolvimento do país.

¹⁷ Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>

¹⁸ Informações disponíveis em: <https://isf.mec.gov.br/>

para o desenvolvimento de uma política linguística nas universidades brasileiras, além de promover residência docente para os futuros profissionais do ensino de línguas estrangeiras. Porém, ambos os programas são para estudantes de nível superior ou pré-requisito para ingresso em cursos de graduação ou validação de diplomas, processos caros e que, muitas vezes, não condizem com as condições financeiras dos refugiados ao chegarem no país.

O Português para estrangeiros foi fomentado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)¹⁹, em diferentes regiões do país. Criado pela Lei nº 12.513 de 2011, no Artigo 1º, parágrafo único, inciso I, atende ao objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica a nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Em 2012, após aprovação da portaria MEC nº 1.232/2012, o curso “Língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros” (Básico e Intermediário) passou a integrar o Guia Pronatec, com cursos de formação inicial e continuada no eixo tecnológico. Para o nível básico e intermediário são descritas as competências comunicativas abordadas pelo Programa, a saber:

Básico - Demonstra habilidades de produção e de recepção do discurso oral e escrito em língua portuguesa e de aspectos da cultura brasileira e regional. Utiliza a competência comunicativa em nível básico. Cumprimenta, apresenta-se e despede-se. Oferece informações sobre direções. Trata o interlocutor com o grau de formalidade adequada ao contexto. Informa horários, preços e descreve rotina pessoal. Intermediário - Demonstra habilidades de produção e de recepção do discurso oral e escrito em língua portuguesa e de aspectos da cultura brasileira e regional. Utiliza a competência comunicativa em nível intermediário. Recepção de turistas, clientes e visitantes. Informa sobre roteiros turísticos, clima, serviços turísticos e meios de hospedagem. Atende chamadas telefônicas, solicitações e reclamações. Preenche formulários, obtém e transmite informações. (MEC, 2012, p. 41)

De acordo com Almeida Filho (2016, p. 8),

a competência comunicativa aborda as noções gerais de conhecimento de mundo e regras de convivência, desempenho, ação e culmina no ato comunicativo expresso, via linguagem e interação em contexto social.

Neste sentido, o Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas (QERC) afirma que:

O uso de uma língua abrangendo a sua aprendizagem inclui as ações

¹⁹ Informações disponíveis em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm

realizadas pelas pessoas que, como indivíduos e como actores sociais, desenvolvem um conjunto de competências gerais e, particularmente, competências comunicativas em língua. As pessoas utilizam as competências à sua disposição em vários contextos, em diferentes condições, sujeitas a diversas limitações, com o fim de realizarem actividades linguísticas que implicam processos linguísticos para produzirem e/ou receberem textos relacionados com temas pertencentes a domínios específicos. Para tal, activam as estratégias que lhes parecem mais apropriadas para o desempenho das tarefas a realizar. O controle destas acções pelos interlocutores conduz ao reforço ou à modificação das suas competências. (PORTUGAL, 2001, p. 20).

De acordo com Oliveira (2010), o ensino da língua de acolhimento deve levar em conta não apenas ou exclusivamente aspectos linguísticos, mas também todas aquelas habilidades comunicativas comuns que estão presentes na conversação e na comunicação, como, por exemplo, as regras elementares de comportamentos sociais, como: pedir, cumprimentar, adequar o tom da voz e a escolha de expressões convenientemente nas demandas, solicitações para outras pessoas, dentre outras. Para isso, é necessário ter presente, o conhecimento e domínio desses mecanismos socioculturais, que são inerentes a qualquer situação comunicativa na língua que pretende-se aprender. Tanto a linguagem como o sujeito se constituem nos processos comunicativos e interativos entre eles. Sendo assim, o sujeito se constitui à medida que comunica-se com os outros, não como um sujeito pronto e acabado, mas como um sujeito que interage completando-se e construindo-se tanto, nas suas próprias falas, como em todas as suas particularidades e subjetividades.

Em Brasília, o Pronatec lançou o curso de português para imigrantes e refugiados em 31 de outubro de 2016, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), com oferta de 40 vagas. As aulas tiveram início no dia 16 de novembro do mesmo ano. Além das aulas gratuitas para os refugiados, solicitantes de refúgio e portadores de vistos humanitários também receberam um auxílio para custeio do transporte e alimentação. O curso foi resultado da iniciativa do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), em parceria com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF). Sendo assim, na atuação do Pronatec, a oferta da língua portuguesa para estrangeiros foi ampliada por meio do Programa Idiomas sem Fronteiras, instituído pela portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014 explicita no artigo 1º, cujo o objetivo era:

propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo das Instituições de Educação Superior Públicas e Privadas - IES e de professores de idiomas da rede pública de

educação básica, bem como a formação e a capacitação de estrangeiros em língua portuguesa. (BRASIL, 2014, p. 11)

O público-alvo do programa para matrícula nos cursos de idiomas, conforme informado pela portaria, são de estudantes universitários, contudo, na sua maioria, os beneficiados dos cursos de português são estudantes em mobilidade nas instituições brasileiras, sendo possível a matrícula de refugiados adultos, vinculados a empresas ou estrangeiros que buscam preparar-se para exames de seleção das universidades brasileiras.

Algumas Unidades da Federação instituíram, no regramento local, ações específicas para esta população, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul, que instaurou o Comitê Gaúcho de Atenção para Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas (COMIRAT), instituído pelo decreto nº 49.729, no ano de 2012²⁰. No Distrito Federal, foi publicado em 13 de dezembro de 2018, o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA/DF, 2018)²¹. Este documento foi desenvolvido pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude em parceria com o Conselho dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CDCA/DF)²², o Instituto Berço da Cidadania e o Ministério dos Direitos Humanos²³. No Plano Decenal, citado acima, no Capítulo 3 - Diretriz 2, prescreve sobre a ampliação do olhar das políticas públicas para as diversas infâncias e adolescências, que estabelece:

META: Crianças e adolescentes vistos nas políticas públicas como sujeitos em suas diversidades (infância, adolescência, deficiência, gênero, orientação sexual, imigrantes, refugiados, raça/etnia, religião e território).
ESTRATÉGIAS: Criação/fortalecimento das políticas, secretarias e coordenações que lidam com a diversidade. Promoção de campanhas e ações afirmativas de combate à discriminação e ao preconceito, contra

²⁰ Disponível em: <https://www.sjsps.rs.gov.br/decreto-n-49-729-de-22-de-outubro-de-2012>

²¹ Em abril de 2011, 1, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente (CONANDA) aprovou o Plano Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e de Adolescentes, que se constitui como Plano articulador de várias políticas setoriais e, além de fortalecer os princípios da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência dos direitos, contribuindo para dar maior efetividade das ações previstas nos diversos planos setoriais os quais o Distrito Federal tem publicado para esta área.

²² CDCA/DF – Este Conselho Foi criado pela Lei nº 234, de 15 de janeiro de 1992, modificada pela Lei nº 5.244, de 16 de Dezembro de 2013, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (Sejus), é o órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações de implementação dessa política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA-DF.

²³ O Instituto de Capacitação e Intervenção Psicossocial pelos Direitos da Criança e Adolescente em Situação de Risco – Berço da Cidadania, é uma entidade de assistência social, atua na execução direta de programas e projetos voltados à inclusão e o desenvolvimento social, desenvolve ações socioeducativas e oferta do Serviço de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos, bem como o Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS e o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e suas Famílias na modalidade Casa de Passagem no âmbito da Assistência Social.

crianças e adolescentes com ênfase inicial em gênero, orientação sexual, raça/etnia e pessoas com deficiência, e focalizar outras áreas caso haja mudança nos dados ao longo da vigência do Plano Decenal. Inclusão das crianças refugiadas e imigrantes nas políticas públicas em igualdade de condições com os brasileiros (CDCA/DF, 2018, p. 37-38)

Nesta Diretriz, a criança e o adolescente refugiados são inclusos nas políticas braileiras com todos os direitos e deveres da criança e adolescente nacionais. O ACNUR (2016), é um órgão empenhado em garantir, também, que crianças, adolescentes e jovens sejam protegidos e que seus direitos sejam garantidos por meio de parcerias com entidades de apoio psicossocial e programas direcionados para atender suas necessidades específicas de proteção e desenvolvimento. Muitos foram afastados de suas famílias, e uma das funções deste órgão é procurar reuni-los novamente. Desse modo, compreendemos que, para as crianças e os adolescentes refugiados, além das barreiras culturais, preconceitos e comunicação, muitos deles enfrentam a falta da família. O enfrentamento dessa dificuldade requer mecanismos de acolhimento pela sociedade que recepciona essas pessoas.

Os estudos que relacionam o ensino do PLAc como política pública ainda são poucos. Ressaltamos que, no Brasil, ainda que as políticas linguísticas públicas para refugiados não tenham um programa educacional especificamente delineado para os refugiados adultos, muitas ações de acolhimento são instituídas pelo Estado, outras por atores não governamentais.

Na seção a seguir serão abordados sobre a conceituação de Português como Língua de Acolhimento (PLAc).

2.5 Conceito de Português como Língua de Acolhimento (PLAc)

As pesquisas referentes à linguagem humana vêm desde a antiguidade. A história conta que gregos, romanos e hindus já tinham curiosidade sobre a capacidade do homem de interagir mediado por uma língua. Essa curiosidade precede o aparecimento da ciência que a toma como objeto de investigação, a linguística. Seguindo o curso da história, no Brasil, desde a colonização, os indígenas eram obrigados a aprender o português de Portugal.

Em primeiro lugar, é importante definirmos o termo língua materna, também chamada de L1. É a língua adquirida e aprendida primeiro, com que se tem contato em casa e na experiência da comunidade em que vive. De acordo com Almeida Filho (2007, p. 64), a língua define o falante como indivíduo, como participante de uma comunidade de fala, de uma cultura, visto que, via de regra, a língua se concretiza a partir de uma variedade que se manifesta nos aspectos regionais e socioculturais.

Em meados do século 20, com o advento da industrialização, o ensino de línguas em solo brasileiro foi se configurando. Com o surgimento das demandas de mão de obra especializada, muitos estrangeiros vinham para o Brasil e o cenário do Português como Língua Estrangeira (PLE) começa a despontar devido ao desenvolvimento econômico e cultural. Nesse contexto, são iniciadas as primeiras pesquisas sobre PLE no Brasil, sendo o Rio Grande do Sul o estado pioneiro na publicação dos primeiros materiais de ensino com a temática. Conforme Almeida Filho (2012, p. 726),

Marcas significativas do surgimento de uma nova especialidade no Ensino de Línguas no Brasil começam a aparecer na abertura de cursos para alunos estrangeiros no sul do Brasil, como o curso de PLE da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para o qual a professora Mercedes Marchand criou um manual didático O ensino de português para estrangeiros em 1957, tendo sido publicado pela Editora Sulina do Rio Grande do Sul. (ALMEIDA FILHO, 2012, p. 726)

A partir daí, o ensino de PLE ganhou mais projeção, visibilidade e incentivo para desenvolver suas pesquisas na área. A partir dos anos 80, com o aumento de estrangeiros no Brasil, principalmente para a indústria, o PLE é posicionado em um lugar mais institucionalizado. Foram surgindo dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas na área e, assim, o PLE foi se formando como um campo de estudo nas universidades e nos centros de língua. Porém, nos últimos tempos, tem sido mais utilizado o termo Português como Língua Adicional (PLA), nos estudos sobre o ensino de português para não falantes. Para Jordão (2014), ao escolher o termo “língua adicional”, contribui-se para uma visão de plurilinguismo das sociedades contemporâneas, na medida em que celebra-se a “coexistência de várias línguas em sua insistência em não destacar uma língua em detrimento de outras” (JORDÃO, 2014, p. 13). Para Leffa e Irala (2014, p. 32),

O uso do termo “adicional” traz vantagens porque não há necessidade de se discriminar o contexto geográfico (língua do país vizinho, língua franca ou internacional) ou mesmo as características individuais do aluno (segunda ou terceira língua). (LEFFA; IRALA, 2014, p. 32).

Para os autores, o termo adicional pressupõe a existência de uma língua já desenvolvida na mente do sujeito, com o desenvolvimento de elementos do sistema linguístico com base naqueles já existentes, a partir dos quais outros serão contrastados. Além disso, apontam para a possibilidade de uma convivência harmoniosa e o despertar do interesse pelo aprendiz para desempenhar papéis sociais na nova cultura. Longe de ser um mero um conceito, *língua*

adicional implica no respeito à língua do outro, a trocas culturais, podendo ser um significativo componente construtor de espaços interculturais com outras línguas e suas culturas. Para Lopez e Miranda (2019, p. 19), o termo Língua Adicional se aplica a todos os casos de língua não materna. Sendo assim, pode-se inferir que os termos PLE e PLAc também fazem parte do PLA. Desse modo, o uso de PLAc é uma questão de política linguística no sentido amplo, pois se trata de um deslocamento ideológico no enfrentamento de questões relacionadas a processo de ensino-aprendizagem de línguas. Segundo o entendimento de Diniz (2012, p. 16), de diversas maneiras e sem perpassar diretamente pelas ações do Estado,

diferentes processos de instrumentalização e institucionalização de uma língua têm seus efeitos em termos de política linguística, [...] mesmo quando não são levados a cabo a partir de decisões conscientes que visem à intervenção explícita em determinadas práticas linguísticas.

Ainda para Lopez e Miranda (2019, p. 36), para que a formação na área de PLA e PLAc seja possível, seria necessário um maior investimento em políticas públicas, no sentido de institucionalizar a formação dos profissionais dessa área nas universidades brasileiras e criar de métodos adequados para que o processo de ensino-aprendizagem de PLAc seja de forma efetiva e melhor amparada.

De acordo Cabete (2010, p. 45),

Todo aquele que chega a um novo país traz consigo a sua identidade cultural, a sua língua materna, o seu trajeto vivencial e a expectativa de uma vida diferente, independentemente do período de tempo que tenciona ficar. Toda esta “bagagem” que o imigrante carrega consigo caracteriza-o, de imediato, como um elemento que se diferencia dos cidadãos do país que o acolhe.

Conforme mencionado na seção 2.1 deste trabalho, vale esclarecer que há grande diferença entre refugiado e imigrante: o imigrante muda-se para outro país por escolha pessoal, e não por sofrer ameaça direta, sua intenção é melhorar de vida e não fugir de perigos iminentes. Mesmo que se trate de imigrantes em situação de extrema pobreza, eles não são definidos como refugiados. O status de refugiado está estreitamente ligado a situações de violência. Portanto, os imigrantes não são contemplados pela mesma lei que os refugiados, cada país trata-os conforme sua legislação específica e não há restrição para devolvê-los aos países de origem. Por isso, utilizo-me neste texto do termo “refugiado”.

A chegada de refugiados no Brasil não é algo recente, vem acontecendo ao longo da história. Temos políticas públicas para o atendimento a esse público, mas ainda estamos caminhando neste quesito, principalmente no que se refere às políticas educacionais

públicas para acolher os refugiados adultos. É nesse novo cenário que se verifica a necessidade do ensino-aprendizagem de PLAc. Não nos referimos aqui a um acolhimento como mecanismo de posse, em que o refugiado precisa sujeitar-se à vontade regulada pelas regras da sociedade, que obriga os recém-chegados a conhecer e praticar a cultura e a língua do país acolhedor, mas para poderem ter direitos e acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Segundo Anunciação (2018), é preciso ser uma ação de acolhimento que valorize “as subjetividades culturais híbridas, que convivem em contextos superdiversos (de migração e de refúgio)” (ANUNCIAÇÃO, 2018, p. 58).

De acordo Grosso (2010), a escolha pelo conceito de língua de acolhimento define a relação entre língua e o contexto a que ela se aplica: “Orientada para a ação, a língua de acolhimento tem um saber fazer que contribui para uma interação real, a vida cotidiana, as condições de vida, as convenções sociais e outras que só podem ser compreendidas numa relação bidirecional” (GROSSO, 2010, p. 71). Uma atividade humanizada de escuta das necessidades dos sujeitos recém-chegados, que têm uma cultura, uma língua e vivências que precisam ser valorizadas nas práticas de ensino-aprendizagem de PLAc, um ensino baseado na partilha das culturas diversas envolvidas.

Em entrevista com a Prof.^a Dra. Rosane de Sá Amado²⁴ (PAVAN; SOUZA, 2022), que conta um pouco de sua vasta trajetória sobre o que chama, a princípio, de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL). Em 2005 e 2006, ela orientou estudantes de mestrado nesta área. Discorre sobre suas pesquisas na prática e as práticas nas pesquisas, de como acontece quando a sala de aula ocupa um espaço de acolhimento, como se dão as relações e os conteúdos no processo de ensino-aprendizagem de português como língua adicional para falantes de outras línguas. Para a professora, o termo Português Língua Estrangeira (PLE) sempre a incomodou, pois esta nomenclatura não abarcaria, por exemplo, os indígenas, povos que ela teve a sua primeira experiência na área de ensino-aprendizagem de português para falantes de outras línguas. Mais ainda, é um termo que sugere estranheza, algo ou alguém de fora, de subtração. Neste contexto, a professora conheceu e começou a utilizar o termo Português como Língua Adicional (PLA), pois, este sim, sugere algo que adiciona, que agrega.

Como foi dito anteriormente, a preocupação com as políticas sociais e educativas da

²⁴ Bacharel em Letras, habilitação Árabe-Português, mestre e doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo em pesquisa sobre o Pykobjê-Timbira, língua indígena da família Jê. Realizou pós-doutorado na Universidade de Brasília, no NEPPE-UnB, na área de Linguística Aplicada, com pesquisa voltada ao ensino de português como língua de acolhimento. É docente da Universidade de São Paulo e coordena o Grupo de Estudos de Português para Falantes de Outras Línguas (GEPFOL). É coordenadora da área de Português Língua Estrangeira no Centro de Línguas da USP e representante do Português sem Fronteiras da USP no Programa Idioma Sem Fronteiras.

língua de acolhimento integra a diversidade linguística e cultural, demonstrada por meio de estudos e pesquisas desde a década de 1970, porque volta-se para a sociedade que recebe o sujeito refugiado, com a finalidade de integrá-lo ao grupo local. Porém, o PLAc, na história do ensino-aprendizagem de línguas, é uma nomenclatura relativamente recente, mencionado primeiro no contexto europeu e usado mais especificamente no âmbito do Programa “Portugal Acolhe - Português para Todos”, desenvolvido pelo governo português em 2001, com o objetivo de auxiliar a comunidade refugiada no seu processo de integração ao providenciar cursos de português dirigidos exclusivamente a imigrantes adultos.

Os dados demonstram que houve um momento histórico em que as pesquisas brasileiras começam a tomar um posicionamento político no uso do termo PLAC para o contexto específico para refugiados. Sendo assim, o termo PLAc passou a ser popular no Brasil a partir de 2013, quando a professora Amado mencionou, no seu Artigo Científico, “O ensino do português como língua de acolhimento para refugiados” (AMADO, 2013), a nomenclatura de procedência portuguesa. Desde então, compreende-se o PLAc não somente como uma mudança na forma de ensinar e aprender, mas também uma mudança de atitude diante da situação de vulnerabilidade dos refugiados. O acolhimento é abrangente, é humanitário e acontece em diversas áreas. Neste viés, a aquisição da Língua Portuguesa para os que buscam o Brasil como país de destino torna-se imprescindível durante o processo de inclusão do refugiado, pois “seja qual for a razão: política, econômica, familiar ou outra, quem chega precisa agir linguisticamente de forma autônoma, num contexto que não lhe é familiar” (GROSSO, 2010, p. 66).

Ao perscrutar o percurso do ensino-aprendizagem de PLAc, através da utilização da linguagem, nos últimos anos, conforme informam Aranda Soto e Madkouri (2006), o conceito de PLAc tornou-se mais usual para diferentes autores, tais como Vala (2005), Fonseca e Gorraci (2007), Leiria (1999), Bento (2013), entre outros. De acordo com Bayan (2009), o interesse teórico pelo ensino-aprendizagem de PLAc vem desde a década de 1970, na Europa, devido às alterações verificadas no campo da migração. A partir desse momento, foram dados os primeiros passos para a criação, a nível europeu, de políticas sociais e educativas que integravam a diversidade linguística e cultural, a fim de garantir e promover a igualdade de oportunidade e o acesso ao aprendizado dos imigrantes, defendendo um ensino adaptado às necessidades específicas destes alunos.

Segundo Bayan (2009), a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu de 2000 realça a importância da integração do imigrante na sociedade do país de acolhimento. Assim sendo, pode-se inferir que se trata de uma adaptação do migrante e da

sociedade que o acolhe. As medidas sugeridas a fim de promover a integração devem incluir a formação linguística, política, social e forma de acesso aos serviços oferecidos. O papel desempenhado pelo Conselho da Europa, que originou duas iniciativas fundamentais integradas no âmbito do Projeto de Políticas Linguísticas para uma Europa Multilíngue e Multicultural: o Quadro Europeu Comum de Referência (QEQR) para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação e o Portfólio Europeu de Línguas (PEL). Portugal integrou um grupo de quinze países que aderiram ao projeto na sua fase de experimentação de 1998-2001.

A língua de acolhimento se dá, pela proposta do QEQR, utilizado na Europa para direcionar os profissionais que atuam no ensino de línguas. Para este órgão, o professor deve ter como referência no processo de ensino-aprendizagem (o ensino e a avaliação das línguas vivas, transparente, coerente e abrangente), a ideia de que o aluno é um ator social e precisa cumprir atividades além das que se relacionam com a língua. Neste sentido, o QEQR aborda que:

O uso de uma língua abrangendo a sua aprendizagem inclui as acções realizadas pelas pessoas que, como indivíduos e como actores sociais, desenvolvem um conjunto de competências gerais e, particularmente, competências comunicativas em língua. As pessoas utilizam as competências à sua disposição em vários contextos, em diferentes condições, sujeitas a diversas limitações, com o fim de realizarem actividades linguísticas que implicam processos linguísticos para produzirem e/ou receberem textos relacionados com temas pertencentes a domínios específicos. Para tal, activam as estratégias que lhes parecem mais apropriadas para o desempenho das tarefas a realizar. O controle destas acções pelos interlocutores conduz ao reforço ou à modificação das suas competências. (QEQR, 2001, p. 20).

Como dito anteriormente, Amado discorreu sobre o termo PLAc num artigo científico de sua autoria, com o título “O ensino do português como língua de acolhimento para refugiados” em 2013. Porém, a autora começou efetivamente a utilizar o termo Português Língua de Acolhimento (PLAc) a partir de 2015, por considerar um termo que dá ideia de acolher, incluir sempre todas as pessoas que aprendem outra língua ou que estão numa sala de aula. O importante é a comunicação, que todos (inclusive os refugiados) sintam-se entendidos e que eles entendam aos outros. Para a professora, o aprendizado em qualquer sala de aula deve passar por uma perspectiva de compartilhar diferentes culturas, línguas, dialetos. Valorizar a diversidade e não impor uma forma de falar, não promover a ideia de que os alunos precisam desse curso para validar diplomas, conseguirem trabalho e moradia. Falar de PLAc é falar de acolhimento, o importante é que as pessoas sintam-se pertencentes à sala de aula, um ajuda,

acolhe o outro e não a ideia de competir com o outro.

Para Amado, o ideal seria que os alunos de todas as nacionalidades ficassem juntos, numa única sala de PLAc, com o professor. Para ela, esta vivência de sala de aula, onde todos são diferentes na aprendizagem, não deve haver diferenças. Aperfeiçoar ou aprender uma língua, de maneira que os alunos sintam-se à vontade para comunicar-se, para sair à rua, para fazer os diversos usos que os falantes maternos fazem e, principalmente, para expressar sua individualidade e conhecer o outro. (PAVAN; SOUZA, 2022).

No Brasil, tem-se adotado Língua de Acolhimento como definido no verbete de São Bernardo (2016), a ser incluído no Dicionário de Imigrações²⁵, qual seja,

O conceito de língua de acolhimento, ao nosso entender, transcende a perspectiva linguística e cultural e refere-se também ao prisma emocional e subjetivo da língua e à relação conflituosa presente no contato inicial do imigrante com a sociedade de acolhimento, a julgar pela situação de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam ao chegarem a um país estrangeiro, com intenção de permanecer nesse lugar. (SÃO BERNARDO, 2016, p. 65).

O conceito de “língua de acolhimento”, que tem sido frequentemente utilizado como referência ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa para refugiados adultos traz, em si, o sentido de acolhida, abrigo, aconchego e hospitalidade. Este termo pode ainda assemelhar-se ao processo de aprendizagem de outros idiomas, mas difere-se, porque o termo “língua de acolhimento” está ligado ao contexto de refúgio, bem como à busca em atender, de modo urgente, as necessidades dos discentes, que é o acolhimento e inclusão na sociedade, que garante aos refugiados a sobrevivência e a capacidade de usufruir da cidadania democrática no Brasil (Grosso, 2010). A aprendizagem da língua portuguesa neste contexto é “uma das vias mais poderosas para a integração dos estrangeiros, tanto em nível individual (garantia da autonomia) como coletivo (harmonia social)” (ANÇÃ, 2008, p. 74).

No ensino do PLAc, a competência no português brasileiro é um caminho significativo para a inserção do cidadão em situação de refúgio, proporcionando-lhe possibilidade de maior atuação social. Ademais, segundo Caldeira (2012),

A língua de acolhimento orientada para acção tem um saber fazer que contribui para a interacção real na vida quotidiana, as condições de vida, as convenções sociais. Na língua de acolhimento são privilegiadas áreas que promovam o conhecimento sociocultural, o saber profissional, a consciência intercultural, as relações interpessoais, bem como a partilha de saberes, favorecendo a inter ajuda e ultrapassando estereótipos pela interacção e pelo

²⁵ Organizado pelo OBMigra. Para mais informações: <http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra>.

diálogo intercultural. (CALDEIRA, 2012, p. 50).

A língua é um dos meios facilitadores de integração social, educação, inserção no mercado de trabalho, bem como de promoção da autonomia de pessoas em situação de imigração de crise. É nesse contexto que a área de PLAc assume um papel de destaque nas discussões tanto dentro da área da Linguística Aplicada como dos Direitos Humanos, em que há a necessidade de que teoria e prática dialoguem e estabeleçam as bases deste fazer pedagógico, respeitando as estruturas e características do ensino do Português Brasileiro (PB), como língua não materna e como língua de acolhimento.

Normalmente, o perfil dos alunos de PLAc é multicultural, ou seja, de grande diversidade linguística, acadêmica e profissional, o que significa uma possibilidade muito rica de troca de saberes entre professores e alunos, valorização das diversas culturas envolvidas no processo. São Bernardo (2016) argumenta que

nos referimos ao papel do professor, cuja função é tentar amenizar o conflito inicial entre aprendente e língua, permitindo que o/a mesmo/a comece a vê-la como instrumento de mediação entre ele/a e a sociedade que o/a recebe, bem como, percebê-la como aliada no processo de adaptação e de pertencimento ao novo ambiente, que não é o seu lugar, sua casa. Adicionalmente, a língua pode ser usada como instrumento de luta e transgressão. (SÃO BERNARDO, 2016, p. 65).

Portanto, na perspectiva do PLAc, o papel do professor funciona como um facilitador, um mediador entre a língua e o mundo de novos conhecimentos a serem aprendidos e apreendidos, em sala de aula, para uma atuação independente e crítica dos seus alunos. É muito importante, também, ressaltar a relação entre professor-aluno em sala de aula, pois é estritamente necessário que haja um ambiente de confiança mútua para que os alunos se sintam acolhidos e à vontade para que possam desenvolver suas habilidades e competências linguísticas.

De acordo com Lopez (2020), O papel do professor de PLAc, é “como um profissional de caráter quase missionário (LOPEZ, 2020, p. 171)”, que ajuda os refugiados, às vezes, até como “representante das causas dos migrantes (LOPEZ, 2020, p. 172)”, ao atuar não somente como um agente educacional voluntário, sem formação específica, sem infraestrutura adequada para as aulas e sem material didático específico, mas também, ao atuar nas esferas políticas em prol de fazer com que o refugiado entenda seus direitos e deveres, para que assim possa lutar por eles. Assim sendo, compreende-se também que a prática da empatia e alteridade se destaca na sala de aula do PLAc, por proporcionar reflexões sobre diversas questões, a saber: questões de gênero, religiosas e as diversidades culturais, a fim de disseminar a paz, tolerância e respeito

entre culturas e grupos étnicos.

De acordo com Cabete (2010), Grosso (2010), São Bernardo (2016), Sene (2017), Barbosa e São Bernardo (2017) e Santos (2018), para que essa acolhida aconteça é necessário que a língua de acolhimento possibilite o desenvolvimento de competências comunicativas, nesse contexto considerado urgente e que possui alto grau de complexidade, devido à situação de vulnerabilidade em que encontram-se os aprendentes de PLAc. Destarte, o ensino de PLAc fomentaria os aspectos interacionais para que o refugiado compreenda e perceba a sua relação com a sociedade de acolhida. Estes que buscam melhores condições para suas vidas e de seus familiares. A língua de acolhimento neste sentido se refere

ao prisma emocional e subjetivo da aprendizagem dessa nova língua, sem perder de vista a relação conflituosa que se apresenta no contato inicial do imigrante com a sociedade acolhedora. Esse conflito é previsível, a julgar pela situação de tensão e de vulnerabilidade que, em geral, essas pessoas enfrentam quando chegam a um país estrangeiro, nem sempre com intenção de nele permanecer. Sob esse ponto de vista, destacamos que esse conceito reconhece sentimentos de rejeição ou descaso do(a) aprendente em relação à aquisição dessa nova língua que não foi escolhida por ele(a). (BARBOSA; SÃO BERNARDO, 2017, p. 436).

A língua, nesse contexto, figura não apenas como um instrumento de comunicação, mas também como um elemento de defesa pessoal, em que há uma luta do refugiado contra o sentimento de desamparo inicial da chegada a um lugar geográfico, social e cultural, ainda completamente desconhecido. Isto posto, outro fator de grande pressão para o refugiado é o tempo de aprendizagem, já que no processo de ensino-aprendizagem de PLAc o tempo disponível para aprender bem a língua é menor, pois os alunos precisam da nova língua por motivos de sobrevivência e para se integrar à sociedade de forma mais urgente, situação muito diferente daquele indivíduo que quer aprender o português brasileiro (PB) para visitar o Brasil a trabalho, estudo ou negócios, ou por se identificar com a cultura brasileira.

Diante disso, identificamos a recorrência sobre as narrativas e descrições do contexto de vulnerabilidade em que se encontra a pessoa refugiada. Destaca-se na literatura brasileira as seguintes questões comuns: a) o papel do professor como mediador/amenizador/facilitador no processo de ensino/aprendizagem; b) a insuficiência de cursos para formação adequada do profissional de Letras para o ensino da língua portuguesa para estrangeiros; c) a necessidade de aumentar a elaboração de materiais didáticos para atender às especificidades do contexto em que é ensinado o PLAc; d) a falta de clareza quanto aos aspectos de coordenação entre o Estado e organizações não-governamentais, ou atores não-estatais, que atuam na implementação desse currículo.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa trata-se de um estudo do estado da arte das pesquisas brasileiras sobre o PLAc. A pesquisa bibliográfica, ou Bibliometria, conforme Sousa (2020):

se aplica à mensuração estatística de quaisquer tipos de registros do conhecimento, com o objetivo de observar os vínculos existentes entre a quantidade do que está registrado e quaisquer fenômenos que possam estar correlacionados. (SOUSA, 2020, p. 496)

Deste modo, em Bibliometria, o objeto de análise na produção bibliográfica de determinado domínio do conhecimento mensura, caracteriza e/ou monitora a produção bibliográfica e, também, traça um panorama ou estado da arte de pesquisas inseridas no escopo-alvo, explorar os horizontes, tendências e dinâmicas das pesquisas, dentre outras possibilidades. Não obstante, embora análises bibliográficas sejam proficientes para abordar e explorar domínios de especialidade de modo panorâmico, elas não substituem mas complementam outros métodos de revisão de literatura de cunho qualitativo. (ZUPIC; ČATER, 2015).

Conforme Nádia Vanti (2002), os estudos bibliográficos podem ser definidos como a pesquisa dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e do uso da informação registrada. Neste sentido, a bibliografia desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar e apoiar as tomadas de decisões.

Entretanto, a utilização de indicadores bibliográficos para mensurar os resultados das ciências em um país ou organização, devem considerar, uma série de indicadores econômicos, sociais e demográficos que forneçam um enfoque mais amplo das análises realizadas. Vale ponderar, portanto, que por meio dos dados fornecidos pelas pesquisas bibliográficas, é possível identificar deficiências em determinadas áreas da pesquisa, bem como pontos que carecem de atenção e investimento por parte das autoridades.

Sobre o estado da arte, de acordo com Leffa (2016, p. 5), torna-se possível responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares e de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos (FERREIRA, 2002).

Segundo Ferreira (2002), o “estado da arte” ou “estado do conhecimento” de caráter bibliográfico, traz em comum

o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes

campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Sendo assim, o estado da arte é uma metodologia de pesquisa que se realiza por meio de uma revisão bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Essa revisão procura identificar as teorias que estão sendo construídas, quais procedimentos de pesquisa são adotados, o que não está em discussão e precisa ser trabalhado, que referenciais teóricos se utilizam para embasar as pesquisas e qual a contribuição científica e social delas. No entanto, ao utilizar esse método, o objetivo é fazer um levantamento e análise do que já foi produzido, considerando os campos de conhecimento, o tempo determinado, espaços, formas e condições que os trabalhos foram desenvolvidos. Ainda de acordo com a autora, o sentimento que invade o pesquisador, ao escolher o estado da arte para desenvolver uma investigação, é o de saber mais sobre o que já foi produzido ou não, um desafio de sondar profundamente sobre determinado assunto que o instigue. Também busca entender o que precisa ser feito, avaliar as principais tendências da pesquisa e levantar as possíveis lacunas deixadas pelas pesquisas existentes, a fim de aguçar investigadores que se interessem pelo assunto em questão e divulgar à sociedade os resultados obtidos.

Para verificar o porquê do estado da arte em Linguística Aplicada, basta entendê-la como um campo inter/transdisciplinar, abrangente e em constante expansão de estudos sociais e perspectivas epistemológicas pós-modernas. Nesta concepção mais contemporânea, o estabelecimento de agendas e panoramas bibliográficos torna-se fundamental para saber os percursos já trilhados e os caminhos ainda a desbravar. O estado da arte foi a escolha metodológica para compor essa pesquisa devido a algumas características peculiares, a saber: a delimitação de um recorte temporal e espacial, pois as investigações reportam-se a pontos de vistas e práticas presentes em determinados momentos da história, contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nesse sentido, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento na linha de pesquisa deve ser mapeado de modo a explorar tanto quantitativamente quanto qualitativamente o *corpus* de análise.

Outra característica importante é a temática, pois serve para definir e delimitar o que será mapeado, disponibilizando, assim, aos pesquisadores, fazerem suas análises aprofundadas

sobre o tema determinado. Esses fatores estão ligados ao tempo que o pesquisador terá para realizar seus levantamentos, apontamentos e análises. Muito relevante também é definir as fontes em que serão feitos os levantamentos, para dar mais confiabilidade ao trabalho, uma vez que se espera rigorosidade dessas nas avaliações das produções que publicam. Geralmente as buscas dão-se por palavras-chave nos trabalhos completos, nos títulos ou resumos, porém pode ocorrer de, ao eleger as palavras, algumas referências que abordam as temáticas em estudo deixarem de ser catalogadas por não apresentarem a palavra de busca.

Esta pesquisa tem como objetivo geral contribuir com os estudos do estado da arte sobre as pesquisas brasileiras na área de Português como Língua de Acolhimento. A investigação foi realizada na Plataforma Sucupira, que é uma ferramenta que coleta informações, realiza análises, estimativas e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) no Brasil e, em consequência, o tipo de teorização veiculada pelos pesquisadores de uma determinada área. A Plataforma disponibiliza, em tempo real e de livre acesso as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza e divulga para toda a comunidade acadêmica. A CAPES é a agência governamental, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

O nome da plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977, de 1965. Este documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. A Plataforma Sucupira é fonte de dados sobre Avaliação Quadrienal, Coleta, APCN, Minter & Dinter, Qualis de periódicos, além de oferecer a lista de cursos avaliados e reconhecidos, informações e estatísticas da CAPES²⁶ da pós-graduação.

A busca foi feita entre os dias quinze de fevereiro a treze de março de dois mil e vinte e dois, no portal da CAPES, na plataforma Sucupira, mais precisamente no Catálogo de teses e dissertações, a fonte básica de referência para realizar o levantamento dos dados e análises. Utilizamos, primeiramente, como expressão de busca, o termo “português como língua de acolhimento”, com o qual não conseguimos nenhum resultado. Logo após, utilizamos o termo “língua de acolhimento”, e esta busca retornou em quarenta e sete resultados, sendo trinta e quatro pesquisas do tipo dissertações de mestrado e treze teses de doutorado, sem repetição de documentos. A utilização das aspas foi em função do refinamento do ato de buscar por meio de programas e ferramentas de busca. Ao colocar um sintagma entre aspas, a busca reduz os

²⁶ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

resultados que indicam o uso daquele sintagma em sequência ininterrupta. Assim “podemos ter a certeza de que essas palavras vão aparecer juntas em pelo menos uma ocorrência em cada uma dessas páginas” (PAIVA, 2008, p. 13).

Optamos por traçar o estado da arte, na área do PLAc, considerando como objeto de estudo e fonte da pesquisa os resumos das publicações que constam nos catálogos. De acordo com Ferreira (2002, p. 265), ao fazer essa escolha, o pesquisador concorda com a heterogeneidade dos textos e tipos dos resumos, sem ler as pesquisas na íntegra. Além disso, ele irá se deparar com dois momentos completamente distintos. No primeiro momento, o pesquisador interage com a produção acadêmica ao quantificar e identificar os dados bibliográficos. Neste caso, haverá um certo conforto para ele, pois irá se deparar com os dados concretos da pesquisa. No segundo momento, é o de inventariar a pesquisa, ao observar as tendências, ênfases, métodos e teorias. Aqui, o pesquisador passa a enfrentar grandes dificuldades, pois tem que responder às questões levantadas a partir da leitura dos resumos que, muitas vezes, não deixa clara a ideia da tratativa das pesquisas.

De acordo com Ferreira (2002, p. 270), os resumos devem ser lidos várias vezes e analisados não só numa relação de dependência com a pesquisa em sua totalidade, mas também como realidade relativamente independente, resultado de um esforço construído na continuidade ou não com a pesquisa que lhe dá origem, numa relação de diálogo com outros gêneros, entre as condições da produção e práticas discursivas. Sendo assim, é possível ler em cada resumo, outros enunciados e compreender a presença de alguns aspectos significativos do debate sobre determinada área de conhecimento, em um certo período. Ler uma história pelos resumos não pode ser aceita como a única verdade, porém, com as marcas deixadas pelo pesquisador do estado da arte. A autora ressalta, ainda, que a leitura pelos resumos é como se fosse uma teia com muitos fios que se entrelaçam e não como uma cadeia, que prende o pesquisador numa só ideia, porque depende do ponto de vista de cada texto.

Foram delimitados procedimentos metodológicos de averiguação do estado da arte e que se relacionam ao objetivo deste trabalho: a) localizar trabalhos e publicações do ensino de PLAc por meio de ferramentas de busca. b) fazer um mapeamento das teses e dissertações da área na Plataforma Sucupira. c) discorrer sobre as temáticas e tipos de programas desenvolvidas no período de dez anos e as universidades recorrentes; d) identificar as possíveis lacunas ou caminhos futuros da pesquisa na área no Brasil. Os aspectos metodológicos pertinentes a cada um desses procedimentos são detalhados a seguir, juntamente aos resultados e às respectivas discussões.

Foi feito um levantamento das teses e dissertações, que nos levou à sistematização de

uma tabela em Word, a qual é a constituição do nosso *corpus* de análise de todas as publicações que continham nas palavras de busca com o termo: “Língua de acolhimento”. No Quadro 4 (abaixo), compilamos uma lista das teses e dissertações encontradas na busca na Plataforma, os títulos das pesquisas encontram-se na mesma ordem em que apareceram na primeira busca.

Quadro 4 - Lista de teses e dissertações da Plataforma Sucupira na área de PLAc

N.	TESES/DISSERTAÇÕES	TÍTULO DAS PESQUISAS
01	Dissertação	"Falam de nós, mas não nos dão a palavra": cocriando orientações para práticas pedagógicas em Português como Língua de Acolhimento (PLAc).
02	Tese	O processo de aquisição-aprendizagem de Português como Língua Adicional (PLA) por falantes bilíngues/plurilíngues em contexto de imersão.
03	Dissertação	"A produção escrita de alunos imigrantes: percepções acerca do português brasileiro reveladas em textos de estudantes com ascendência boliviana".
04	Tese	Xipat, professora: letramentos acadêmicos de reexistência na formação inicial de professores munduruku.
05	Dissertação	O exame CELPE-BRAS como instrumento de divulgação da cultura brasileira: percepções de candidatos
06	Tese	Letramentos acadêmicos de hispanofalantes em português como língua adicional: ensino de escrita e de leitura em uma universidade brasileira.
07	Tese	"O ensino de português para os kadiwéu - realidade, desafios e estratégias para professores indígenas".
08	Dissertação	Português língua de acolhimento: impactos de um curso de extensão para a comunidade externa na Universidade Federal do Piauí.
09	Dissertação	PLAC - Português como língua de acolhimento: identidade, investimento, urgência e afetividade.
10	Tese	Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil'.
11	Dissertação	A imprensa e a greve dos caminhoneiros de Maio de 2018: uma análise sob a perspectiva multimodal.
12	Dissertação	A construção identitária de alunos de língua inglesa no núcleo de ensino de línguas - Uems: suas práticas de aprendizagem e uso do idioma.
13	Dissertação	Língua Portuguesa como língua de acolhimento para um grupo de haitianos em Nova Andradina – MS.
14	Dissertação	Línguas em contexto de refúgio: uma análise dos sentidos atribuídos ao acolhimento por refugiados (as).
15	Dissertação	O ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento a imigrantes: por uma contribuição sociolinguística.
16	Dissertação	“Quando alguém não fala língua, pareceu crianças nasceu agora”: diretrizes para o ensino de português como língua de acolhimento para mulheres árabes em situação de refúgio'.
17	Dissertação	Português Língua de Acolhimento: reflexões sobre avaliação'.

18	Dissertação	O processo de (re) construção identitária de migrantes e refugiados em contexto de aprendizagem do português: um estudo de natureza sociocognitiva.
19	Dissertação	Objetivos e materialidades do ensino de português como língua de acolhimento: um estudo de caso.
20	Dissertação	E é uma improvisação treinada, previamente treinada: sentidos do trabalho com refugiados em entrevista com professora voluntária.
21	Dissertação	Subsídio Para o planejamento de cursos de português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil'.
22	Dissertação	Implementação de políticas públicas para refugiados: o ensino do Português como língua de acolhimento no Distrito Federal.
23	Dissertação	Representações sociais de professores sobre o ingresso de imigrantes nas escolas públicas do Distrito Federal.
24	Tese	Português como língua de acolhimento: uma proposta de ensino-aprendizagem.
25	Dissertação	Ver, julgar, agir e rever para acolher: uma abordagem sociocognitiva no ensino de português brasileiro como língua de acolhimento.
26	Tese	Como dar certo em português? A experiência de mães imigrantes aprendizes de português em Florianópolis.
27	Tese	Narrativas em curso: subsídios para a formação de professores de português em contexto de acolhimento a estudantes migrantes e refugiados no ensino básico brasileiro.
28	Tese	“Como é no seu país?” Estudo autoetnográfico de uma prática pedagógica em português língua de acolhimento para mulheres migrantes no Brasil: implicações para a formação de professores.
29	Dissertação	Alfabetização e letramento de crianças haitianas no contexto escolar: desafios da prática docente.
30	Dissertação	Somos mais que isso: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento.
31	Tese	A preparação de imigrantes haitianos para a produção da redação do Enem.
32	Dissertação	A intercompreensão como elo entre o Português Brasileiro e o Kreyòl Ayisyen: um guia didático em contexto migratório.
33	Dissertação	Políticas linguísticas em Criciúma: promoção e ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento.
34	Dissertação	Ações de acolhimento em cursos de Português para Estrangeiros: Preparatório parao PEC-G e Português como Língua de Acolhimento para imigrantes.
35	Dissertação	Construindo pontes em vez de muros: acolhimento de estudantes refugiados e migrantes forçados na educação básica.
36	Dissertação	Português Língua de Acolhimento: Interação e Inserção Social de Imigrantes por meio do WhatsApp.
37	Tese	Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos às políticas de acolhimento a migrantes de crise.

38	Tese	Programa reingresso UFPR – aproveitamento de vagas remanescentes para a reinserção acadêmica de migrantes e refugiados: ações de acolhimento'.
39	Dissertação	Proposta de material didático multinível para a aula de português como língua de acolhimento'.
40	Dissertação	Prática colaborativa na formação de professores de português como língua de acolhimento: reflexões a partir de uma experiência com (um) migrante(s) de crise
41	Dissertação	O papel da reflexividade crítica na prática docente de português língua de acolhimento.
42	Tese	Práticas para o ensino de português como língua de acolhimento em contexto escolar não formal: uma pedagogia intercultural.
43	Dissertação	A política linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro: um estudo de caso.
44	Dissertação	TBLT and Portuguese as a Host language: analyzing learners' oral performance in terms of Outcome Achievement and investigating the task implementation process through the learners' and the teacher's perspectives.
45	Dissertação	Ensino de língua portuguesa para estudantes surdos/surdas: sobre a possibilidade de português como língua de acolhimento'
46	Dissertação	O letramento na sala de aula de português língua de acolhimento: a escrita como ferramenta de inclusão
47	Dissertação	Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas universidades federais.

Fonte: Elaborado pela autora

Das quarenta e sete pesquisas encontradas, 34 foram dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado. A princípio, nenhuma pesquisa foi excluída da tabela das 47 publicações, pois nos pareceu interessante mostrar os nomes de todas as pesquisas encontradas. Dentre as 47 pesquisas, quarenta e seis foram escritas em língua portuguesa e uma em língua inglesa. Não foram investigadas as teses e dissertações organizadas e publicadas fora do país por instituições estrangeiras, pois essas pesquisas não transmitiriam, necessariamente, as contribuições, lutas e descobertas dos autores brasileiros.

Logo em seguida, foi criada uma planilha de análise do *corpus* das publicações, em Excell, a qual encontra-se no Apêndice A, na página 94, desta pesquisa. Essa planilha foi utilizada para registrar os dados dos documentos obtidos em nossa busca, de modo a facilitar a análise panorâmica da área. Estabelecemos os seguintes critérios de inclusão e exclusão: 1) foi delimitado um recorte temporal de dez anos, de 2011 a 2021, no levantamento das fontes bibliográficas que pesquisamos (dissertações e teses). 2) foram compilados documentos na área de PLAc, extraídas somente as informações apresentadas, principalmente nos resumos.

Inserimos na planilha os seguintes campos para preenchimento: título, autoria, dissertação/tese, instituição, ano de publicação e palavras-chave. Após a estruturação da planilha, partimos para a compilação dos documentos que compuseram nosso *corpus* de análise.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

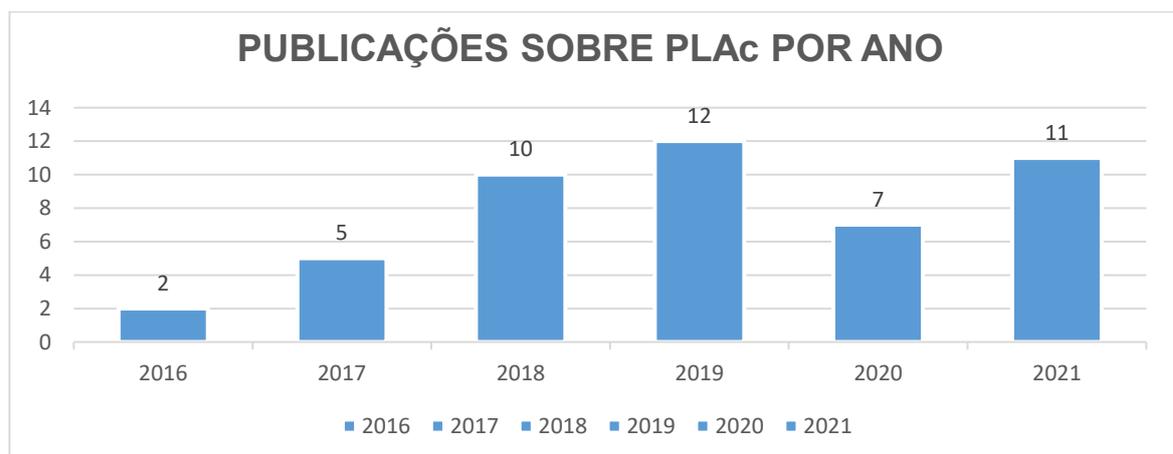
Optamos por explorar o *corpus* de análise nesta seção de Resultados e Discussões. Para melhor entendimento e visualização, organizamos os seguintes gráficos, a saber: na seção 4.1, o número de publicações por ano acerca do tema; na seção 4.2, apresentamos as principais instituições nos diferentes Estados da Federação; na seção 4.3 trazemos uma análise sobre principais programas de pós na área do PLAc; e na seção 4.4 os orientadores com mais de uma pesquisa.

Já na seção 4.5, optamos por elaborar uma nuvem de palavras-chave para verificar a ocorrência das mesmas nas pesquisas e na seção 4.6 fizemos um levantamento dos resumos utilizados nas publicações. Para a elaboração dos gráficos, foram inseridos os dados coletados nas pesquisas em uma planilha do Excell, na sequência foi selecionada a opção “inserir gráfico” e assim os gráficos foram gerados e utilizados nas imagens abaixo.

5.1 Análise sobre a quantidade de publicações sobre PLAc por ano

Das 47 pesquisas selecionadas para compor o nosso *corpus* de análise deste estudo, 34 eram dissertações e 13 eram teses. Optamos por primeiro mostrar a quantidade de publicações sobre PLAc por ano, como ilustrado no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - Quantidade de publicações sobre PLAc por ano



Fonte: Elaborado pela autora

O Gráfico 2, acima, traz um panorama da quantidade de pesquisas teses e dissertações publicadas sobre a temática de PLAC no período de 2016 a 2021. De acordo com o gráfico, das

47 (100%) publicações, em 2019 foi o ano com a maior quantidade de pesquisas, com 12, totalizando 25,5%. Em seguida, no ano de 2020, foram 7, um percentual de 14,9%, seguido por 2021, com 11 (23,4%), 2018, com 10 (21,3%), 2017, com 5 (10,7%) pesquisas e por último 2016, com 2 publicações (4,3%).

Outra reflexão importante é que a pesquisa abarca um recorte temporal de 10 anos, que seria de 2011 a 2021, porém no levantamento das pesquisas publicadas na Plataforma Sucupira mostra que as primeiras pesquisas no Brasil sobre essa temática são de 2016. Sendo assim, este fato nos fez indagar sobre a razão de encontrarmos somente dissertações e teses sobre PLAc após 2016.

De acordo com o que foi relatado na seção 2.2 da fundamentação teórica deste texto, as pesquisas referentes à linguagem humana vêm desde a antiguidade. A história conta que gregos, romanos e hindus já tinham curiosidade sobre a capacidade do homem de interagir mediado por uma língua. Em meados do século 20, com o advento da industrialização, o ensino de línguas em solo brasileiro foi se configurando. Com o surgimento das demandas de mão de obra especializada, muitos estrangeiros vinham para o Brasil e o cenário do Português como Língua Estrangeira (PLE) começa despontar devido ao desenvolvimento econômico e cultural. A partir daí, o ensino de PLE ganhou mais projeção, visibilidade e incentivo para desenvolver suas pesquisas na área. A partir dos anos 1980, com o aumento de estrangeiros no Brasil, principalmente para a indústria, o PLE foi posicionado em um lugar mais institucionalizado, foram surgindo dissertações e teses defendidas na área e muitas ações foram realizadas para firmá-lo como um campo de estudo nas universidades e nos centros de língua.

Mais tarde, o termo Português como Língua Adicional (PLA) começou a ser utilizado com mais frequência nos estudos sobre o ensino de português para não falantes, pelo fato de ser um termo considerado mais amplo, agregador, que não privilegia algumas línguas em detrimento de outras. Além disso, é o termo mais atrativo, que implica no respeito à língua do outro. Vale ainda lembrar que, de acordo Lopez e Miranda (2019, p. 19), o termo Língua Adicional, que é uma política linguística, é um termo muito amplo e que se aplica a todos os casos de língua não materna. Pode-se, então, inferir que os termos: língua não materna (LNM), língua estrangeira (LE), L2, PLE e PLAc estão todos relacionados com o termo PLA.

Conforme foi dito na seção 2.3 da fundamentação teórica dessa dissertação, houve um aumento considerável de imigração para o Brasil a partir do ano 2010. De acordo com Pavan e Souza, (2022, p. 91), isso ocorreu especialmente após o terremoto de Haiti no ano 2010 e o furacão Mathew em 2016. Também houve um aumento significativo na recepção de refugiados no Brasil com a abertura para acolher os refugiados da Guerra da Síria em 2011, conforme o

site da BBC News Brasil²⁷ e, por último, a crise política, econômica e humanitária da Venezuela, a partir de 2013, conforme o site da UOL²⁸. Dessa forma, já que o PLAc é uma política linguística no Brasil voltada para o ensino de português para os refugiados, segundo São Bernardo (2016, p. 65), esperávamos que o aumento de pessoas em deslocamento forçado entrando no Brasil estimularia mais a produção acadêmica nessa área e com essa nomenclatura específica.

Conforme dito na seção 2.5 deste texto, de acordo com Amado (apud Pavan; Souza, 2022), uma sumidade nas pesquisas e práticas de PLAc no país, ela se incomodava muito com o termo Português como Língua Estrangeira (PLE), por considerá-lo como algo que subtrai, algo ou alguém que se encontra por fora. Portanto, a princípio ela utilizava a expressão Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL). Mais tarde, optou por utilizar o termo Português como Língua Adicional (PLA), que sugere adição, acréscimo. Finalmente, a partir de 2015, a professora passa a adotar efetivamente a terminologia Português Língua de Acolhimento (PLAc), por considerar a idéia de acolher, incluir, compartilhar, valorizar.

Dessa forma, conclui-se que, de acordo com os dados da pesquisa, o fato de não haver pesquisas produzidas na academia brasileira nos anos anteriores a 2016, na Plataforma Sucupira, no período selecionado, não significa que não houve pesquisas com o ensino de português nessa vertente. Os dados demonstram que houve um momento histórico em que as pesquisas brasileiras começam a adotar um posicionamento político no PLAc para este contexto específico, mas com outras nomenclaturas. Para São Bernardo (2016, p. 65), o conceito de língua de acolhimento,

ao nosso entender, transcende a perspectiva linguística e cultural e refere-se também ao prisma emocional e subjetivo da língua e à relação conflituosa presente no contato inicial do imigrante com a sociedade de acolhimento, a julgar pela situação de vulnerabilidade que essas pessoas enfrentam ao chegarem a um país estrangeiro, com intenção de permanecer nesse lugar. (SÃO BERNARDO, 2016, p. 65).

Sendo assim, o PLAc não compreende somente uma mudança na forma de ensinar e aprender, mas também uma mudança de atitude diante da situação de vulnerabilidade dos refugiados. O acolhimento é abrangente, é humanitário e em diversas áreas.

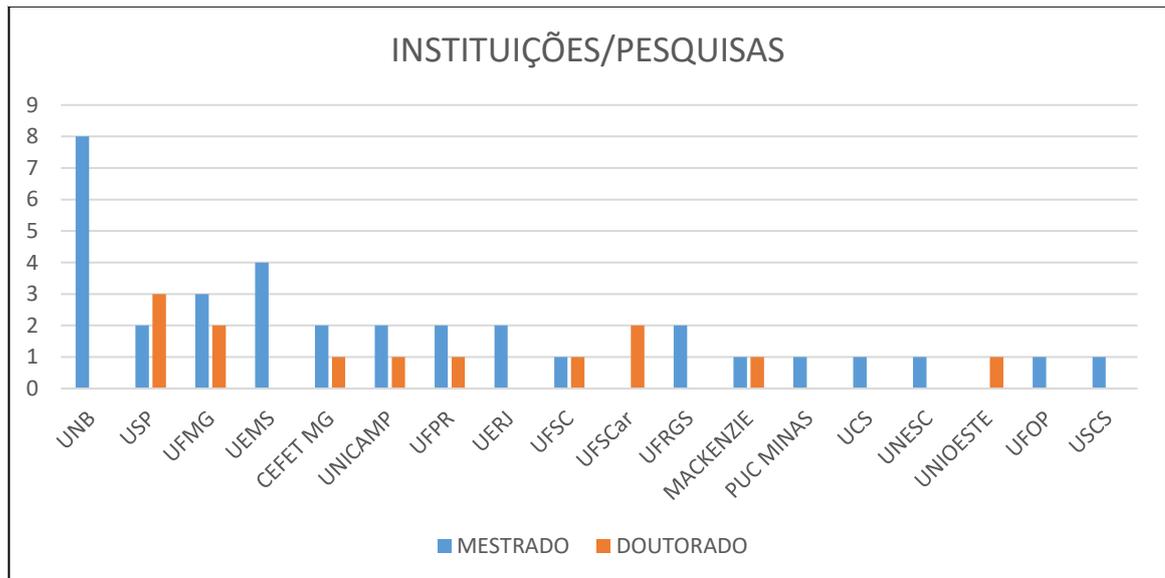
²⁷ Disponível em: <https://publicacoes.iel.unicamp.br/download/portugues-como-lingua-estrangeira-segunda-lingua-dialogos-com-pesquisadoras/>

²⁸ Mais informações disponíveis em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/crise-na-venezuela.htm>

5.2 Análise sobre as Instituições de ensino superior

Nesta seção, nos Gráficos 3 e 4, compilamos as principais Instituições de Ensino Superior (IES), nos respectivos estados, onde ocorrem as maiores incidências de pesquisas na área de PLAC.

Gráfico 3 - Principais instituições com pesquisa sobre PLAc



Fonte: Elaborado pela autora

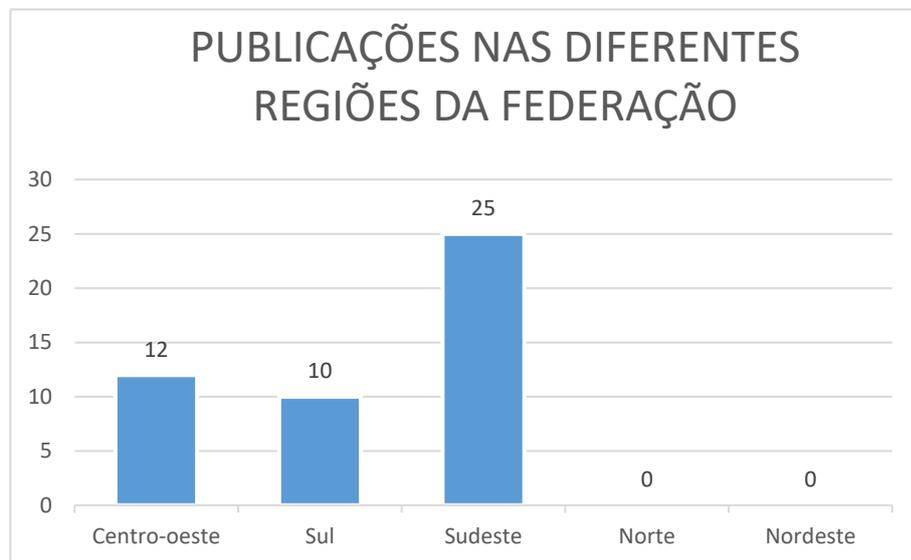
As pesquisas foram defendidas no âmbito de 18 instituições de ensino de nível superior, conforme apresentado no Gráfico 3. Quanto à universidade mais recorrente, segundo nosso *corpus* de análise, foi a Universidade de Brasília (UNB), com 8 (17%) dissertações, seguida da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 5 (10,6%) publicações, e também a Universidade de São Paulo (USP), com 5 (10,6%). Na sequência, a Universidade Estadual do Mato do Grosso do Sul (UEMS), com 4 (8,5%) dissertações. O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresentaram 3 (6,4%) publicações.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie aparecem com 2 publicações, ou seja, 4,3% do total.

As outras Universidades aparecem com 1 (2,13%) publicação cada uma, são elas: a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS), a Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), a Universidade Federal de

Ouro Preto (UFOP), a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Gráfico 4 - Número de publicações por região



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à análise de publicações nas diferentes regiões da Federação, ressaltamos que a região Sul possui maior número pesquisas sobre PLAc no Brasil, sendo 25 (53,2%) publicações, superando o número de pesquisas das regiões Centro-Oeste, com 12 (25,5%) e Sudeste, com 10 (21,3%), juntas. Tem-se aqui uma instigação para futuras pesquisas que poderiam contribuir para verificar as razões de haver mais produção na região Sul. Não encontramos pesquisas publicadas na área, na plataforma Sucupira, no período analisado, nas regiões Norte e Nordeste. Têm-se 2 teses que falam sobre pesquisa com indígenas, uma no município de Jacareacanga, no estado do Pará, e a outra no município de Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, porém ambas estão vinculadas à USP.

De acordo com o site da OBMigra²⁹, através do Relatório Anual (Resumo Executivo), entre 2010 e 2019, as principais regiões a receber imigrantes foram: Região Sudeste (276.761), que representou 44% do total de registros, concentrados principalmente no Estado de São Paulo (209.764), e na Região Sul (142.2016), que representou 22% do total dos registros, distribuídos

²⁹ OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais, OBMigra, foi instituído a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho (MTb), por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e a Universidade de Brasília (UnB). Com a extinção do Ministério do Trabalho (MTb) em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assumiu as competências do antigo Ministério no tocante às questões de imigração laboral, incluindo o CNIg. Com isso o OBMigra passou a cooperar diretamente com o MJSP. Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em 30 dez. 22.

igualmente entre os seus três estados: Paraná (48.826); Santa Catarina (47.413) e Rio Grande do Sul (45.967). Uma hipótese provável seria devido ao maior fluxo de refugiados concentrados nas regiões Sul e Sudeste, principalmente em São Paulo. Também, segundo esta pesquisa, o Centro-Oeste do Brasil tem recebido muitos imigrantes vindo de todas as partes do mundo e com um grande avanço de pesquisas na área de PLAc.

Em conformidade com Lopes e Diniz (2016), muitas ações de acolhimento foram e são realizadas pelas IES no país, a saber: a criação, pelo ACNUR, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em 2003, com o objetivo de promover e difundir os direitos de refugiados por meio do ensino e da pesquisa sobre seus direitos. No Distrito Federal, na região Centro-Oeste do país, especialmente junto à UNB, com o curso do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) e em cooperação com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Também em São Paulo, região considerada de maior concentração de refugiados do Brasil, a USP, em parceria com a Missão Paz e o Oásis Solidário. Na região Sudeste, a UFMG, CEFET e a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Outra iniciativa é na região Sul, na UFPR, em parceria com o Projeto “Português Brasileiro para Migração Humanitária”.

Conforme dito anteriormente, não foram encontradas teses e dissertações da região Norte e Nordeste. No entanto, Lopez e Diniz (2016) ressaltam que na região Norte há algumas ações muito relevantes: na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em parceria com o Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA), publicaram a “Cartilha dos Direitos dos Imigrantes”. A Universidade Estadual do Amazonas (UEA) confeccionou um material didático para o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) aplicar nos cursos de PLAc. Similarmente, o projeto de extensão “Rede Acolher”, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e também, as ações do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) – Português como Língua Estrangeira/Adicional – desenvolvido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Além de oferecer os cursos de PLAc, muitas destas entidades ainda corroboram com as ofertas de cursos em outros idiomas, incentivos aos refugiados para fazerem um curso superior, assessoria jurídica e psicológica, aulas de informática e muito mais. Porém, mesmo com todas estas iniciativas, ainda há demanda maior para os cursos de PLAc e assistência social aos refugiados.

Quanto aos locais onde efetivamente acontecem os cursos de PLAc existentes, dos 47 resumos estudados, percebe-se que 18, ou seja, 38,3%, são cursos promovidos pelas universidades envolvidas nas publicações; 9 (19,1%) são cursos desenvolvidos nas ONGs, com sujeitos estatais envolvidos ou não; 6 (12,8%) publicações foram de cursos ou iniciativas executadas nas escolas regulares, principalmente em escolas municipais. Em 8 resumos

(17,1%), não citam o local e 6 resumos (12,8%) são de teses e dissertações que não tratam especificamente de PLAc para refugiados.

De acordo com Lopez e Diniz (2016), conforme mencionado na seção 2.3 desta investigação, estes autores apresentam um levantamento das ações desenvolvidas no Brasil para refugiados, no tocante ao ensino-aprendizagem de português. Na grande maioria das ações pesquisadas na produção acadêmica brasileira, levantadas neste texto, foram ações realizadas em universidades públicas, seguido das ONGs. Sendo assim, pelos dados extraídos desta pesquisa, podemos perceber o protagonismo das universidades públicas no desenvolvimento e acolhimento de refugiados, assim como de ONGs. Portanto, pode-se concluir que as políticas linguísticas nacionais na área de PLAc ainda carecem de muitas especificidades para que realmente estejam presentes no ensino regular das escolas públicas e privadas e, também, sejam oferecidas regularmente para os refugiados adultos.

4.3 Análise sobre principais programas de pós na área do PLAc

Nesta seção, discorreremos sobre os principais programas de pós-graduação desenvolvidos na área de PLAc nas IES brasileiras.

Gráfico 5 – Principais programas de pós-graduação com pesquisas sobre PLAc



Fonte: Elaborado pela autora

A partir do levantamento dos principais programas de pós-graduação com pesquisas sobre PLAc, produzimos o Gráfico 5, acima. Compilamos essas informações a partir da leitura

dos resumos das publicações. Das 47 produções científicas desenvolvidas, os principais programas foram: 12 (29,8%) mestrados foram realizados em Letras, sem especificação das áreas de conhecimentos. Além disso, 07 (14,9%) são em Linguística Aplicada, 03 (6,38%) em Estudos Linguísticos, 02 (4,25%) em Filologia e Língua Portuguesa, 02 (4,25%) em Estudos da Linguagem, 02 (4,25%) em Linguística, 01 (2,13%) em Educação, 01 (2,13%) mestrado profissional em Docência e Gestão Educacional e 01 (2,13%) mestrado em Inglês, mais especificamente em Estudos Linguísticos e Literários. Ademais, foi identificado 01 (2,13%) mestrado em Letras e Cultura, 01 (2,13%) em Letras e Linguística e 01 (2,13%) em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Já os doutorados foram: 03 (6,38%) em Filologia e Língua Portuguesa, 03 (6,38%) em Linguística, 03 (6,38%) em Letras, 02 (4,25%) em Estudos Linguísticos, 01 (2,13%) em Estudos da Linguagem e 01 (2,13%) em Linguística Aplicada. Dos 34 mestrados em Letras, 7 (20,6%) são de pesquisas em Linguística Aplicada, um número bastante expressivo, porém em nível de doutorado somente 01 (2,13%). Uma vez que a LA é a área de estudo que trata de questões de uso da linguagem nas interações sociais e pensa em alternativas que possam melhorar a qualidade da interação entre as pessoas, esperava-se um quantidade mais significativa de pesquisas nesta área.

4.4 Análise sobre os orientadores com mais de uma pesquisa

Para esta análise, percorremos um caminho para encontrar os orientadores das pesquisas. A princípio, entramos na Plataforma Sucupira, no Catálogo de teses e dissertações, digitamos na palavra de busca “língua de acolhimento”. O resultado dessa busca pode ser visualizado na Figura XX, abaixo.

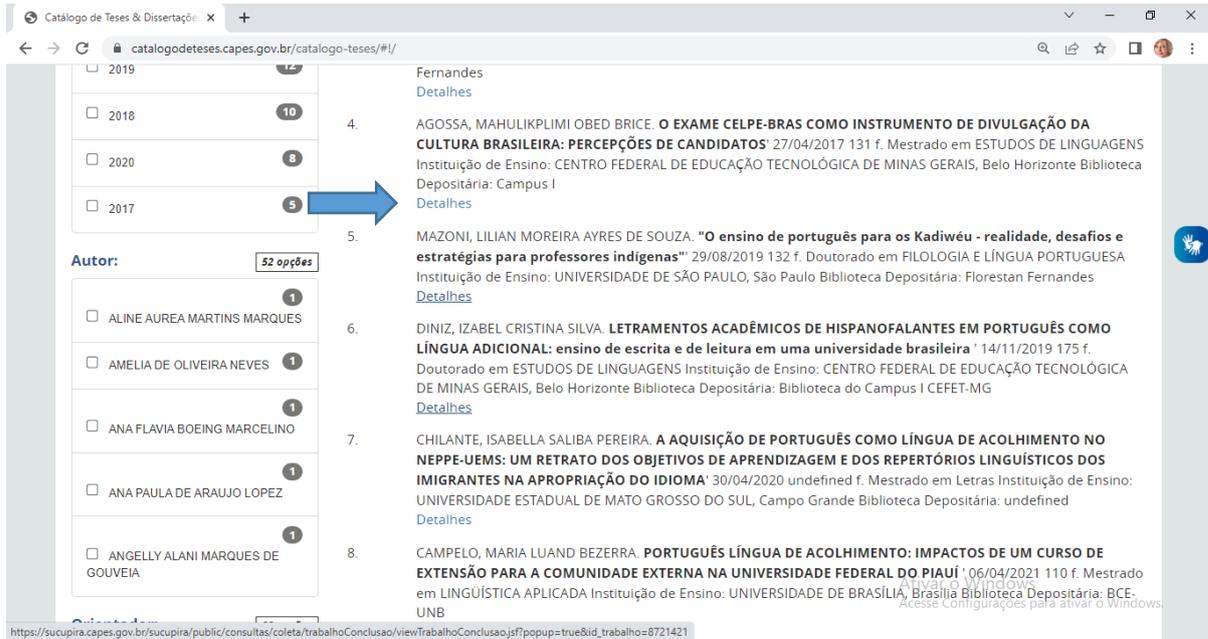
Figura 2 - Captura da 1ª tela do catálogo de teses e dissertações



Fonte: Elaborado pela autora

Ao clicar em “Buscar” aparecerão as publicações. Abaixo do autor, título, data da publicação, o programa e a Universidade, virá um *link* com a palavra “Detalhes”, conforme pode ser visto na Figura 3.

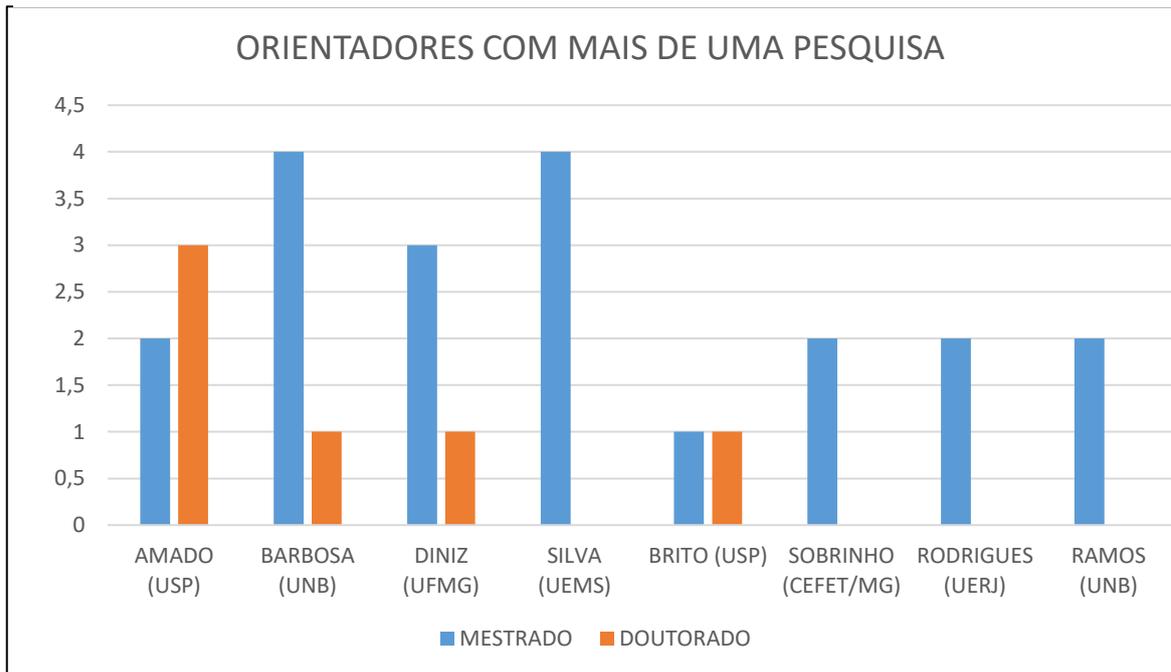
Figura 3 - Captura da 2ª tela do catalogo de teses e dissertações



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao clicar no link da palavra “Detalhes”, abrirá uma página da Plataforma Sucupira com todos os dados do trabalho selecionado, o contexto e mais embaixo virá a Banca Examinadora, com os nomes dos participantes, conforme a Figura 4 (na próxima página).

Gráfico 6 - Orientadores com mais de uma pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

4.5 Análise sobre as palavras-chave

As palavras-chave, para Ana Miguéis *et al.* (2013), aumentam as chances de acesso ao conteúdo dos documentos, para além da informação que é representada pelo título e pelo resumo. Elas veiculam o pensamento dos autores, possibilitam acompanhamento da evolução científica e tecnológica, que é refletida pelos artigos ou outros documentos. Desse modo, é de extrema importância que as palavras-chave sejam selecionadas criteriosamente, para que possam alcançar o maior número de interessados. A análise das palavras-chave foi um dos critérios para a seleção dos artigos, o que não garante, necessariamente, a segurança da seleção de todos os artigos da área, devido ao risco da possível seleção de palavras-chave por parte dos autores que não representem o foco da pesquisa em questão. Todos os quarenta e sete trabalhos analisados fizeram uso de palavras-chave. Porém, um desses trabalhos utilizou palavras-chave em inglês, que foram traduzidas, posteriormente, pela autora da dissertação.

Das duzentas e dezoito palavras-chave foram encontradas nos textos, cento e vinte e três tiveram mais de duas ocorrências no *corpus*, dentre elas estão: Português como Língua de Acolhimento (26), língua de acolhimento (7), refúgio (7), língua portuguesa (6), imigrantes (6), imigração (5), refugiado (5), português língua adicional (5), ensino aprendizagem (4), ensino aprendizagem de línguas (4), formação de professores (4), migração (4), investimentos (3), identidade (3), falantes estrangeiros (3), estudo e ensino (3), ensino de língua portuguesa (3),

cultura (3), alfabetização (2), avaliação (2), bilinguismo (2), comunidade imaginada (2), letramentos acadêmicos (2), linguística aplicada indisciplinar (2), política linguística (2) e políticas públicas (2), imigrantes deslocados forçados (2), letras (2), (multi)letramento (2), como se observa na nuvem de palavras abaixo (Figura 5).

Figura 5 – Nuvem de palavras-chave, elaborada a partir das palavras-chave dos trabalhos analisados.



Fonte: Elaborado pela autora.

As noventa e cinco palavras-chave com apenas uma ocorrência não foram retratadas na nuvem de palavras acima, são elas: acolhimento, ações de acolhimento, afetividade, aprendizagem móvel, aquisição-aprendizagem, aquisição da segunda linguagem, autoetnografia, CELPE-Bras, choque cultural, construção de sentido, construção identitária, convênio de graduação, crianças imigrantes, depossessão e não reconhecimento, des(re)territorialização, dialetos crioulos, educação básica, educação de grupos minoritários, educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação intercultural, emoções, ensino, ensino de línguas para fins acadêmicos, ensino fundamental, epistemologias do sul, escola pública, escrita espontânea, estudante boliviano, estudos lusófonos, estratégias cognitivas de processamento de texto, etnografia da linguagem, Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil), experiência no Brasil e no exterior, formação, globalização, haitianos – Curitiba-PR, hispanofalantes, identidade de aprendiz de língua inglesa, identidade imaginada,

imersão, impacto, interculturalidade, interação, kadiwéu, lei, leitura e escrita de língua portuguesa, letramento em avaliação, linguística, linguística aplicada, linguística aplicada crítica e transgressiva, linguagem, língua munduruku e portuguesa, multimodalidade, multilinguismo, mulheres imigrantes, mulheres árabes, migração forçada, materialidades, materiais didáticos, nome do livro, NEL/UEMS, narrativas, ortografia, objetivos de ensino, professores de línguas, professores, prática reflexiva, prática exploratória, prática de (re)existência, português segunda língua, português para indígenas, português língua estrangeira, português do Brasil, performatividade, performance oral, pedagogia decolonial, pedagogia crítica, programa de estudantes, (re)territorialização, resistência, representações sociais, representações do Brasil, reexistência, redação, tipo, tecnologias digitais, teatro, universidade brasileira, urgência e whatsapp.

As referidas palavras-chave com apenas uma ocorrência indicam a importância de consolidação dos índices de estudos na área do PLAc, em se tratando principalmente das palavras-chave que descrevem e delimitam as pesquisas. De modo geral, as palavras-chave se mostraram altamente diversificadas e fragmentadas considerando à sua afiliação institucional a diferentes programas de pós-graduação.

4.6 Levantamento dos resumos das publicações

Para elaborar esta seção, os dados foram organizados em uma planilha no Excell, a qual pode ser acessada no Apêndice B desta dissertação, com o levantamento dos resumos das publicações. Esta análise incluiu o levantamento das seguintes categorias por dissertação: autor/ano, as metodologias de pesquisa utilizadas, objetivos, os contextos onde são mais aplicados o PLAc, se em escolas regulares ou cursos específicos e os resultados. Importante mencionar que os resumos foram descritos na planilha em ordem cronológica (isto é, primeiro o mais antigo e por último os mais recentes), para melhor entender o desenvolvimento das pesquisas sobre PLAc ao longo dos anos.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo é o levantamento do estado da arte sobre PLAc no Brasil. De acordo com Ferreira (2002), o estado da arte (ou “estado do conhecimento”), possui caráter bibliográfico e de levantamento e avaliação do conhecimento sobre determinado tema. Para a autora, pesquisadores que optam por estudos de estado da arte, em geral, são sustentados e movidos “pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito” (FERREIRA, 2002,

p.259). Como apresentado na seção metodológica deste capítulo, além da análise de palavras-chave, empreendemos análises qualitativas dos resumos presentes nas pesquisas compiladas.

Para Ferreira (2002, p. 265), é possível

[...] tecer um discurso que analise, interogue, explique convenientemente cada conjunto de trabalhos produzidos em uma determinada área do conhecimento, a partir apenas de resumos, ignorando a leitura das pesquisas, na íntegra”.

Sendo assim, de acordo com a autora, pode-se traçar o estado da arte ou estado do conhecimento, na área do PLAc, pelos resumos, sem ler as publicações em sua totalidade, para que isso aconteça, é preciso considerar os resumos que constam nos catálogos, como objeto de estudo ou fonte de pesquisa. Neste contexto, o pesquisador aceita a heterogeneidade dos textos, tipos dos resumos e se depara com 2 momentos completamente distintos. No primeiro momento, existe um certo conforto para o pesquisador, pois, ele interage com a produção acadêmica ao quantificar e identificar os dados concretos bibliográficos. No segundo momento, é o de inventariar a pesquisa e o pesquisador passa a enfrentar grandes dificuldades, pois tem que responder às questões levantadas a partir da leitura dos resumos que, muitas vezes, não deixa clara a ideia da tratativa das pesquisas.

Nos parágrafos seguintes, apresentamos sínteses das informações veiculadas nestes resumos. Os resultados das análises apontam que, quanto às temáticas desenvolvidas nos resumos das 47 publicações (100%), 16 (34%) estudam o processo de ensino-aprendizagem de PLAc para refugiados, nas seguintes perspectivas: orientações pedagógicas, influências do processo e o choque cultural, temas geradores, especificidades, estratégias e desafios para uma prática humanitária, subsídios para o planejamento de aulas, aulas pelo aplicativo Whatsapp e avaliação da aprendizagem. Sete resumos (14,9%) investigam sobre as políticas públicas ou políticas linguísticas vigentes no país, a saber: políticas linguísticas de acolhimento para o ensino de PLAc, quadro polícolínguo, políticas linguísticas baseadas na glotopolítica, atores estatais e não-estatais que assistem aos refugiados que vivem no Distrito Federal, legislações migratórias Federais e de São Paulo e também sobre o exame CELPE-Bras. Seis resumos (12,8%) exploram sobre a criação e análise de material didático específico para o ensino de PLAc que são utilizados como um guia didático ou como um material de apoio para os professores. Também seis resumos (12,8%) analisam sobre a formação inicial de professores para atuarem no PLAc, considerando as práticas sociais mediadas pela linguagem, bem como a natureza intercultural do contexto em que atuam, com a presença de imigrantes que não

dominam o português. Cinco resumos (10,6%) analisam sobre a organização de cursos de PLAc, dentre eles: preparação de imigrantes haitianos para a produção de redação do ENEM e curso de português específico para mulheres-mães-imigrantes. Um resumo (2,1%) aborda sobre a (re)construção do conceito de língua de acolhimento e um (2,1%) analisa a construção identitária dos indivíduos em situação de migração e refúgio.

Diante do exposto, estas análises dos resumos das temáticas apontam para quatro temas norteadores das pesquisas na área de PLAc no recorte da pesquisa: i) o processo de ensino-aprendizagem de PLAc; ii) políticas públicas; iii) políticas linguísticas; e iv) elaboração e análise de material didático para o ensino de PLAc. Assim, pode-se notar a demanda para se pensar em processos e estratégias de ensino, incluindo materiais didáticos, adequados aos objetivos do ensino de PLAc. Também em vigência estão as pesquisas que buscam analisar e contribuir para que políticas públicas e linguísticas possam ter um caráter efetivo de contribuição para o acolhimento dos refugiados. Pode-se notar, no entanto, que há uma lacuna na pesquisa para a formação de profissionais para atuarem no ensino de PLAc, que está sendo mais realizado em cursos ofertados pelas universidades ou por ONGs.

Conforme foi dito na introdução desta pesquisa, sobre os materiais didáticos, é muito comum, os professores de cursos de PLAc adotarem sua própria metodologia e elaborarem seu próprio material didático. Pois, além da escassez de materiais didáticos de PLAc no mercado, o professor se depara com turmas que tem dialetos ou línguas maternas muito diferentes do português, em que o alfabeto é constituído por símbolos, como, por exemplo: em bengala ou bangla, a língua de Bangladesh, país localizado na Ásia Meridional, a palavra “esperança” é escrita assim “আশা”. Sem contar que o professor, muitas vezes, tem em sua turma desde profissionais liberais até pessoas analfabetas. São grandes desafios encontrados numa sala de PLAc e a função do professor é buscar atender a todos, da melhor forma possível, os refugiados que chegam no país, ávidos por incluir-se na sociedade acolhedora e conseguir trabalho para sua sobrevivência.

Em 2015, o Brasil passou a contar com um manual de PLAc, denominado “Pode Entrar: Português brasileiro para refugiadas e refugiados”, de Oliveira *et al.* (2015), feito em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP). Esse material é um norteador didático que os voluntários da ONG TAARE têm adotado por considerá-lo como livro-referência para elaboração de outros materiais didáticos, já que ele é organizado através de uma minuciosa e bem concebida combinação entre habilidades linguísticas, comunicativas, conhecimentos diversos sobre direitos e deveres sociais para o refugiado, além de informações culturais

para que se alcancem os objetivos de integrar-se socialmente através da língua(gem).

Por outro ângulo, foram levantados, ao longo da análise dos resumos, alguns pontos que se destacam, a saber: das 47 (100%) publicações que compuseram o *corpus* de análise, 19 (40,42%) optaram pela metodologia qualitativa, de cunho etnográfico e interpretativista, as quais os dados gerados encontram-se inseridas em diário de campo ou diário de bordo, observações etnográficas, aplicação de questionários semiabertos, realizações de entrevistas semiestruturadas, gravações em áudio de interações em sala de aula, análises de dados gerados através da aplicação de redação, para além da descrição e análise documental.

A pesquisa-ação atingiu o percentual de 12,8%, ou seja, 6 publicações adotaram este método de pesquisa para melhor compor análise interpretativista dos registros gerados, ao utilizar entrevistas semiestruturadas, questionários ou a observação dos participante das pesquisas. Além disso, três publicações (6,9%), foram estudos de casos. Sendo assim, encontramos nos resumos outras metodologias menos utilizadas nas pesquisas, como por exemplo: Teoria da Relevância, etnometodologia, levantamentos de cursos, base bibliográfica e documental, prática exploratória, coleta de dados espontâneos, técnicas de teatro, dentre outras.

Outra questão muito relevante é que encontramos, na leitura de seis (12,8%) resumos, que tratam sobre acolhimento, porém não abordam exclusivamente o tema PLAc para refugiados. A primeira é a investigação de Rodrigues (2018) que, se propôs a pesquisar com um grupo de aprendizes do Núcleo de Ensino de Línguas (NEL), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, voltado para a aprendizagem e uso da Língua Inglesa como língua estrangeira. Na segunda pesquisa, Cardoso (2018) busca analisar as notícias e as imagens de revistas e jornais ligados ao movimento dos caminhoneiros que paralisou o Brasil, no período do dia 21 a 30 de maio de 2018. Mazoni (2019), a terceira pesquisa, apresenta necessidades e dificuldades atuais encontradas pelos indígenas Kadiwéu em relação ao português escrito, as quais envolvem questões sociais, políticas e educacionais. Na quarta investigação, Borges (2020), busca analisar os desafios do ensino de português para surdos no Brasil. Na quinta investigação, Oliveira (2020), ressalta que a tese dela é construída conjuntamente com os alunos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Turma Munduruku, do município de Jacareacanga, no estado do Pará. E o sexto estudo, Eiró (2020), faz uma pesquisa sobre o preparatório para o exame CELPE-Bras. Por isso, estas 6 (12,8%) publicações foram excluídas da pesquisa, pelo fato de não tratarem especificamente sobre o PLAc para refugiados. Ao analisar os resultados das análises dos resumos das pesquisas, 10 (21,3%) resumos não apresentaram os resultados obtidos e 31 resumos (66%) exibiram seus resultados.

Ao retomar sobre a leitura e análise das pesquisas através dos resumos, é possível identificar algumas limitações que, para Ferreira (2002, p. 270),

A leitura possível dos resumos não se constrói linearmente ou em uma simples cadeia. Cada resumo, mais do que ligado àqueles que o antecedem e o sucedem, traz no interior de si mesmo vozes de outros enunciados. A imagem que melhor pode explicar é a de rede e não de cadeia. Rede de vários fios que se cruzam, que se rompem, que se unem, que se questionam dependendo do ponto que se estabelece como partida em cada texto.

Diante do exposto, as análises realizadas a partir dos resumos das publicadas, podem apresentar algumas limitações. Para a autora, uma palavra retirada, trocada ou adicionada do resumo analisado, pode acontecer, do leitor ter uma interpretação completamente diferente a do autor da pesquisa. É ilusório pensar que, apenas com a leitura dos resumos das publicações, o pesquisador conseguirá entender toda a história da produção acadêmica de certa área do conhecimento, ele estará sim, analisando uma das possíveis histórias, sobre a produção escolhida. Porém, nada impede que o pesquisador do “estado da arte”, tenha uma nova interpretação da pesquisa que o autor teve. Dessa forma, o resumo admite outros achados, outras perspectivas da mesma história. É possível também, que não haja uma relação de autenticidade entre o resumo e a pesquisa na íntegra, porém podem surgir, dessas diferentes leituras, novas instigações para outros autores se interessarem a pesquisar futuramente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os refugiados, movidos de seus países por circunstâncias alheias às suas vontades, em geral buscam condições melhores de vida no país que os acolhe. A princípio, precisam comunicar-se, seja pelo trabalho, para acesso ao mercado, para acesso a médicos ou ainda para um diálogo com o vizinho. Para que isso aconteça é preciso agir linguisticamente para ter acesso ao mínimo de mobilidade possível e compete aos membros nativos desse país acolher os refugiados em um ambiente que lhes garanta proteção e acesso a bens e serviços básicos. As dificuldades impostas pela língua, somadas a preconceitos diversos dificultam, em muitos aspectos, a chegada e permanência dessas pessoas.

No contexto socioeconômico em que a sociedade brasileira se encontra atualmente, os desafios para estes imigrantes em busca de trabalho e de permanência não são pequenos. Inicialmente há o problema da legalização; depois, a preocupação com o trabalho e a estabilidade. A maioria deles ocupam vagas do setor de produção, as quais geralmente são de mão de obra barata. Dessa forma, são operários que trabalham no pesado e, em geral, ganham salários baixos. Mesmo já empregados, as preocupações não se findam, pois vem a necessidade da comunicação clara em português, muitas vezes como garantia para se manter no emprego, para entender e desenvolver de acordo com o que a empresa solicita. Em consequência disso, dá-se a necessidade urgente do aprendizado da língua portuguesa para eles, e cabe a nós, professores, ofertar o ensino de português de qualidade e que faça sentido, pois, em geral, são estudantes adultos, trabalhadores braçais, que estão, há algum tempo, fora dos bancos escolares, que não têm recursos financeiros para pagar aulas particulares para aprender o português, além disso, muitos desistem por causa do cansaço do trabalho diário.

Esta dissertação teve como objetivo principal investigar os estudos já publicados sobre PLAc, no âmbito da Linguística Aplicada, através da realização de um estudo da arte sobre as pesquisas realizadas na área. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, bem como a revisão sistemática da literatura, para realizar um estudo da arte sobre a produção científica com o tema “Estado da arte da produção acadêmica sobre Português como Língua de Acolhimento”, buscando dissertações e teses na Plataforma Sucupira, mais precisamente na página do Catálogo de teses e dissertações. A pesquisa foi realizada entre os dias 15 de fevereiro a 13 de março de 2022, num recorte temporal de dez anos, com a palavra de busca “Língua de acolhimento” e o retorno foi de 47 publicações.

A princípio, elaboramos uma tabela no Word com a quantidade de publicações, teses e dissertações e os títulos das pesquisas. Nessa tabela, os títulos foram selecionados na ordem

conforme foi realizada a busca na Plataforma Sucupira. Das quarenta e sete pesquisas encontradas, 34 foram dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado. Nesse momento, nenhuma pesquisa foi excluída da tabela das 47 publicações, pois nos pareceu interessante mostrar os nomes de todas as pesquisas encontradas. Dentre as 47 pesquisas, quarenta e seis foram escritas em língua portuguesa e uma em língua inglesa. Não foram investigadas as teses e dissertações organizadas e publicadas fora do país por instituições estrangeiras, pois essas pesquisas não transmitiriam, necessariamente, as contribuições, lutas e descobertas dos autores brasileiros.

Logo em seguida, foi criada uma planilha de análise do *corpus* das publicações, em Excell, a qual encontra-se no Apêndice A, na página 94, desta pesquisa. Essa planilha foi utilizada para registrar os dados dos documentos obtidos em nossa busca, de modo a facilitar a análise panorâmica da área. Estabelecemos os seguintes critérios de inclusão e exclusão: 1) foi delimitado um recorte temporal de dez anos, de 2011 a 2021, no levantamento das fontes bibliográficas que pesquisamos (dissertações e teses), 2) foram compilados documentos na área de PLAc, extraídas somente as informações apresentadas, principalmente nos títulos, sumários e resumos. Inserimos na planilha os seguintes campos para preenchimento: título, autoria, dissertação/tese, instituição, ano de publicação e palavras-chave. Após a estruturação da planilha, partimos para a compilação dos documentos que compuseram nosso *corpus* de análise.

Em relação à organização desta dissertação, além da introdução e considerações finais, ela possui a seção da fundamentação teórica, com as seguintes subseções: breve histórico sobre as migrações, políticas migratórias, políticas linguísticas, políticas linguísticas brasileiras e conceito de PLAc. Logo após, foi elaborada a seção de metodologia da pesquisa, com as seguintes subseções: análise sobre a quantidade de publicações sobre PLAc por ano, Instituições de Ensino Superior onde foram realizadas as pesquisas, as publicações em diferentes regiões da Federação, os principais programas das pesquisas, os orientadores com mais de uma pesquisa e as palavras-chave. Em seguida, foi apresentado levantamento dos resumos das publicações.

Quanto à análise sobre a quantidade de publicações sobre PLAc por ano, na seção 4.1, foi possível notar que a pesquisa abarcou um recorte temporal de 10 anos, de 2011 a 2021, porém o levantamento realizado demonstra que as pesquisas publicadas na Plataforma Sucupira relatam que as primeiras pesquisas no Brasil sobre essa temática são de 2016. Vale lembrar que a utilização do termo PLAc é um posicionamento político linguístico para se referir ao ensino de português para refugiados, contemplando a dimensão do acolhimento e, portanto, o PLAc está inserido no PLA. Assim, o fato de não ter pesquisas com o termo PLAc antes de 2016 não

quer dizer que não houve pesquisas para o ensino de português para refugiados, pode-se dizer que é uma questão de nomenclatura em desenvolvimento nas pesquisas acadêmicas no Brasil.

Na seção 4.2, analisamos as Instituições de Ensino Superior e as publicações nas diferentes regiões da Federação. Das 47 pesquisas que foram defendidas no âmbito das 18 instituições de ensino de nível superior, a universidade que mais se destacou, quanto ao número de publicações, foi a UNB, seguida pela UFMG e USP. Quanto à análise da quantidade de publicações nas diferentes regiões da Federação, destaca-se a região Sul, que possui mais que o dobro de pesquisas das regiões Centro-Oeste, com 12 (25,5%) e Sudeste com 10 (21,3%) juntas. Além disso, não encontramos pesquisas publicadas na área, na plataforma Sucupira, no período analisado, nas regiões Norte e Nordeste. Vale salientar aqui que foi possível notar o fato de o Brasil ter tido maior migração de refugiados para as regiões Sul e Sudeste, isso pode ter influenciado na produção acadêmica nessas regiões. Tem-se aqui uma instigação para futuras pesquisas que poderiam contribuir para a verificação das razões de haver mais produção acadêmica na região Sul e não ter, ainda, nas regiões Norte e Nordeste.

Quanto aos locais onde efetivamente acontecem os cursos de PLAc existentes, dos 47 resumos estudados, percebe-se que a grande maioria de ações de PLAc pesquisadas, no *corpus* desta pesquisa, foram realizadas em universidades, seguidas de Ong's. De acordo com Lopes e Diniz (2016), este fato nos aponta para o papel protagonista das universidades e ONGs no tocante ao ensino-aprendizagem de PLAc e também reforça a urgência do Estado promover políticas nacionais mais ativas que possam efetivamente ofertar o ensino de PLAc de forma regular.

Para o levantamento dos principais programas de pós-graduação, na seção 4.3, vale lembrar que essas informações foram retiradas a partir da leitura dos resumos das publicações. Uma vez que a LA é a grande área de estudos de questões de uso da linguagem nas interações sociais e pensa em alternativas que possam melhorar a qualidade da interação entre as pessoas e esperava-se uma quantidade mais significativa de pesquisas nessa área. Pode-se inferir que, além das publicações das áreas de Letras, Linguística e Artes, há outras áreas com interesse nessa questão, como por exemplo, as Ciências Sociais Aplicadas.

Quanto aos orientadores que se destacaram por terem mais de uma orientação na área de PLAc, temos a professora doutora Rosane de Sá Amado (USP), evidenciado pelo seu protagonismo em relação à produção acadêmica da área de PLAc no Brasil. Logo após, o professor doutor Leandro Rodrigues Alves Diniz (UFMG).

No que se refere à análise sobre as palavras-chave, das duzentas e dezoito palavras-chave encontradas nos textos, cento e vinte e três tiveram mais de duas ocorrências no *corpus*.

A maior incidência nas palavras-chave foi “PLAc”, com 26 ocorrências, o que nos leva a perceber a importância do tema do PLAc na atualidade.

Como síntese do levantamento dos resultados, destacado na seção 4.6 neste trabalho, empreendemos análises estatísticas, tanto qualitativas, quanto quantitativas dos resumos presentes nas pesquisas compiladas. Os resultados das análises apontam que, quanto às temáticas desenvolvidas nos resumos, as seguintes perspectivas são mais recorrentes: ensino-aprendizagem, políticas e materiais didáticos. Também investigam sobre as políticas linguísticas vigentes no país, a saber: políticas linguísticas de acolhimento para o ensino de PLAc, quadro polícolínguo, políticas linguísticas baseadas na glotopolítica, atores estatais e não-estatais. Os resumos exploram também sobre a elaboração e análise de material didático específico para o ensino de PLAc, que são utilizados como um guia didático ou como um material de apoio para os professores. Além disso, analisam sobre a formação inicial de professores para atuarem no PLAc, ao considerar as práticas sociais mediadas pela linguagem, bem como a natureza intercultural do contexto em que atuam, com a presença de imigrantes que não dominam o português. Também foi levantado, ao longo da análise dos resumos, alguns pontos que se destacam, a saber: a grande incidência da metodologia qualitativa, de cunho etnográfico e interpretativista.

Dentre as lacunas que se percebem ao longo desta pesquisa e/ou instigação para novas futuras investigações, podemos citar: 1) De acordo com Lopez e Miranda (2019), Conforme foi dito na seção 2.5 desta dissertação, para que a formação na área de PLA e PLAc seja possível, seria necessário um maior investimento em políticas públicas, no sentido de institucionalizar a formação dos profissionais dessa área nas universidades brasileiras e criar de métodos adequados para que o processo de ensino-aprendizagem de PLAc seja de forma efetiva e melhor amparada. 2) os materiais didáticos produzidos para as aulas de PLAc ainda não são adequados para atenderem aos refugiados de nacionalidades com o alfabeto diferente ao do Brasil; 3) o papel do professor como mediador/amenizador/facilitador no processo de ensino-aprendizagem.

Esta pesquisa, através das análises dos resumos das teses e dissertações, nos possibilitou compreender a temática de como funcionam as legislações brasileiras existentes que apoiam os refugiados e, como o desenvolvimento da área de PLAc, contribui sobremaneira, não somente para atender à demanda cada vez mais emergente, mas também para fomentar e dar visibilidade ao debate sobre as limitações das legislações brasileiras vigentes. Em vista disso, espera-se que este estudo ofereça uma visão panorâmica desta área e incentive novas pesquisas, bem como futuras caracterizações dos horizontes, tendências e dinâmicas das pesquisas brasileiras. Por

este motivo, esta pesquisa demonstra que, há ainda, muito caminho a seguir para construir e conduzir mais pessoas a se interessarem em produzir trabalhos acadêmicos que venham a contribuir para a implantação de políticas linguísticas nacionais aplicáveis para o ensino de PLAc para proporcionar aos refugiados, ao chegarem ao nosso país, mais acolhimento e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Colet%C3%A2nea-de-Instrumentos-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-Nacional-e-Internacional.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

ACNUR. [Convenção (1951)] **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados. Acesso em: 20 maio 2022.

ACNUR. [Declaração (1984)] **Declaração de Cartagena**. 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Declaracao_deCartagena.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília. ACNUR. Brasil. 2016. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Protegendo_Refugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016.pdf. Acesso em 19 abr. 2022.

ACNUR. **Protocolo sobre el estatuto de los refugiados**. 1967. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0003.pdf?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0003>. Acesso em: 22 maio 2022.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.) **Competências por dentro**. Campinas, S. P.: Pontes Editores, 2016.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Ensino de português língua estrangeira/EPLE: a emergência de uma especialidade no Brasil. In: LOBO, T. *et. al.*(Orgs). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 723-728.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Linguística Aplicada: Ensino de Línguas e Comunicação**. 2a edição. Campinas: Pontes, 2007.

AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiado. **Revista da SIPLÉ**, Brasília, ano 4, n. 2, out 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272394920_O_ensino_de_portugues_como_lingua_de_acolhimento_para_refugiados. Acesso em: 15 jan. 2023.

AMADO, R. S. Português como segunda língua para comunidades de trabalhadores transplantados. **Revista da SIPLÉ – Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira**, v. 2, 2011, S.P. Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=173:7-portugues-como-segunda-lingua-para-comunidades-de-trabalhadorestransplantados&catid=57:edicao-2&Itemid=92. Acesso em: 17 out. 2021.

ANÇÃ, Maria Helena. Língua portuguesa em novos públicos. **Saber (e) Educar**. Porto (Portugal). n. 13, p. 71-87, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3bBZgMZ>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ANNONI, Danielle (Coor). **DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS E O BRASIL** / Coordenação Danielle Annoni – Curitiba: Gedai/UFPR, 2018.

ANUNCIACÃO, Renata. F. M. A língua que acolhe pode silenciar? reflexões sobre o conceito de “Português como Língua de Acolhimento”. **Revista X**, v. 13, n. 1, p.35-58, 2018.
 ACNUR. **Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Colet%C3%A2nea-de-Instrumentos-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-Nacional-e-Internacional.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.
<https://doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60341>

ACNUR. [Convenção (1951)] **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. 1951. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados. Acesso em: 20 maio 2022.

ACNUR. [Declaração (1984)] **Declaração de Cartagena**. 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Declaracao_deCartagena.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília. ACNUR. Brasil. 2016. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Protegendo_Refugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016.pdf. Acesso em 19 abr. 2022.

ACNUR. **Protocolo sobre el estatuto de los refugiados**. 1967. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0003.pdf?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0003>. Acesso em: 22 maio 2022.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.) **Competências por dentro**. Campinas, S. P.: Pontes Editores, 2016.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Ensino de português língua estrangeira/EPLÉ: a emergência de uma especialidade no Brasil. *In*: LOBO, T. *et. al.*(Orgs). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 723-728.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Linguística Aplicada**: Ensino de Línguas e Comunicação. 2a edição. Campinas: Pontes, 2007.

AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiado. **Revista da SIPLE**, Brasília, ano 4, n. 2, out 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272394920_O_ensino_de_portugues_como_lingua_de_acolhimento_para_refugiados. Acesso em: 15 jan. 2023.

AMADO, R. S. Português como segunda língua para comunidades de trabalhadores transplantados. **Revista da SIPLE** – Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, v. 2, 2011, S.P. Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=173:7-portugues-

como-segunda-lingua-para-comunidades-de-trabalhadorestransplantados&catid=57:edicao-2&Itemid=92. Acesso em: 17 out. 2021.

ANÇÃ, Maria Helena. Língua portuguesa em novos públicos. **Saber (e) Educar**. Porto (Portugal). n. 13, p. 71-87, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3bBZgMZ>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ANNONI, Danielle (Coor). **DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS E O BRASIL** / Coordenação Danielle Annoni – Curitiba: Gedai/UFPR, 2018.

ANUNCIACÃO, Renata. F. M. A língua que acolhe pode silenciar? reflexões sobre o conceito de “Português como Língua de Acolhimento”. **Revista X**, v. 13, n. 1, p.35-58, 2018.

ARANDA SOTO, B.; MADKOURI, M. E. La Adquisicion de una L2 como lengua de acogida: hacia un modelo descriptivo de corte paragramático. **Educacion y Futuro**, Madrid, n. 14, p. 55-95, 2006.

BARBOSA. Lúcia Maria Assunção; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral. Língua de acolhimento. *In*: CAVALCANTI, Leonardo et al (org.). **Dicionário crítico de Migrações Internacional**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 2017. p. 434-437. <https://doi.org/10.7476/9788523013400.0011.01>

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. São Paulo: Zahar, 2017.

BAYAN, H. **Língua de Acolhimento: dos Princípios às Prática**. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

BENTO, C. I. S. **Aquisição de Português Língua Não Materna: o conjuntivo na interlíngua de falantes nativos de neerlandês**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ensino de Português Língua Segunda e Língua Estrangeira) - Faculdade de Ciências e Humanidades, Universidade Nova, Lisboa, 2013.

BORGES, Rubia Araujo. **ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTUDANTES SURDOS/SURDAS: SOBRE A POSSIBILIDADE DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO**. 159 f. Mestrado em Letras: estudos da linguagem Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Biblioteca Alphonsus de Guimaraens ICHS, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_4_.asp. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G. Brasília, 23 mar. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no

Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6964, de 9 de dezembro de 1980.** Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6964.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, seção 1, p. 27839. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9474, de 22 de julho de 1997.** Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 17 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a lei de migração. Diário Oficial da União: Brasília, seção 1, p. 1, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em 23 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, n. 119, p. 2. 22 jun. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm#art6. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros:** manual do examinando. Brasília: MEC/Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/certificado-de-proficiencia-em-lingua-portuguesa-para-estrangeiros>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Pronatec de cursos de formação inicial e continuada.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18068-guia-pronatec-de-cursos-fic-2edicao-portaria-mec1232-2012&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Celpe-Bras: cartilha do participante**. Brasília, DF: 2019. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/cartilha_do_participante_celpe_bras.pdf. Acesso em 29 dez. 2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº394 de 29 de julho de 1991**. Define normas sobre a situação do refugiado admitido no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 15161, 30 jul. 1991. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1126559/pg-5-secao-1-diariooficial-da-uniao-dou-de-30-07-1991>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 105, de 24 de maio de 2012**. Dispõe sobre o Programa Inglês sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/ingles/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 973, de 14 de novembro de 2014**. Dispõe sobre o Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: http://isf.mec.gov.br/ingles/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf. Acesso em 29 dez. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei N.º 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm#art11. Acesso em: 27 de jul. 2021.

BRASIL, **Resolução Normativa do Comitê Nacional para os Refugiados nº 27, 30 de outubro de 2018**. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_normativa_n_27_conare.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. UNESCO Office in Brasilia. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)**, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRUMFIT, C. How applied linguistics is the same as any other science. **International Journal of Applied Linguistics**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 86-94. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.1997.tb00107.x>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CABETE. Marta Alexandra Calado Santos da Silva. **O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento**. 2010. Dissertação (Mestrado em língua e cultura portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. 2010 Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

CALDEIRA, Patrícia Alexandra Marcos. **A imigração em Portugal: o português, língua de**

acolhimento e as problemáticas da identidade linguística e cultural. 2012. 174f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2012. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9931/1/ulfl128710_tm.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARDOSO, JAIRO BARRERA. **A imprensa e a Greve dos Caminhoneiros de Maio de 2018: uma análise sob a perspectiva multimodal**. 107 f. Mestrado em Letras Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande Biblioteca Depositária: Biblioteca da UEMS - Unidade de Campo Grande, 2018.

CDCA/DF. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal. **Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Distrito Federal**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://cdca.sejus.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Plano-Decenal-V6.1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023. <https://doi.org/10.25245/rdspp.v6i1.304>

CONARE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. **Refúgio em Números**. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/refugio-em-numeros-2010-2016>. Acesso em: 17 out. 21.

CONARE. **Resolução normativa nº 14, de 27 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o Programa de Reassentamento Brasileiro. 2011. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-14-doconare.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COSTA, A. R.; FIALHO, V. R.; BEVILÁQUA, A. F.; LEFFA, V. J. As tecnologias digitais no ensino e aprendizagem de línguas. **Veredas On-line**. Vol. 20, n. 1, 2016, p. 1-20, Juiz de Fora (MG), PPG em Linguística/UFJF.

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012. 396 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

EIRÓ, Jessileia Guimaraes. **O processo de aquisição-aprendizagem de Português como Língua Adicional (PLA) por falantes bilíngues/plurilíngues em contexto de imersão**. Doutorado em FILOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Florestan Fernandes, 2020. 194 f.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**. 6 ed. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2004. Disponível em: [Aurélio%20Buarque,%3A%20Editora%20Positivo%20Ltda%2C%202004](http://www.editora.com.br/aur%C3%A9lio%20Buarque,%3A%20Editora%20Positivo%20Ltda%2C%202004). Acesso em: 30 jan. 2023.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

FONSECA, M. L.; GORRACI, M. (Orgs.) **Mapa de Boas Práticas – Acolhimento e Integração de Migrantes em Portugal**. Lisboa: OIM e ACIDI, 2007.

GOMES, Eduardo Biacchi. Nacionalidade após a emenda constitucional 54/07: um direito fundamental. **Ius Gentium** - Curitiba, ano 6, n. 12, p. 70 - 81, jul./dez 2012. Disponível em: <https://www.uninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/viewFile/60/pdf>. Acesso em: 11 abr. de 2022.

GONZÁLEZ, Juan Carlos Murillo. A importância da lei brasileira de refúgio e suas contribuições regionais. *In*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1. ed., Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf. Acesso em 01 fev. 2022.

GRABE, W. Applied Linguistics: a twenty-first-century discipline. *In*: KAPLAN, R. B. (ed.). **The Oxford Handbook of Applied Linguistics**. 2. ed. Oxford: OUP, 2010. p. 34-44. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195384253.013.0002>

GROSSO, Maria José dos Reis. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizontes de Linguística Aplicada, v. 9, n. 2, 2010. p. 61-77. <https://doi.org/10.26512/rhla.v9i2.886>

GUIARRARA, Paloma. **Demografia**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/demografia.htm>. Acesso em 22 jan. 2023.

IBGE. Atlas do Censo Demográfico 2010, Glossário. **Migração**. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf. Acesso em 16 de mar. 2022.

IOM. International Organization for Migration. Migration, development and poverty reduction. **Report on the Workshop Migration, development and poverty reduction**. Dakar. Genebra: IOM, 2009.

JORDÃO, C. M. ILA – ILF – ILE – ILG: Quem dá conta? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 13-40, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982014000100002>

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra e LOPES Rachel de Oliveira. A Declaração Universal dos Direitos Humanos aos 70. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra e LOPES Rachel de Oliveira (Org.). **Direitos humanos e vulnerabilidade e a declaração universal dos direitos humanos**. Editora Universitária Leopoldianum, 2018. p. 9-23. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wpcontent/uploads/2018/12/direitos-humanos-e-vulnerabilidade-e-a-declara%C3%87%C3%83ouniversal-dos-direitos-humanos.pdf>. Acesso em: 19 de abr. 2022.

JUBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. Dossiê: “Migrações forçadas”. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 11-33, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852014000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 mar. 2022.

<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004302>

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Refúgio em Números** (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 18 jan. 2023.

LEFFA, V. J; IRALA, V. B. O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas. *In*: LEFFA, Vilson; IRALA, Vanessa (Orgs.). **Uma Espiadinha na Sala de Aula**. Ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: Educar, 2014 p. 21-48.

LEIRIA, I. Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. I Congresso de Português Língua Não Materna. **Anais...** Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Pacoas, Lisboa, 1999, p. 1-11.

LOPEZ, A. P. A.; DINIZ, L. R. A. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas para o Acolhimento no Brasil de Deslocados Forçados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**. Brasília, Edição especial. n. 9, 2018. <https://doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60301>

LOPEZ, A. P. de A. O PROFESSOR DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO: ENTRE O ATIVISMO E A PRECARIZAÇÃO. **fólio - Revista de Letras**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2020. DOI: 10.22481/folio.v12i1.6680. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6680>. Acesso em: 15 jan. 2023. <https://doi.org/10.22481/folio.v12i1.6680>

LOPEZ, A. P. de A; MIRANDA, Y. C. C. Considerações sobre a formação de professores no contexto de ensino de português como língua de acolhimento. *In*: FERREIRA, L. C. *et al.* (Org.) **Língua de acolhimento** : experiências no Brasil e no mundo. Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2019. 296 p.

MAZONI, L. M. A. S. **O ensino de português para os kadiwéu**: realidade, desafios e estratégias para professores indígenas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo, 2019. 130 p.

MIGUÉIS, A. et al. A importância das palavras-chave dos artigos científicos da área das Ciências Farmacêuticas, depositados no Estudo Geral: estudo comparativo com os termos atribuídos na MEDLINE. **R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 112-125, jul./dez. 2013. Edição Especial. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p112-125>.

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como condição e solução. **D.E.L.T.A.**, v. 10, n. 2, p.329-338, 1994.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais**: conceitos, tipologia e teorias. 2016. Disponível em: https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

OIM. Organização Internacional para as imigrações. **Glossário sobre migração**. 2009, p. 40.

Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. M. Processamento da Linguagem num Contexto Migratório. CONGRESSO INTERNACIONAL LÍNGUAS. **Anais...** Lisboa, 2010. Disponível em [epositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/539/3/Processamento%20da%20Linguagem%20num%20Contexto%20Migratório%20artigo%20%281%29.pdf](http://positorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/539/3/Processamento%20da%20Linguagem%20num%20Contexto%20Migratório%20artigo%20%281%29.pdf). Acesso em: 17 out. 2021.

OLIVEIRA, Antonia Zelina Negro de. **Xipat, professora:** letramentos acadêmicos de reexistência na formação inicial de professores munduruku. Doutorado em FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Florestan Fernandes, 2020. 239 p.

OLIVEIRA, T. A. et. al. **Pode Entrar.** 1 ed. São Paulo, 2015 (sem editora). Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Pode_Entrar.pdf. Acesso em 17 out. 21.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. [Convenção (1951)] **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.** Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1. Acesso em: 12 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Global compact for safe, orderly and regular migration.** Disponível em: 144 https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/195. Acesso em: 14 jun. 2021.

PAIVA, V. L. M. de O. e. Internet e sistemas de busca: ampliando o universo de professores e aprendizes de língua inglesa. *In:* MACIEL, R. F.; ARAUJO, V. A. (Org.). **Ensino da Língua Inglesa:** contribuições da Linguística Aplicada. Campo Grande: Editora UNAES, 2008. p. 43-58. Disponível em <<http://www.veramenezes.com/publicacoes.html>>. Acesso em 10 dez 2022.

PAVAN, L. H.; SOUZA, L. G. Sentidos, conceitos e práticas de ensino-aprendizagem em português como língua de acolhimento no Brasil: uma conversa sensível com Rosane Amado. *In:* BIZON, A. C. C; ROCHA, C. H. (Org.) **Português como língua estrangeira/segunda língua:** diálogos com pesquisadoras. Campinas, SP: Unicamp, 2022.

PERRUCHOUD, Richard. **Glossário sobre migração.** Direito internacional da migração n. 22. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Quadro Europeu Comum de referência para as línguas** – QERC: Aprendizagem, ensino, avaliação. 2001. Disponível em: http://area.dge.mec.pt/gramatica/Quadro_Europeu_total.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007. **Diário da República**, seção 1, Portugal, n. 85, 3 maio 2007. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/415237/details/normal?q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+do+Conselho+de+Ministros+n.%C2%82+63-A%2F2007+de+3+de+maio>. Acesso em: 02 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 49.729 de 22 de outubro de 2012. Institui o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**: n. 204. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, out. 2012. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2049.729.pdf>. Acesso em 02 jun. 2021.

RIBEIRO DA SILVA, E. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(52.2): 289-320, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200007>

RODRIGUES, KELLY ROSANE DE LIMA SILVA. **A construção identitária de alunos de língua inglesa no núcleo de ensino de línguas - Uems**: suas práticas de aprendizagem e uso do idioma 152 f. Mestrado em Letras Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande. Biblioteca Depositária: Biblioteca UEMS/Unidade de Campo Grande, 2018.

ROJO, R. Fazer Linguística aplicada em perspectiva sócio-histórica privação sofrida e leveza de pensamento. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org). **Por uma linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

RUIZ, Jorge; JORGE, Ricardo Arencibia. Infometría, bibliometría y cienciometría: aspectos teórico-prácticos. **ACIMED**, Ciudad de la Habana, v. 10, n. 4, jul.-ago. 2002.

SADECK, S. **Últimas da Internet**: Brasil chega a 213,3 milhões de habitantes, afirma IBGE. Conexão Senado. 27 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2021/08/27/ultimas-da-internet-brasil-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-afirma-ibge>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SANTOS, Eliana Barbosa dos. **Português língua de acolhimento**: interação e inserção social de imigrantes por meio do Whatsapp. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/32929>. Acesso em: 10 maio 2022.

SÃO BERNARDO, M. A. **Português como língua de acolhimento**: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos. 206 f. São Carlos, 2016, p. 65 e 66. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8126?show=full>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SENE, Lígia Soares. **Objetivos e materialidades do ensino de Português como língua de acolhimento**: um estudo de caso. 2017. 206 f., Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23980>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVA. Anderson Santos da. CAMARGO; Eduardo Aidê Bueno de ; RODRIGUES. João Mendes. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1 ed. Brasília. Editora Juspodivm. 2018, p. 76, 364.

SILVA, F. C.; COSTA, E. J. O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua Estrangeira (PLE) no Brasil. **Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 19, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.26512/rhla.v19i1.24117>

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, Vivianne Peixoto da. **Trabalhadores Imigrantes na Cidade de Uberlândia/MG: análise das políticas públicas brasileiras de trabalho e saúde no período de 2010 a 2016**. 2017. Tese apresentada como conclusão do Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Orientador Prof. Dr. Cássio Silveira. São Paulo, 2017.

SOUSA, R. J. P. L. Produção científica sobre letramento: mapeamento bibliométrico das teses da BDTD (1997-2016). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 494-514. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053146655>.

TAPPA. Truyitraleu. **A política brasileira de migrações no contexto da governança global migratória**. Brasília. 2017. 165f., Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23312>.

UNESCO. **Proteção do direito à educação dos refugiados**: documentos técnicos sobre política educacional, 2019, p. 80. Disponível em: <<https://bit.ly/3bm4lsp>>. Acesso em 01 jul. 2021.

UNHCR. **Global Trends: forced displacement in 2020**. Copenhagen: UNHCR, 2021

UNIÃO AFRICANA [Convenção (1969)] **Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA)**. Disponível em: http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2couaapr.html. Acesso em 12 abr. 2022.

VALA, J. Etnização e estratégias de relação cultural entre os migrantes e os países de acolhimento: reflexões a partir do caso português. In: BARRETO, A. (org.) **Globalização e Migrações**. Lisboa: ICS, 2005, p. 274-289.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>.

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric methods in Management and organization. **Organizational Research Methods**, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 429-472. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação das publicações pesquisadas entre os dias 15/02 a 13/03/22

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRE OS DIAS 15/02 A 13/03/22						
N.	TÍTULO	AUTOR	D/T	INST.	ANO	PALAVRA-CHAVE
1	Subsídio para o planejamento de cursos de Português Como Língua De Acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil	Lopez, Ana Paula de Araújo	Dissertação	UFMG	2016	Língua Aplicada Indisciplinar; Português como Língua de Acolhimento; Imigrantes Deslocados Forçados; (Re)territorialização; Educação de Grupos
2	Português Como Língua de Acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil	Bernardo, Mirelle Amaral de São	TESE	UFSCar	2016	Português; imigrantes e refugiados; língua de acolhimento
3	O Exame CELPE-BRAS como instrumento de divulgação da cultura brasileira: percepções de candidatos	Agossa, Mahulikplimi Obed Brice	Dissertação	CEFET-MG	2017	Representações do Brasil. Celpe-Bras. Impacto.
4	Português Língua de Acolhimento: reflexões sobre avaliação	Cruz, Ingrid Sinimbu	Dissertação	UNB	2017	Português Língua de Acolhimento. Avaliação. Ensino-aprendizagem. Letramento em
5	Objetivos e materialidades do ensino de Português como Língua de Acolhimento: Um estudo de caso.	Sene, Lígia Soares	Dissertação	UNB	2017	Português como Língua de Acolhimento. Objetivos de ensino. Materialidades.

6	Somos mais que isso: Práticas de (Re)existência de Migrantes e Refugiados Frente à Despossessão e ao Não Reconhecimento	Anunciação, Renata Frank Mendonça De	Dissertação	Univ. Estadual De Campinas	2017	Português como Língua de Acolhimento; Migração e Refúgio; Depressão e Não Reconhecimento; Práticas de (Re)existência.
7	O papel da reflexividade crítica na prática docente de português Língua de Acolhimento	Pereira, Giselda Fernanda	Tese	Univ. Presb. Mackenzie	2017	Português como língua de acolhimento; ensino-aprendizagem; educação de jovens e adultos; formação docente; refugiado; pedagogia
8	Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas	Marques, Aline Áurea Martins	Dissertação	UFRGS	2018	Imigração e refúgio
9	A política linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro: Um estudo de caso	Neves, Amélia de Oliveira	Dissertação	UFMG	2018	Linguística Aplicada Indisciplinar; Política Linguística; Português como língua adicional; Português como língua de acolhimento; Ensino Fundamental; crianças imigrantes.
10	Português Língua de Acolhimento: Interação e Inserção Social de Imigrantes por meio do	Santos, Eliana Barbosa dos	Dissertação	UNB	2018	Português Língua de Acolhimento. Interação. WhatsApp. Tecnologias digitais. Aprendizagem

11	Ações de acolhimento em cursos de Português para Estrangeiros: Preparatório parao PEC-G e Português como Língua de Acolhimento para imigrantes	Cruz, Junia Moreira da	Dissertação	CEFET - MG	2018	Português como Língua de Acolhimento; Programa de Estudantes-Convênio de Graduação; Ações de Acolhimento.
12	Políticas linguísticas em Criciúma: promoção e ensino da língua portuguesa como língua de	Cortez, Dayane	Dissertação	Univ. Extremo Sul Catarinen se Orientado r:	2018	Ensino-aprendizagem de língua estrangeira; política linguística; português língua de acolhimento; português língua
13	E é uma improvisação treinada, previamente treinada: sentidos do trabalho com refugiados em entrevista com professora voluntária	Silva, Leandra Cristina Machado da	Dissertação	UERJ	2018	Refugiados; Língua de acolhimento; Ensino de Língua Portuguesa; Prática Exploratória
14	Línguas em contexto de refúgio: uma análise dos sentidos atribuídos ao acolhimento	Santos, Raiza Leonidio Neves dos	Dissertação	UERJ	2018	Refugiados (as); Cultura.; Língua de acolhimento; Lei.
15	Língua Portuguesa como língua de acolhimento para um grupo de haitianos em Nova Andradina – MS	Teixeira, Augusto Francisco	Dissertação	Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul	2018	Língua de Acolhimento; Investimentos; Comunidades imaginadas

16	A construção identitária de alunos de língua inglesa no núcleo de ensino de línguas - Uems: suas práticas de aprendizagem e	Rodrigues, Kelly Rosane de Lima Silva	Dissertação	Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul	2018	NEL/UEMS; Identidade; Identidade e de aprendiz de Língua Inglesa; Comunidade imaginada; Identidade imaginada
17	A imprensa e a Greve dos Caminhoneiros de Maio de 2018: uma análise sob a perspectiva multimodal	Cardoso, Jairo Barreira	Dissertação	Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul	2018	Letramento visual; Multimodalidade; Construção de Sentido
18	A produção escrita de alunos imigrantes: percepções acerca do português brasileiro reveladas em textos de estudantes com ascendência	Gouveia, Angelly Alani Marques de	Dissertação	USP	2019	Estudante boliviano; Português do Brasil, Ortografia, Escola Pública; Escrita espontânea
19	Letramentos acadêmicos de hispanofalantes em Português como língua adicional: ensino de escrita e de leitura em uma universidade brasileira	Diniz, Izabel Cristina Silva	tese	CEFET - MG	2019	Letramentos acadêmicos. PLA. Hispanofalante. Universidade brasileira.
20	O ensino de português para os Kadiwéu - realidade, desafios e estratégias para professores indígenas	Mazoni, Lilian Moreira Ayres de Souza	Tese	USP	2019	Educação escolar indígena; Kadiwéu; Português para indígenas; Português segunda língua

21	PLAc - Português como Língua de Acolhimento: identidade, investimento, urgência e afetividade	Souza, Stephany Aparecida Borges de	Dissertação	Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul	2019	Português como Língua de Acolhimento; Identidade; Investimento; Urgência; Afetividade.
22	O ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento a imigrantes: por uma contribuição sociolinguística	Vieira, Leandro Rocha	Dissertação	Universidade de Caxias do Sul	2019	Língua de Acolhimento; Ensino; Cultura; Imigração
23	Implementação de Políticas públicas para refugiados: o ensino do Português como língua de acolhimento no Distrito Federal	Lima, Daniela Setubal Santos	Dissertação	UNB	2019	Políticas públicas - avaliação; refugiados - acolhimento; língua portuguesa e língua de acolhimento.
24	Representações sociais de professores sobre o ingresso de imigrantes nas escolas públicas do Distrito Federal	Sonai, Sabrina Aglae	Dissertação	UNB	2019	Representações Sociais; Professores; Imigrantes
25	“Como é no seu país?” Estudo autoetnográfico de uma prática pedagógica em PLAc para mulheres migrantes no Brasil: implicações para a formação de professores.	Bottura, Elenora Bambozzi	Tese	UFSCar	2019	autoetnografia português língua de acolhimento, mulheres migrantes, emoções, formação de professores

26	A preparação de imigrantes haitianos para a produção da redação do Enem	Oliveira, Desiree de Almeida	Tese	UFMG	2019	Língua portuguesa – Estudo e ensino – Falantes estrangeiros; Linguística aplicada; Aquisição da segunda linguagem; Exame Nacional do Ensino Médio
27	Diálogos transversais: narrativas para um protocolo de encaminhamentos às políticas de acolhimento a migrantes de crise	Camargo, Helena Regina Esteves de	Tese	Univ. Est. de Campinas	2019	des(re)territorialização; migrações; narrativas; políticas públicas; Português como Língua de Acolhimento
28	Programa reingresso UFPR – 'aproveitamento de vagas remanescentes para a reinserção acadêmica de migrantes e refugiados: ações de acolhimento'	Ruano, Bruna Pupatto	Tese	UFPR	2019	Português como Língua de Acolhimento. Ensino de línguas para fins acadêmicos. Migração e refúgio. Programa Reingresso.
29	Proposta de material didático multinível para a aula de português como língua de acolhimento	Soares, Laura Fontana	Dissertação	UFRS	2019	Português como Língua de Acolhimento. Português como Língua Adicional. Materiais Didáticos.
30	Ensino de língua portuguesa para estudantes surdos/surdas: sobre a possibilidade de português como língua de acolhimento	Borges, Rubia Araújo	Dissertação	UFOP	2020	Linguagem; Identidade; Performatividade; Bilinguismo; LAC e T – linguística aplicada crítica e transgressiva

31	TBLT and Portuguese as a Host language: analyzing learners' oral performance in terms of Outcome Achievement and investigating the task implementation process through the learners' and	Marcelino, Ana Flavia Boeing	Dissertação	UFSC	2020	Ensino de Línguas Baseado em Tarefas; Português como Língua de Acolhimento; Performance Oral; Processos de Ensino e Aprendizagem.
32	Alfabetização e letramento de crianças haitianas no contexto escolar: desafios da prática docente	Soares, Giseli Pimentel	Dissertação	Univ. Mun. São Caetano do Sul	2020	Palavras-chave: Alfabetização de imigrantes haitianos. Multiletramentos. Interculturalidade. Formação do professor alfabetizador. Língua de acolhimento.
33	Português como Língua de Acolhimento: uma proposta de ensino-aprendizagem	Moura, Maria Lourdes de	Tese	Univ. Est. do Oeste do Paraná	2020	Ensino de Língua Portuguesa a Migrantes; Português como língua de Acolhimento;
34	O processo de (re)construção identitária de migrantes e refugiados em contexto de aprendizagem do português: um estudo de natureza sociocognitiva	Flister, Catarina Valle e	Dissertação	Puc Minas	2020	Construção Identitária; imigração, integração; plac e teatro
35	Xipat, professora: letramentos acadêmicos de reexistência na formação inicial de professores munduruku	Oliveira, Antonia Zelina Negrão de	Tese	USP	2020	Letramentos acadêmicos; língua munduruku e portuguesa; resistência e reexistência

36	O processo de aquisição-aprendizagem de Português como Língua Adicional (PLA) por falantes bilíngues/plurilíngues em contexto de imersão	Jessileia Guimarães Eiro	Tese	USP	2020	Aquisição-aprendizagem; Bilinguismo; Choque Cultural; Globalização; Imersão; Plurilinguismo; Português Língua Adicional (PLA)
37	"Falamos de nós, mas não nos dão a palavra": cocriando orientações para práticas pedagógicas em Português como Língua de Acolhimento	Marina Reinoldes	Dissertação	UFMG	2021	Ensino-aprendizagem de línguas; Epistemologias do Sul; Pedagogia Decolonial; Português como Língua de Acolhimento; Refúgio
38	Português Língua de Acolhimento: impactos de um curso de extensão para a comunidade externa na Universidade Federal do Piauí	Campelo, Maria Luand Bezerra	Dissertação	UNB	2021	Português Língua de Acolhimento. Imigração no Piauí. Ensino e Aprendizagem.
39	"Quando alguém não fala língua, pareceu crianças nasceu agora": Diretrizes para o ensino de Português como Língua de Acolhimento para mulheres árabes em situação de	Bastos, Raquel Heckert Cesar	Dissertação	Univ. Est. de Campinas	2021	Português Língua de Acolhimento; Refúgio; Mulheres Árabes

40	Ver, julgar, agir e rever para acolher: uma abordagem sociocognitiva no ensino de português brasileiro como língua de	Aguiar, Lucas Correia	Dissertação	UNB	2021	(Multi)letramento; estratégias cognitivas de processamento de texto; Português brasileiro como língua de acolhimento
41	Como dar certo em português?: a experiência de mães imigrantes aprendizes de português em Florianópolis	Reis, Narjara Oliveira	Tese	UFSC	2021	1. Etnografia da linguagem 2. Mães imigrantes 3. Português como Língua Adicional 4. Português como Língua de
42	Narrativas em curso: subsídios para a formação de professores de português em contexto de acolhimento a estudantes migrantes e refugiados no ensino básico brasileiro	Miranda, Yara Carolina Campos de	Tese	UFMG	2021	Nome do livro: Língua de acolhimento: experiências no Brasil e no exterior
43	A intercompreensão como elo entre o Português Brasileiro e o Kreyòl Ayisyen: um guia didático em	Soranzo, Regiane	Dissertação	UFPR	2021	Língua portuguesa - Estudo e ensino - Falantes estrangeiros; Linguística; Multiligüismo, Dialetos crioulos; Haitianos - Curitiba -
44	Construindo pontes em vez de muros: acolhimento de estudantes refugiados e migrantes forçados na educação	Rodrigues, Renata Ramos	Dissertação	Univ. Presb. Mackenzi e	2021	Português como língua de acolhimento; ensino de língua portuguesa; Educação Básica; educação intercultural; refúgio e migração forçada;

45	Prática colaborativa na formação de professores de Português como Língua de acolhimento : reflexões a partir de uma experiência com (um) migrante de	Albuquerque, Mariana Lyra Varela de	Dissertação	UFPR	2021	Professores de línguas - Formação; Língua portuguesa - Estudo e ensino - Falantes estrangeiros; Migração e letras
46	O papel da reflexividade crítica na prática docente de Português Língua	Silva, Juliana Barbosa da	Dissertação	UNB	2021	Português como Língua de Acolhimento; Prática reflexiva; Ensino de Línguas e formação
47	O letramento na sala de aula de português língua de acolhimento: a escrita como ferramenta de inclusão	Simões, Josefina Lopes	Dissertação	USP	2021	Ensino de PLAc; Imigração e refúgio; Leitura e escrita de Língua Portuguesa

APÊNDICE B – Levantamento dos resumos das pesquisas

LEVANTAMENTO DE RESUMOS					
N.	AUTOR ANO	METODO	OBJETIVO	LOCAL	RESULTADO
1	Lopez, Ana Paula de Araújo (2016)	Qualitativa (SOUZA, 2014), de cunho etnográfico e interpretativista (BIZON, 2013)	Este trabalho objetiva contribuir para a organização de cursos de PLAc, com vistas ao fortalecimento da área	Centro Zanmi e do curso de Português como Língua Estrangeira para Imigrantes em Regime Especial de Permanência, do Centro de Extensão da Faculdade de Letras da UFMG.	Apontam para uma tendência de os profissionais da área em totalizar os deslocados forçados, significando-os apenas pelas suas perdas e faltas, colaborando para a construção de uma imagem de <i>desamparo</i> desses imigrantes. Além disso, grande parte dos imigrantes entende a língua portuguesa como uma <i>necessidade</i> ou uma <i>ferramenta de defesa pessoal</i> , o que indica que seus processos de (re)territorialização estão, frequentemente, se desenvolvendo precariamente.
2	Bernardo, Mirelle Amaral de São (2016)	Pesquisa-ação	(Re)Construção do conceito de língua, a que chamamos de <i>língua de acolhimento</i> .	Um curso para imigrantes e refugiados na Universidade de Brasília.	

3	Agossa, Mahulikplimi Obed Brice (2017)	Adotou-se a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1989)			Os dados mostraram, ainda, que o exame Celpe-Bras não é o início desse processo de (des)construção de algumas imagens do Brasil pelos examinandos e que a (des)construção dessas imagens pode começar em sala de aula de português como LE ou L2.
4	Cruz, Ingrid Sinimbu (2017)	Natureza qualitativa e cunho interpretativista, inserido na modalidade pesquisa-ação (questionários, observação participantes e notas de campo).	Dessa forma, para a avaliação formal, o professor de PLAc deve considerar técnicas e instrumentos avaliativos como provas e testes, combinados a outros menos formais, ou até informais.	Curso de Português Língua de Acolhimento (PLAc) denominado Módulo Acolhimento, ofertado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (Neppe), que está localizado na UNB.	As análises indicaram que, com base no perfil heterogêneo que caracteriza esse público de aprendentes e seus objetivos de aprendizagem, a avaliação de aprendizagem do PLAc deve corresponder e respeitar essas expectativas em relação à avaliação, baseada em instrumentos avaliativos mais tradicionais.

5	Sene, Lígia Soares (2017)	Estudo de caso qualitativo, de cunho interpretativista.	Finalidade definir objetivos de ensino-aprendizagem dessa modalidade para uma turma de nível iniciante e, conforme essas experiências, reelaborar materialidades de ensino e analisar como tais práticas buscaram concretizar os objetivos propostos.	Turma de iniciantes (nomeada Acolher 1) do curso Módulo Acolhimento - Português para Refugiados e Imigrantes, ofertado pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) da UNB.	
6	PEREIRA, GISELDA FERNANDA (2017)	Etnometodológica, focada na pedagogia intercultural, conceitos e procedimentos de Freire e Goffman.	Discutir as práticas de ensino de PLAc que contemplem uma pedagogia intercultural, verificando como professores-voluntários podem e conseguem atuar no ensino de PLAc.		A urgência da reflexão sobre a prática docente nas organizações e a necessidade de conscientização acerca da autonomia de professores e aprendizes no processo de ensino-aprendizagem do português como língua de acolhimento, por meio de uma abordagem freiriana, moderada pela educação como prática da liberdade.

7	Anúnciação, Renata Frank Mendonça De (2017)	Pesquisa qualitativa incluem diário de campo, feito a partir de observações etnográficas, aplicação de questionário, realização de entrevistas semiestrutura das e gravações em áudio de interações em sala de aula.		Compreender como migrantes haitianos e refugiados sírios, alunos do projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMH) da UFPR, representam sua autonomia/agenti vidade no novo contexto social, linguístico, cultural e político inseridos.	A expectativa é que os resultados desta investigação possam se constituir em subsídios para o planejamento de ensino de português como língua de acolhimento social e politicamente responsável e relevante em cursos voltados para membros de comunidades de migrantes e refugiados no país.
---	--	---	--	---	--

8	Marques, Aline Áurea Martins (2018)	Realizo um levantamento dos cursos de português como língua adicional (PLA) ofertados pelas universidades federais e, com base nas respostas ao questionário enviado a essas instituições, discuto o espaço do ensino de PLAc nesses locais.	Discutir políticas linguísticas para o ensino de português como língua de acolhimento no Brasil. Trato sobre os fluxos migratórios recentes para o Brasil, em especial, sobre os fluxos de haitianos, sírios e venezuelanos. Realizo uma revisão bibliográfica sobre políticas linguísticas.	As iniciativas para o ensino de língua de acolhimento para imigrantes, em grande medida, são promovidas pela sociedade civil ou instituições não governamentais e contam com pouco apoio do poder público.	Apesar do aumento dos fluxos migratórios para o Brasil e da maior abertura na agenda migratória brasileira, ainda faltam políticas linguísticas para contribuir com a integração dos imigrantes que o país vem recebendo.
---	--	--	--	--	---

9	Neves, Amélia de Oliveira (2018)	Estudo de caso de Nina (nome fictício)	Analisar a política linguística implementada, explícita ou implicitamente, pela escola para o acolhimento de Nina. Para tanto, buscamos identificar as ações tomadas para promover a integração de Nina no ambiente escolar.	Escolas regulares brasileiras.	Ainda que o acesso desses alunos ao Ensino Básico seja assegurado pela legislação brasileira e internacional, é importante analisar se as políticas linguísticas implementadas nas escolas favorecem a aprendizagem do português, considerando ser essa, em geral, a única língua de instrução nas instituições onde estão matriculados. Os estudantes imigrantes com língua materna diferente do português têm necessidades específicas quando comparadas às dos demais estudantes, levando em conta, dentre outros fatores, a distância entre a(s) língua(s) que falam e a língua portuguesa.
10	Santos, Eliana Barbosa dos (2018)	Pesquisa de cunho etnográfico, de natureza qualitativa-interpretativa	Busca investigar a prática de ensino-aprendizagem de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) em interações pelo aplicativo WhatsApp como recurso pedagógico.	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros – NEPPE, na Universidade de Brasília - UnB	A combinação do ambiente virtual com o presencial incluindo facilidades e desafios aos quais tanto professores quanto estudantes precisam adaptar-se, face à velocidade das informações, às tecnologias digitais e à aprendizagem móvel.

11	Cruz, Junia Moreira da (2018)		Identificar e analisar as ações de acolhimento efetivamente institucionalizadas no âmbito dos dois cursos.	Preparatório para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (Pré-PEC-G) e Português como Língua de Acolhimento (PLAc) para imigrantes – ofertados pelo CEFET-MG).	Apontam para diferenças nas ações de acolhimento e algumas convergências. Paralelamente a isso, percebemos que ambos os cursos contribuem para a integração dos alunos estrangeiros na comunidade acadêmica, além de ampliarem a competência internacional e intercultural da instituição.
12	Cortez, Dayane (2018)	Base bibliográfica e documental, pesquisa de maneira qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, com os agentes identificados, envolvidos, intencionalmente ou não, nas políticas linguísticas da região.	Compreender o quadro polícolínguo da promoção do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLA), em especial, os esforços direcionados ao grupo de imigrantes haitianos, em Criciúma.		Diante da identificação de políticas linguísticas assistemáticas e difusas de promoção e ensino/aprendizagem do PLA, por meio das análises das entrevistas, propõem-se aqui, estratégias para fortalecer, difundir e qualificar as políticas linguísticas e a promoção do ensino de Português como Língua de Acolhimento.

13	Santos, Raiza Leonidio Neves dos (2018)	A análise do cópús se deu através da reflexão acerca das práticas de linguagem de Mikhail Bakhtin (1997, 2006 e 2013).	Trabalho de campo com pessoas refugiadas africanas que estão morando no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, as principais diferenças culturais entre os sentidos e os valores relacionados à língua para adultos refugiados.	Curso de extensão de “Português para Refugiados” oferecido em parceria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a PARES Cáritas-RJ.	Processo de refúgio é apagado em diversos âmbitos e percebemos, principalmente, que é importante a implantação de uma política linguística baseada na glotopolítica para que os (as) refugiados (as) possam ter uma integração social mais efetiva.
----	---	--	---	---	---

14	Silva, Leandra Cristina Machado da 2018)	A Prática Exploratória foi escolhida por estimular a reflexão do fazer docente através de um processo de pesquisa colaborativo. . A ferramenta utilizada para a geração de dados foram entrevistas as quais foram transcritas.	Investiguei os sentidos atribuídos por uma professora voluntária de língua portuguesa como língua de acolhimento em uma turma de refugiados à experiência vivida no contexto de uma ONG.	ONG	
----	---	--	--	-----	--

15	Teixeira, Augusto Francisco (2018)	Os dados foram gerados no primeiro e segundo semestre do ano de 2017 e início de 2018, divididos em Diário de Bordo, questionário semi-estruturado e entrevista, sendo esta uma pesquisa de cunho qualitativo.	Ensino de Português como Língua de Acolhimento direcionado a comunidade haitiana, vivendo no estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Nova Andradina, a compreensão dos objetivos da aprendizagem de PLAc.	Vivendo no estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Nova Andradina	
----	------------------------------------	--	--	--	--

16	Rodrigues, Kelly Rosane de Lima Silva (2018)	Estudo de natureza qualitativa e de cunho etnográfico. Os dados foram gerados por seis participantes, a partir de gravações de áudios das aulas, diários de bordo da pesquisadora, questionário semiaberto e entrevistas semiestruturadas.	Identificar e compreender os investimentos realizados pelos participantes nas práticas da Língua Inglesa; verificar a relação, ou não, dos participantes com suas comunidades imaginadas.	Aprendizes do Núcleo de Ensino de Línguas (NEL), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, voltado para a aprendizagem e uso da Língua Inglesa como língua estrangeira tem construído suas identidades ao longo das suas experiências de estudo.	Sugerem que a identidade de aprendiz de língua emerge por meio dos investimentos realizados nas práticas do idioma, provocando o desejo em participar de comunidades imaginadas relacionadas a aquisição da Língua Inglesa para serem estudantes de Mestrado ou Doutorado, ao realizarem viagens internacionais para intercâmbio ou turismo, em situações profissionais e para morar fora do país
----	---	--	---	--	---

17	Cardoso, Jairo Barreira (2018)	Natureza bibliográfica, qualitativa e interpretativa	Analisar as estratégias não verbais utilizadas nas notícias e os efeitos que elas causam no leitor, como as imagens de uma notícia são representadas para construção de sentido.	As notícias e as imagens de revistas e jornais ligados ao movimento dos caminhoneiros que paralisou o Brasil, no período do dia 21 a 30 de maio de 2018.	
18	Gouveia, Angelly Alani Marques de (2019)	Coleta de textos espontâneos de alunos com ascendência boliviana e brasileiros	Avaliar os desafios linguísticos enfrentados pelo professor no ensino de língua portuguesa em salas de aulas heterogêneas, isto é, formadas por brasileiros e imigrantes bolivianos.	Aulas de português do sexto ano do Ensino Fundamental II em uma escola situada no bairro do Brás (São Paulo/SP), local escolhido por concentrar indivíduos da comunidade boliviana.	Constatou-se que os alunos ascendência boliviana, ainda que inseridos em aulas que não trazem o ensino da língua específico para imigrantes, estão aprendendo efetivamente o português brasileiro na modalidade oral, já que transferem hipóteses pertinentes sobre a língua para a escrita.

19	Diniz, Izabel Cristina Silva (2019)	Estudo de caso de cunho etnográfico	Analisar o letramento acadêmico em PLA que vivenciam os estudantes universitários estrangeiros em instituição pública, falantes de espanhol, localizada em uma das tríplices fronteiras do Brasil.	Instituição pública de ensino superior localizada em uma das tríplices fronteiras do Brasil	
20	Mazoni, Lilian Moreira Ayres de Souza (2019)	Pesquisas qualitativas realizadas com professores e aplicação de redação para alunos de várias séries por docentes de diversas disciplinas.	Apresenta necessidade e dificuldades atuais encontradas pelos indígenas kadiwéu em relação ao português escrito, as quais envolvem questões sociais, políticas e educacionais.	Assim, promoveu-se, no início de 2018, uma capacitação sobre o ensino de português para os professores kadiwéu. O encontro foi realizado na escola da aldeia maior (Alves de Barros)	Traz um exercício reflexivo sobre a necessidade de uma formação continuada de professores que contemple o ensino-aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua.

21	Souza, Stephany Aparecida Borges de (2019)	Estruturada qualitativamente dentro da abordagem contextual, utiliza, como instrumentos de geração de dados, o uso de questionários, entrevista e diário de bordo.	Detectar possíveis reflexos da postura do acolhimento nas atividades de interação entre os estudantes observados, as problematizações das dinâmicas do aprender o PLAc.	A conexão teórico prática dos conceitos PLAc, suas particularidades de afetividade e urgência em relação à identidade conflitante dos indivíduos e, aos investimentos no contexto de ensino aprendizagem de Português para imigrantes, espaço heterogêneo no NEPPEUEMS.	Buscou-se a expansão da percepção que os conceitos fornecem individualmente ao interligá-los e, assim, aplicá-los na interpretação de um fenômeno cada vez mais recorrente em âmbito nacional: a busca da Língua Portuguesa por pessoas de fora do Brasil.
22	Lima, Daniela Setubal Santos (2019)	Quali-quantitativa: exploratória e descritiva quanto aos seus objetivos, análise documental e entrevistas semiestruturadas quanto à coleta de dados.		Atores estatais e não-estatais assistem aos refugiados que elegeram o Distrito Federal brasileiro como lugar de moradia, para tanto, atuam no ensino do PLAc.	As políticas desenvolvidas para acolhida dos refugiados no Distrito Federal são resultantes da conjugação dos elementos das ações públicas realizadas pelo o Estado, organismos internacionais e a Sociedade Civil.

23	Vieira, Leandro Rocha (2019)	Esta pesquisa está pautada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Competência Comunicativa.	Propor novas estratégias de ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento (PLA) a imigrantes no sentido de colaborar com o desenvolvimento de competências linguísticas, sociais e interculturais.	Projeto Língua Portuguesa como passaporte para a cidadania, no campus Bento Gonçalves do IFRS.	Os pressupostos da sociolinguística e da competência comunicativa têm potencial para fundamentar teoricamente o ensino e a aprendizagem de PLA, e que essas atividades podem ser melhor desenvolvidas com conhecimentos linguísticos associados a questões sociais e interculturais, proporcionando-se, assim, experiências mais significativas na língua e na efetiva integração social dos imigrantes.
24	Sonai, Sabrina Aglae (2019)	Pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com base na modalidade estudo de caso.		Escolas públicas Do EF de Taguatinga-DF	Uma representação positiva, principalmente por envolver trocas e novos conhecimentos culturais. NO ENTANTO, concluir que a formação dos professores para esse contexto, precisa estar embasada no conceito de Português Língua de Acolhimento (PLAc).

25	Bottura, Elenora Bambozzi (2019)	auto etnografia		Um curso exclusivo para mulheres imigrantes em vulnerabilidade e refugiadas em uma universidade pública brasileira.	Acerca da urgência às razões da maior vulnerabilidade das mulheres migrantes e de pensar em práticas e formação que levem em consideração as questões de gênero no processo de aprendizagem. Aliado a isso, as emoções parecem mostrar um caminho possível para um trabalho mais sensível alinhado a dimensão afetiva na definição de língua de acolhimento.
26	Oliveira, Desiree de Almeida (2019)	Pesquisa-ação e é feita uma análise interpretativista dos registros gerados		Aulas do projeto Pró-Imigrantes, em Belo Horizonte (MG)	Os alunos desenvolveram suas capacidades de significação no decorrer da implementação da sequência didática, mobilizando-as de modo expressivo para o fortalecimento da argumentação nos textos produzidos. Também se verificou o desenvolvimento das capacidades linguístico-discursivas (DOLZ; PASQUIER; BRONCKART, 1993) referentes à conexão por meio da mobilização de um maior número e variedade de organizadores lógico-argumentativos nas produções textuais.

27	Camargo, Helena Regina Esteves de (2019)	Pesquisa-ação orientada para o desenvolvimento das capacidades de linguagem dos alunos. É feita uma análise interpretativa dos registros gerados,			Como desdobramento deste estudo, subjaz o potencial de impacto social ao se discutir, à luz das análises realizadas, possíveis implicações para o acesso de refugiados e outros imigrantes em situação de vulnerabilidade ao ensino superior no Brasil. Nesse sentido, questiona-se a adequação do Enem, em especial da prova de Redação do exame, como critério seletivo para essa população.
28	Ruano, Bruna Pupatto (2019)	Configura-se como pesquisa qualitativa e é orientado pela metodologia da pesquisa-ação.		Programa, denominado Reingresso, é fruto de uma iniciativa do programa de extensão e pesquisa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB-UFPR).	Para expandir a discussão do ponto de vista linguístico, partimos da perspectiva teórica do ensino de línguas para fins acadêmicos e levamos em consideração as particularidades inerentes ao ensino de Português como Língua de Acolhimento direcionado a migrantes e refugiados.

29	Soares, Laura Fontana (2019)	Revisão bibliográfica a partir de estudos de caso e pesquisas de cunho etnográfico que indicam as principais características dos cursos de PLAc no Brasil.		O MD é direcionado especificamente para o curso Conexão Português do Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI), com potencial para ser reaplicado em espaços similares de ensino.	Para construir um MD de PLAc que contemple as necessidades dos professores e alunos, é utilizado o conceito de instrução diferenciada, tarefas comunicativas, com aulas organizadas em forma de oficinas. Defende-se que o grau de escolarização dos indivíduos impacta no aprendizado de uma língua adicional, logo, os diferentes níveis de experiência escolar dos aprendizes são levados em conta na criação do MD que visa contemplar uma turma multinível, baseando-se no conceito de letramento de PLAc no Brasil.
30	Borges, Rubia Araújo (2020)	Perspectiva etnográfica de Blomaert (2008)		Pesquisa realizada alinhada à Linguística Aplicada no Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto.	Interessa-nos uma teoria capaz de corporificar a linguagem e isso vai ao encontro com a noção performativa (AUSTIN, 1998); (BUTLER, 2003) de linguagem, pois é uma visão que não enxerga apenas a diferença linguística dos surdos e sim aspectos da sua identidade e sua relação com o ensino-aprendizagem.

31	Marcelino, Ana Flavia Boeing (2020)	<i>O Outcome Achievement</i> é baseado na interpretação dos avaliadores.			<i>Outcome Achievement</i> é baseado na interpretação dos avaliadores, o que pode trazer incongruências nas avaliações, a medida apresenta uma alternativa para avaliar o desempenho oral em contraste com outras medidas mais tradicionais.
32	Soares, Giseli Pimentel (2020)	O método da pesquisa é exploratório, de abordagem qualitativa, cujos dados foram gerados por meio de entrevistas narrativas com professores que frequentemente recebem crianças haitianas em suas turmas.		Como professora da rede municipal, cada vez mais as escolas recebem crianças haitianas que não falam o português, as quais acabam apresentando dificuldades em seu processo de aprendizagem, sobretudo na alfabetização em L.P.	Concluimos que, para isso, é essencial que as escolas que recebem imigrantes pensem na formação desses professores, uma formação que parta das experiências e práticas vivenciadas pelos professores em sala de aula e lhes propicie refletir sobre elas.

33	Moura, Maria Lourdes de (2020)	Trata-se de uma pesquisa qualitativa-interpretativista, de base etnográfica, ancorada pela pesquisa-ação.	Refletir sobre possibilidades de ensino de PLAc para migrantes haitianos, contempladas em um procedimento de ensino elaborado a partir de temas geradores.	O processo de ensino da língua portuguesa para migrantes haitianos na cidade de Toledo (PR).	Nas aulas de PLAc, é preciso considerar a multiplicidade cultural dos envolvidos no processo de aprendizagem; b) o conteúdo a ser trabalhado deve ser as necessidades dos migrantes; c) o foco maior deve ser na oralidade, já que o interesse maior dos migrantes é fazer uso da língua oral para as interações na sociedade; d) como professoras de língua portuguesa no ensino regular, não estamos preparadas para trabalhar com o PLAc; e) O Brasil precisa investir em políticas linguísticas.
----	--------------------------------	---	--	--	--

34	Flister, Catarina Valle e (2020)	A metodologia, estruturada com base em técnicas de teatro, permitiu a criação de um espaço de interação em que os participantes do projeto compartilharam somente aquilo que os deixava confortáveis dentro de um propósito criativo.	Trata-se de uma pesquisa acerca da construção identitária de indivíduos em situação de migração e refúgio em um contexto de aprendizagem de português como língua de acolhimento.	Ocorreu dentro dos tempos e espaços pedagógicos e culturais do Projeto de Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes (Projeto Ler) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR).	
----	----------------------------------	---	---	--	--

35	Oliveira, Antonia Zelina Negrão de (2020)	Utiliza-se de narrativas etnográficas de formação para dar visibilidade a minorias, tecendo espaços para fiações de epistemologias plurais, que convergem para a relação e a legitimação entre os conhecimentos não indígenas e os saberes indígenas.	Narrar e representar letamentos acadêmicos ideológicos e de reexistência de professores indígenas em formação inicial, que vivem entre as línguas munduruku e portuguesa.	Construída conjuntamente com meus alunos do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Turma Munduruku, do município de Jacareacanga, no estado do Pará,	As narrativas de formação produzidas nos eventos de letamentos nos apontam mundos que possuem paradigmas específicos de utilização da língua-(gem); mundos que têm uma relação característica com a escrita e com a oralidade; mundos que usam as línguas munduruku e portuguesa para resistir e reexistir frente à colonialidade do ser e do saber ainda presentes nos dias atuais.
----	--	---	---	---	--

36	Jessileia Guimarães Eiro (2020)	De caráter exploratório, inserida na grande área da Linguística Aplicada indisciplinar e crítica, língua como manifestação de cultura e da Sociolinguística, na sua interface com as novas questões postas pelo fenômeno da globalização.	Analisar o processo do bilinguismo/plurilinguismo dos sujeitos da pesquisa, o contexto de imersão de fala do português brasileiro e a influência no processo de aquisição-aprendizagem de PLA.	Processo de aprendizagem de português língua adicional (PLA) por estudantes bilíngues/plurilíngues candidatos ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em contexto de imersão, que participaram do curso preparatório para o exame CELPE-Bras.	Os resultados mostram que o ser bilíngue/plurilíngue e o contexto de imersão não estão sendo adequadamente utilizados como propulsores do processo de aquisição-aprendizagem de PLA devido à falta de apropriação (consciência) por parte dos aprendentes e/ou por entraves outros, alheios a eles, como as dificuldades com as culturas-alvo, mais especificamente, o choque cultural por eles vivenciados.
37	Bastos, Raquel Heckert Cesar (2021)	Propus-me a escutar as minhas alunas. Um questionário, respondido por 17 mulheres, e um grupo focal, do qual participaram 5 mulheres.		Trabalhando como coordenadora de um curso de português para refugiados árabes na cidade de São Paulo.	

38	Marina Reinoldes (2021)	Estudo como qualitativo, de abordagem interpretativista, os registros da pesquisa foram realizados a partir da aplicação de um questionário semiestruturado.	A fim de colaborar com os estudos e práticas de ensino-aprendizagem de língua portuguesa para pessoas em situação de refúgio, objetivamos construir, coletivamente, orientações para práticas pedagógicas no ensino de PLAc.		(a) a oferta de cursos de PLAc nos abrigos, (b) a elaboração de atividades interculturais mais amplas, nas quais os estudantes tenham autonomia para decidir quais memórias acessar, (c) a promoção de espaços de acolhimento e ensino-aprendizagem para as crianças em situação de refúgio, (d) o fortalecimento de parcerias com outros agentes que atuam no acolhimento desse público, (e) a articulação de cursos de alfabetização para falantes de outras línguas.
39	Campelo, Maria Luand Bezerra (2021)	Abordagem qualitativa. Constatamos a pesquisa-ação. Para a coleta de dados, entrevista semiestruturada, questionário e observação participante	Pesquisar as migrações internacionais no estado do Piauí, investigando a presença de estrangeiros residentes, mais especificamente, na cidade de Teresina.	Curso de português, na perspectiva do acolhimento, para estrangeiros que se encontram na capital teresinense.	Os resultados alcançados nessa pesquisa revelam a importância e relevância da promoção de cursos de extensão em português língua de acolhimento para atender às necessidades linguísticas, culturais e sociais da comunidade de estrangeiros que se encontra em Teresina – PI.

40	Reis, Narjara Oliveira (2021)	Investigação etnográfica como observadora-participante em um curso de português para esse público. Para a geração de dados: áudio-gravações dos encontros e um diário de campo.	Com vistas a compreender de que modo o ensino de língua portuguesa pode ir ao encontro de necessidades e projetos pautados por mulheres-mães-imigrantes	Curso de português para mulheres-mães-imigrantes	
41	Aguiar, Lucas Correia (2021)	Qualitativa, incorporando a pesquisa-ação.	A integração entre as macroestratégias e as estratégias composicionais, para a (in)compreensão de gêneros da linguagem como recurso metodológico significativo em situações simulacro às da prática social.	Leitura e produção de textos com migrantes venezuelanos em situação de refúgio, estudantes de português brasileiro como língua de acolhimento.	A análise de conjuntura de refúgio no mundo; ii) as construções teóricas em contexto de segunda língua que se aplicam ao caso da língua de acolhimento, incluindo a discussão das competências sociocognitiva, sociointeracional e metagenérica; iii) a associação do contexto sócio/intercultural à experiência simulacro com os gêneros da linguagem; e iv) a proposição de parâmetros para o trabalho pedagógico com gêneros, servindo a aprendizes de background linguístico-cultural similar ao do público-alvo.

42	Miranda, Yara Carolina Campos de (2021)	Estudo de cunho etnográfico e auto-etnográfico, vinculado ao paradigma qualitativo e de abordagem interpretativista.	Analisar o processo de formação de docentes, com vistas a subsidiar a estruturação de cursos de formação inicial de professores/as de PLAc no contexto de ensino a refugiados/as matriculados/as na Educação Básica.	Aulas teóricas na universidade, os/as estudantes matriculados/as na DISC2018-2 realizaram práticas de ensino em escolas municipais de Belo Horizonte e ensinaram PLAc para estudantes migrantes ou refugiados/as.	As análises sinalizaram uma lacuna nos cursos de Pedagogia e Letras quanto a disciplinas que formem professores/as para o ensino de PLAc a crianças. Finalmente, evidenciou-se a necessidade de uma educação linguística ampliada (CAVALCANTI, 2013) para esses/as professores/as de PLAc, que se baseie na interculturalidade (MAHER, 2007) e que se dê a partir de uma ecologia dos saberes (SOUSA SANTOS, 2007), para que seja essa uma formação mais condizente com a complexidade e diversidade do mundo atual.
----	---	--	--	---	--

43	Soranzo, Regiane (2021)		A respeito das questões linguísticas que envolvem o Português Brasileiro e o Kreyòl Ayisyen. Busca-se promover a educação e problematizar as políticas linguísticas de modo a valorizar o plurilinguismo.	Propõe um guia didático para ser usado como um material de apoio nas aulas de PLAc aos migrantes haitianos residentes na cidade de Curitiba-PR, , evitando categorizar os migrantes pelo discurso da falta.	
----	----------------------------	--	---	---	--

44	Rodrigues, Renata Ramos (2021)		Relatos de experiências de professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e professoras voluntárias da ONG IKMR, a fim de elencar propostas de atividades na perspectiva da inclusiva e intercultural.	Rede Municipal de Ensino de São Paulo e de professoras voluntárias da ONG IKMR trabalhando para o acolhimento de alunos refugiados, as quais visam à inclusão.	
----	--------------------------------------	--	--	--	--

45	Albuquerque, Mariana Lyra Varela de (2021)	O aporte teórico-metodológico se debruça também na abordagem qualitativa de investigação, sobretudo na chamada pesquisa colaborativa.	Investigar o potencial da formação de professores de PLAc em uma experiência de elaboração do curso de Básico 1, migrante sírio-brasileiro, ex-participante do PBMIH e professor de PLAc no projeto.	Este estudo aborda uma prática docente colaborativa vivenciada no projeto de extensão Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR).	A importância da prática colaborativa, em uma tentativa de desestabilizar relações de poder/saber e, assim, promover um ensino mais bem informado e que busca justiça social e cognitiva; (b) a compreensão do dissenso em seu potencial transformativo, sobretudo no ensino-aprendizado de línguas adicionais envolvendo migrantes de crise; (c) a urgência da criação de espaços de formação de docentes de PLAc.
----	--	---	--	--	---

46	Silva, Juliana Barbosa da (2021)	Qualitativo intertextivista, discorrendo sobre as entrevistas semiestruturadas e as narrativas como instrumentos para geração de dados, como também explicitam-se as categorias de análise textual da intertextualidade.	Investigar se a prática pedagógica de professores em espaços de ensino de PLAc a aprendizes em situação de refúgio no Distrito Federal contempla a reflexão crítica (reflexividade) no seu fazer docente.	A análise revelou que as categorias analíticas foram produtivas para evidenciar a prática reflexiva adotada pelas professoras colaboradoras da pesquisa, assim revelaram ser a reflexividade uma prática que favorece o atendimento dos alunos em sala de aula quanto às suas especificidades. A análise, ainda, evidenciou que a troca de experiências docentes e a prática reflexiva são pontos pertinentes a serem considerados na formação de professores.
----	---	---	--	---

47	Simões, Josefina Lopes (2021)		<p>Buscar entender os mecanismos presentes no processo de ensino de leitura e escrita a estudantes imigrantes que frequentam o curso de Língua Portuguesa como acolhimento na Instituição Missão Paz.</p>	<p>Estudantes imigrantes que frequentam o curso de Língua Portuguesa como acolhimento na Instituição Missão Paz.</p>	<p>O resultado apresentado é uma reflexão sobre as práticas de ensino no ambiente de PLAc, assim como uma amostra de algumas das possibilidades de se trabalhar a escrita neste contexto.</p>
----	-------------------------------------	--	---	--	---